

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA –
UMA ANÁLISE ÀS INSTITUIÇÕES
BANCÁRIAS NA PROVÍNCIA DO HUAMBO,
ANGOLA NA PERSPETIVA DOS SEUS
GESTORES

Delquer Tomás Molossande da Cruz

Lisboa, junho de 2018

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA –
UMA ANÁLISE ÀS INSTITUIÇÕES
BANCÁRIAS NA PROVÍNCIA DO HUAMBO,
ANGOLA NA PERSPETIVA DOS SEUS
GESTORES

Delquer Tomás Molossande da Cruz

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Auditoria, realizada sob a orientação científica de Ana Marinho Pires, Professora equiparada a Professora Adjunta, Mestre na área científica de Contabilidade e Auditoria.

Constituição do Júri:

Presidente Mestre, Especialista Gabriel Correia Alves

Vogal (Arguente) Mestre, Especialista Vitor Manuel Massena Ramalho Batista

Vogal (Orientadora) Mestre, Especialista Ana Isabel Marinho Pires

Lisboa, junho de 2018

Declaração

Declaro ser o autor desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações¹ estão devidamente identificadas.

Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio – a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor – constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

¹ As citações estão de acordo com as normas APA (*American Psychological Association*) sexta edição, por formas a uniformizá-las com a utilização do *software* de gestão de citações e referências bibliográficas Mendeley que foi utilizado para referenciar documentos de fontes eletrónicas, servindo de justificação às fontes ou sites na língua inglesa de algumas obras contidas na lista de referências bibliográficas.

Dedicatória

À minha querida mãe Teresa Molossande e aos meus irmãos Janeth e Estêvão Cruz.
Aos meus saudosos pais José Maria da Cruz e Abel Fabião Estêvão e à minha querida prima Adelina Fernando.

Epígrafe

“Os bons alunos usam a memória como depósito de informação, os alunos fascinantes usam-na como suporte da arte de pensar. Os bons alunos preparam-se para uma profissão, os alunos fascinantes preparam-se para a vida” Cury.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Deus por me ter concedido vida e saúde.

À minha mãe Teresa Molossande e aos meus irmãos Janeth da Cruz e Estêvão Cruz e à minha avó Julina Miguel e a todos os meus tios e primos pela motivação diária e amor que têm demonstrado por mim.

À minha orientadora Professora Ana Pires por ter aceite o desafio de orientar-me na presente dissertação e pela longa jornada na qual teve sempre disponibilidade para contribuir com orientações sábias.

Ao diretor do presente curso de Mestrado em Auditoria Professor Gabriel Alves pela forma coesa de abordar questões pontuais e apoio aos estudantes, ao Professor Nuno Oliveira pela forma cativante que teve no ensino da Unidade Curricular de Auditoria Interna e pela sua disponibilidade no esclarecimento de dúvidas e ao Senhor Professor Fábio de Albuquerque pela sua disponibilidade em dissipar duvidas no decurso da presente investigação.

Aos promotores e grandes amigos Anacleto Domingos e Cândido Benjamin e ao meu primo Gilberto Estevão pelo rigor e dedicação demonstrada na distribuição e recolha dos questionários e não me poderia esquecer do senhor Vasco Veloso do Banco BFA, Huambo pela amabilidade demonstrada ao encaminhar os promotores.

Aos meus companheiros do curso de mestrado Higinio, Gonçalo e Lais que me proporcionaram alegria e companheirismo durante o período de formação.

Ao meu tio Jaime Molossande por ser uma das pessoas que mais me incentiva na formação académica. À minha prima Maria Paulino pelos longos anos que amizade que me tem oferecido. Aos meus grandes amigos Odival Filho, Hélvis Escórcio e Henque que estão sempre ao meu lado nos momentos tristes e felizes.

Resumo

Após a Revolução Industrial o crescimento das organizações foi de forma considerável e estendeu-se não só em dimensão, como também na complexidade das atividades organizacionais resultando deste modo um ambiente cada vez mais competitivo exigindo das organizações maior eficiência e eficácia para o alcance dos objetivos preconizados. A Auditoria Interna é vista assim como uma ferramenta importante para auxiliar a organização no alcance dos seus objetivos.

A presente investigação centra-se em aferir a Importância da Auditoria Interna nas Instituições bancárias da província do Huambo, Angola, na perspetiva dos seus gestores. A metodologia aplicada para a recolha dos dados baseou-se no questionário o qual é constituído por afirmações fechadas na escala de *Likert* dirigido aos gerentes e subgerentes dos 18 bancos existentes na província do Huambo, Angola, até o ano de 2018 constituindo uma amostra de 35 participantes e os dados foram analisados fazendo recurso ao *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 20.

Os resultados obtidos permitiram aferir que a auditoria interna é de grande importância para a organização sendo que a sua perceção na mesma é independente da categoria (gerente ou subgerente), do sexo, das habilitações literárias e da área de formação. Os fatores identificados como determinantes da perceção da importância da mesma para a organização foram essencialmente os seus benefícios, o seu contributo na robustez do controlo interno e a qualidade das informações por ela fornecidas à organização.

Palavras-chave: Auditoria, Auditoria Interna, Importância.

Abstract

After the Industrial Revolution organizational growth was considerable way and it was not only in dimension, but also in the complex organizational activities resulting in a competitive environment demanding greater efficiency and effectiveness to achieve the scored goals. Internal audit is viewed as an important tool in helping to achieve the organizational goals.

This research is based on the measurement of the importance of internal audit in the banking institutions at the province of Huambo, Angola from the perspective of their managers. The methodology applied for the collection of data was based on questionnaires which were constituted of closed affirmations on the Likert scale directed to managers and sub managers of 18 existing bank at the province of Huambo, Angola, until the year 2018 composing a sample of 35 response, and the data were analyzed by Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) version 20.

The obtained results showed that internal audit has a great importance in the organizations, being that the perception of it within the organization doesn't depend on the category (manager and sub manager), genre, educational degree and educational area. The factors identified as most influencing from the view of importance of it were basically, the benefits generated by internal audit, its contribute to strong internal control and the quality of information given by it within the organization.

Keys-Word: Auditing, Internal Audit, Importance.

Índice

Índice de tabelas	xiii
Índice de figuras	xiv
Índice de gráficos	xv
Lista de siglas e abreviaturas.....	xvi
Capítulo I. Introdução	1
1.1. Enquadramento e relevância do tema.....	1
1.2. Objeto e objetivos da investigação.....	2
1.3. Metodologia	3
1.4. Estrutura	3
Capítulo II. Referencial teórico	4
2.1. Caracterização do “locus” da investigação	4
2.2. A Auditoria.....	8
2.2.1. Origem e conceito.....	8
2.3. Tipos de auditoria.....	12
2.3.1. Auditoria Interna.....	14
2.3.3. Auditoria Operacional	15
2.3.4. Auditoria de Conformidade	15
2.3.6. Auditoria Prospetiva e Estratégica	16
2.4. A Auditoria Interna e Externa - semelhanças e diferenças	17
2.5. A Auditoria Interna	19
2.5.1. Conceito e evolução histórica.....	19
2.5.2. Princípios orientadores para o exercício da profissão de auditoria interna	20
2.5.3. O Código de Ética.....	22
2.5.4. Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna...	23
2.5.5. A Independência em Auditoria Interna	25
2.5.6. O posicionamento no organigrama da entidade	26

2.5.7.	O Plano de Auditoria Interna.....	30
2.5.7.1.	Estrutura do Plano de Auditoria Interna	31
2.6.	Comunicação dos resultados – Relatório de Auditoria Interna.....	32
2.7.	A Função de Auditoria Interna.....	36
2.7.1.	Função de vigilância do Sistema de Controlo Interno.....	37
2.7.1.1.	Enquadramento ao conceito de Controlo Interno	37
2.7.1.2.	Relação entre a Auditoria Interna e o Controlo Interno.....	39
2.7.2.	Função de apoio à Gestão do Risco e ao <i>Governance</i>	41
2.7.2.1.	Enquadramento ao conceito de Risco.....	41
2.7.2.2.	Auditoria Interna e a Gestão do Risco	43
2.7.2.3.	O papel da Auditoria Interna no <i>Governance</i>	44
2.8.	Benefícios da Auditoria Interna	46
2.9.	Estudos relacionados	47
	Capítulo III. Metodologia.....	49
3.1.	Objetivos do estudo	49
3.2.	Hipóteses de investigação	50
3.3.3.	Justificação do campo de análise.....	55
3.3.4.	Definição da população e amostra.....	56
3.3.5.	Variáveis do estudo	57
3.3.5.1.	Variável dependente.....	57
3.3.5.2.	Variável independente	57
	Capítulo IV. Análise e Discussão dos Resultados.....	65
4.1.	Resultado da confiabilidade interna do instrumento.....	65
4.2.	Resultados do teste de normalidade.....	65
4.3.	Estatística descritiva das escalas	66
4.3.1.	Perceção da importância da Auditoria Interna nos diferentes grupos	76
4.4.	Fatores que influenciam a perceção da importância da Auditoria Interna.....	81

Capítulo V. Conclusões, Limitações e Recomendações para estudos futuros	84
5.1. Resumo do trabalho realizado	84
5.2. Limitações	88
5.3. Principais contributos	88
5.4. Recomendações para estudos futuros.....	88
Referências Bibliográficas	90
APÊNDICES	94
APÊNDICE A - Carta de apresentação.....	95
APÊNDICE B - Questionário	96
APÊNDICE C - Principais benefícios da auditoria interna	99
APÊNDICE D - Contributo da auditoria interna na robustez do controlo interno	101
APÊNDICE E - Contributo da auditoria interna na gestão de risco	102
APÊNDICE F - Qualidade das informações fornecidas pela auditoria interna	103
APÊNDICE G - Importância da auditoria interna e tabelas de referência cruzada	104
APÊNDICE H - Alpha das escalas do instrumento	106
APÊNDICE I - Lista dos bancos na província do Huambo, Angola	109
APÊNDICE J - Lista atualizada lista dos Bancos que operam em Angola.....	111

Índice de tabelas

Tabela 2.1. População de Angola por províncias	6
Tabela 2.2. Abordagem dos tipos de auditoria	14
Tabela 2.3. Principais diferenças entre Auditor Interno e Externo	18
Tabela 2.4. Resumo do Código de Ética do IIA	23
Tabela 2.5. Estrutura do Relatório	35
Tabela 2.6. Erros a evitar na preparação de um relatório	36
Tabela 3.1. Identificação na literatura das principais escalas da investigação	58
Tabela 3.2. Adequação dos objetivos às hipóteses de investigação	60
Tabela 3.3. Classificação dos limites do Alpha de Cronbach	62
Tabela 3.4. Resumo dos valores das correlações	64
Tabela 4.1. Resultados da análise de confiabilidade do instrumento	65
Tabela 4.2. Resultado do teste de normalidade de Shapiro-Wilk	66
Tabela 4.3. Benefícios da auditoria interna	74
Tabela 4.4. Contributo da auditoria interna na robustez do controlo interno	74
Tabela 4.5. Contributo da auditoria interna na gestão de risco	75
Tabela 4.6. Qualidade das informações fornecidas pela auditoria interna	76
Tabela 4.7. Ranking da perceção da auditoria interna na categoria dos inquiridos	77
Tabela 4.8. Resultado do teste de Mann-Whitney U na categoria dos inquiridos ^a	77
Tabela 4.9. Ranking da perceção da auditoria interna na variável sexo	78
Tabela 4.10. Resultado do teste de Mann-Whitney na variável sexo ^a	78
Tabela 4.11. Ranking da perceção da auditoria interna na variável habilitações literárias	79
Tabela 4.12. Resultado do teste de Kruskal-Wallis na variável habilitações literárias ^{a,b}	79
Tabela 4.13. Ranking da perceção da auditoria interna na variável área de formação	80
Tabela 4.14. Resultado do teste de Kruskal-Wallis na variável área de formação ^{a,b}	81
Tabela 4.15. Resumo das hipóteses das variáveis de controlo	81
Tabela 4.16. Correlação das variáveis da investigação	83
Tabela 4.17. Verificação das hipóteses resultantes da revisão da literatura	83

Índice de figuras

Figura 2.1. Mapa de Angola	5
Figura 2.2. Critérios de classificação dos tipos de auditoria.....	13
Figura 2.3. <i>International Professional Practices Framework</i>	22
Figura 2.4. Posicionamento tradicional da Auditoria Interna no organigrama.....	28
Figura 2.5. Posicionamento da Auditoria Interna no organigrama.....	30
Figura 2.6. Estrutura do COSO <i>Internal Control Framework</i>	39
Figura 2.7. COSO ERM.....	41

Índice de gráficos

Gráfico 4.1. Histograma.....	66
Gráfico 4.2. Distribuição da categoria dos inquiridos por sexo.....	67
Gráfico 4.3. Distribuição da categoria dos inquiridos por habilitações literárias	67
Gráfico 4.4. Distribuição da categoria dos inquiridos por área de formação	68
Gráfico 4.5. Importância da auditoria interna na categoria dos inquiridos.....	69
Gráfico 4.6. Importância da auditoria interna na variável sexo.....	70
Gráfico 4.7. Importância da auditoria interna na variável habilitações literárias	71
Gráfico 4.8. Importância da auditoria interna na variável área de formação.....	72
Gráfico 4.9. Perceção global da importância da auditoria interna.....	73

Lista de siglas e abreviaturas

- AAA - *American Accounting Association*
- AC - Antes de Cristo
- AFE – Análise Fatorial Exploratória
- AIA - *American Institute of Accountants*
- AICPA - *American Institute of Certified Public Accounts*
- APA - *American Psychological Association*
- CAE - *Chief Audit Executive*
- COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*
- DAI - Departamento de Auditoria Interna
- DC - Depois de Cristo
- ERM - *Enterprise Risk Management*
- FEI - *Financial Executives International*
- FNLA - Frente Nacional para Libertação de Angola
- GDP - *Gross Domestic Product*
- ICAS - *Institute of Chartered Accountants of Scotland*
- IIA - *Institute of Internal Auditors*
- IMA - *Institute of Management Accountants*
- INE - Instituto Nacional de Estatística
- IPPF - *Internal Professional Practice Framework*
- MPLA - Movimento Popular para a Libertação de Angola
- NAGA - Normas de Auditoria Geralmente Aceites
- NIPPAI - Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna
- OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
- PCAOB - *Public Company Accounting Oversight Board*
- SAE - *Society of Accountants in Edinburgh*
- SOA - Sarbanes-Oxley Act
- SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*
- UNITA - União Nacional para a Independência de Angola

Capítulo I. Introdução

1.1. Enquadramento e relevância do tema

As organizações estão inseridas num ambiente de crescente complexidade, turbulências e incertezas tanto no contexto económico como também no contexto político e social. As sucessivas alterações que se têm verificado fazem com que as organizações acompanhem este ciclo sob pena de não estarem conectadas à realidade e não conseguirem “sobreviver”.

Os investidores estão cada vez mais céticos e exigem um retorno elevado, ficando expetáveis com o risco associado aos investimentos e obviamente atentos aos retornos esperados (Costa, 2017). Contudo, os eventos que podem gerar riscos estão inerentes a esta realidade e, todavia, espera-se que os gestores estejam à altura para responder as exigências do contexto macroeconómico.

Assim sendo, é destacada a importância da auditoria interna pois é uma área relevante dentro da organização dada as funções que lhe são reconhecidas tais como, a avaliação e melhoria da adequação no processo de gestão do risco, dos controlos e *Governance*. De realçar, que o seu conceito passou por um processo de evolução muito por força de alterações ao longo do tempo da competitividade que o ambiente organizacional apresenta. Hoje a auditoria interna é vista como uma área proativa cujo principal objetivo é acrescentar valor à organização.

Por outro lado, o contexto macroeconómico de Angola apresenta mudanças e procura-se um setor financeiro robusto num ambiente com desafios políticos e sociais, onde o capital humano é chamado a desempenhar responsabilidades desafiadoras inclusive perceber as tendências macroeconómicas a nível internacional.

Deste modo, tendo em conta o papel que a Auditoria Interna tem na prossecução dos objetivos estratégicos de uma organização e os desafios referidos anteriormente, pretende-se com a presente investigação responder à questão: qual a importância da auditoria interna para as instituições bancárias na província do Huambo, Angola na perspetiva dos seus gestores?

O presente estudo baseia-se na continuidade aos estudos iniciados por Lizote, Verdinelli e Perez (2015) e Lima (2014) e será aplicado num contexto diferente pois incidirá sobre as instituições bancárias da província do Huambo, Angola. Destacamos aqui o contexto,

sujeitos diferentes e a inclusão de novas variáveis como os novos contributos do estudo. De acordo com Coutinho (2014) investigações com base em estudos prévios com o mesmo problema num contexto diferente, permitem ampliar o corpo do conhecimento.

O estudo vai permitir:

- aos académicos e a sociedade uma perceção em como a Auditoria Interna é vista pelos gestores no setor bancário no Huambo; e
- servir de base para estudos futuros pois, há poucos estudos relacionados com o tema no contexto angolano para este setor de atividade.

1.2. Objeto e objetivos da investigação

O objeto de estudo diz respeito ao campo das análises empíricas no espaço geográfico, social e no tempo ainda que pareçam evidentes (Quivy & Campenoudt, 2013). Assim sendo, o presente trabalho tem como objeto de estudo as respostas a obter dos inquiridos que são os gestores das instituições bancárias na província do Huambo, Angola.

Em sequência, com o objetivo de mostrar o que pretende fazer na pesquisa o investigador exprime um enunciado declarativo (Freixo, 2012), que o ajudará no percurso do processo de investigação, como um “farol” do que se busca e se pretende alcançar, isto é, o objetivo geral. Deste modo, a presente investigação tem como objetivo geral o seguinte: aferir a importância da auditoria interna nas instituições bancárias na província do Huambo, Angola na perspetiva dos seus gestores.

Para o alcance do objetivo geral definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- aferir a perceção global da importância da Auditoria Interna dos gerentes e subgerentes;
- aferir as diferenças da perceção da importância da Auditoria Interna nas variáveis de controlo (categoria do inquirido, sexo, habilitações literárias e área de formação);
- avaliar a perceção dos principais benefícios da Auditoria Interna para a organização;
- avaliar a perceção do contributo da Auditoria Interna na robustez do controlo interno;
- avaliar a perceção do contributo da Auditoria Interna no processo de gestão de risco;

- avaliar a percepção da qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Interna;
- identificar os fatores que influenciam a percepção da importância da Auditoria Interna.

1.3. Metodologia

A metodologia tem que ver com os caminhos seguidos pelo investigador ao longo da sua pesquisa, indica o conjunto de procedimentos adotados para a prossecução dos objetivos definidos, bem como responder ao problema de investigação. Freixo (2011, p. 144) define a metodologia como «[...] os diferentes fundamentos filosóficos que suportam as preocupações e as orientações de uma investigação». Deste modo, para a realização da presente investigação procedeu-se ao método descritivo que se caracteriza pela descrição dos participantes do estudo, tendo em conta a abordagem quantitativa.

O instrumento para a recolha dos dados foi o inquérito por questionário e foram analisados com base ao *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Às hipóteses do estudo foram aplicados testes de correlação com o objetivo de identificar os fatores que influenciam a variável dependente e testes de amostras independentes para comparar para aferir as diferenças da percepção da importância da Auditoria Interna.

1.4. Estrutura

A presente investigação está estruturada da seguinte forma: capítulo I onde é feita a introdução do trabalho que aqui se encerra; capítulo II onde é feito um enquadramento teórico em relação ao tema nomeadamente a exposição do estado da arte resultante de consultas a livros, artigos e teses; capítulo III onde é feita a alusão da metodologia adotada para a realização da investigação, nomeadamente aos objetivos gerais e específicos, definição das hipóteses e das variáveis do estudo.

Definiu-se também no capítulo da metodologia o tipo de pesquisa, o instrumento de recolha dos dados, horizonte temporal, população e amostra, bem como as técnicas de análise dos dados; capítulo IV onde é feita a análise e discussão dos resultados; e o capítulo V onde apresentamos as conclusões, limitações e recomendações para estudos futuros.

Capítulo II. Referencial teórico

2.1. Caracterização do “locus” da investigação

Neste ponto apresentamos a caracterização do “locus” da investigação que visa essencialmente estabelecer a circunscrição da área geográfica, permitindo natural e essencialmente que se estabeleçam limites na investigação (Quivy & Campenoudt, 2013). Entendemos que a alusão à caracterização do “locus” permite “conhecer” o contexto político, económico e social, ou seja, caracterizar o ambiente de controlo do país sendo que tais fatores podem afetar o comportamento e a dinâmica social em que se insere o universo populacional da presente investigação.

Deste modo apresentamos neste ponto as principais características de Angola em termos geográficos, sociais e económicos. Inicialmente, apresentamos características que têm a ver com sua delimitação territorial e o número de províncias existentes. Em seguida, apresentamos a constituição demográfica por províncias tendo em conta o último censo realizado, seguimos com os períodos de colonização, no qual destacamos os principais movimentos que contribuíram no alcance da independência e finalizamos apresentando a situação socioeconómica de Angola tendo em conta os reflexos da queda do petróleo no mercado internacional e os principais desafios que se colocam à consolidação da economia.

2.1.1. Angola

Angola é um país com uma vasta extensão territorial situado abaixo da linha do equador, possui conforme se pode ver na Figura 2.1, 18 províncias e a sua capital é Luanda. Segundo Zau (2002, p. 32)

[a] República de Angola situa-se entre os paralelos 4° 22' e 18° 02' e os meridianos 4° 05' e 11° 41' a Este de Greenwich, no Hemisfério Sul, na parte Ocidental da África Austral e ocupa uma área de 1.246.700 Km². Etimologicamente Angola deriva de “Ngola”, nome atribuído a uma dinastia dos povos Ambundo², fixados no médio-Kwanza. É limitada a norte, pela República do Congo e por uma parte da República Democrática do Congo (ex-Zaire); a leste, pela República da Zâmbia e por uma outra parte da República Democrática do Congo; a sul, pela República da Namíbia e a

² Os Ambundos são um grupo étnico bantu que vive em Angola situados na capital do país, o seu idioma é o kimbundo e constituem o segundo maior grupo étnico do país.

oeste, pelo Oceano Atlântico. Angola apresenta uma costa marítima de 1.650 Km e as suas fronteiras terrestres correspondem a um total de 4.837 Km.



Figura 2.1. Mapa de Angola

Fonte: INE (2017).

O último censo populacional realizado foi em 2014 cujos resultados divulgados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) (2017) apontaram para uma população constituída por um total de 25.789.024. A província de Luanda é a mais populosa e Bengo é a província com o menor número de habitantes conforme os dados da tabela 2.1.

Angola passou por várias fases que importa aqui destacar. Em 1482 Diogo Cão chega à foz do rio Zaire para dar início a um domínio no território angolano. Com a chegada de Paulo Dias de Novais (primeiro governador português estabelecido em Angola) iniciava-se um longo período de exploração dos recursos naturais e o tráfico de escravos. Passado algum tempo (até 1764), a sociedade “esclavagista” passou a produzir para o seu próprio consumo. Tal fato resultou num grande crescimento que em 1850

Luanda apresentava uma estrutura comercial “repleta” de firmas e já se tornava numa grande cidade (Governo de Angola, 2017).

Tabela 2.1. População de Angola por províncias

Nº	Províncias	Habitantes	Percentagem
1	Luanda	6.945.386	26,93%
2	Huila	2.497.422	9,68%
3	Benguela	2.231.385	8,65%
4	Huambo	2.019.555	7,83%
5	Cuanza Sul	1.881.873	7,30%
6	Uíge	1.483.118	5,75%
7	Bié	1.455.255	5,64%
8	Cunene	990.087	3,84%
9	Malanje	986.363	3,82%
10	Lunda Norte	862.566	3,34%
11	Moxico	758.568	2,94%
12	Cabinda	716.076	2,78%
13	Zaire	594.428	2,30%
14	Lunda Sul	537.587	2,08%
15	Quando Cubango	534.002	2,07%
16	Namibe	495.326	1,92%
17	Cuanza Norte	443.386	1,72%
18	Bengo	356.641	1,38%
	Total	25.789.024	100%

Fonte: Adaptado do INE (2017), cálculos percentuais feitos pelo autor.

Os principais produtos exportados na época eram essencialmente os seguintes: óleo de palma, amendoim, cera, goma copal, madeiras, marfim, algodão e café, entre outros produtos. Segundo o Governo de Angola (2017) o «[m]ilho, tabaco, carne seca e farinha de mandioca começariam igualmente a ser produzidos a nível local. Estava a nascer a burguesia angolana³».

A partir da década 50 do século XX inicia-se a organização política, com o propósito de lutar pela independência de Angola. Conforme refere Zau (2002) a resistência do poder colonial à cedência do território de forma pacífica resultou num conflito físico do qual fizeram parte os principais movimentos de libertação de Angola nomeadamente: o

³ Burguesia angolana eram os proprietários do capital, possuíam meios suficientes e mais desenvolvidos da época e exploravam a classe social mais baixa (a classe proletária) que tinha a oferecer apenas a sua força de trabalho.

MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola) fundado em 1956, a FNLA (Frente Nacional para Libertação de Angola) “revelado” em 1961 e a UNITA (União Nacional para a Independência de Angola) fundado em 1966.

Contudo, depois de longos anos de conflitos Angola alcançou a independência que foi proclamada a 11 de novembro de 1975. Não obstante, tudo o que parecia uma grande conquista desencadeou a guerra civil entre “irmãos angolanos” que terminou em 2002, quando finalmente foi proclamada a paz a 4 de abril de 2002. Neste sentido podemos concluir que a história de Angola se resume em três épocas distintas: época pré-colonial (até 1482), época colonial (até 1975) e época pós-colonial (de 1975 em diante).

No nosso entendimento depois destes longos períodos de conflitos esperava-se um crescimento significativo e estabilidade económica capaz de proporcionar melhor qualidade de vida às populações. Mas, paradoxalmente aos abundantes recursos naturais que possui Angola vive nos dias de hoje uma dura realidade, sendo que é um país mono-produtor a sua economia sofreu um forte abalo com as baixas no preço do petróleo no mercado internacional. Segundo o *The World Bank* (2016) «[o]ver the past year, the Angolan economy has shown signs of slowing down. Gross Domestic Product (GDP) grew by 2.8% in 2015, down from 4.8% in 2014, mostly as a result of the drop in oil prices [...]».

Por outro lado, além dos desafios económicos, Angola tem desempenhado um importante papel dando forte apoio a iniciativas que promovam a paz e a resolução de conflitos em África. De acordo com o *The World Bank* (2016)

[i]nternationally, Angola is becoming more assertive and has been demonstrating steadfast commitment to peace and stability in Africa, in particular in the Great Lakes region. After Angola took over the presidency of the International Conference of the Great Lakes Region in January 2014, the situation in the region has improved significantly, most likely a result of Angola's leadership. In this role, Angola was able to secure a commitment from the states of the region to economic and political sanctions against armed rebel groups for the first time [...].

Contudo, há iniciativas no sentido de promover a redução da pobreza, a dependência do petróleo e melhoria das condições básicas na vida da população, melhoria das infraestruturas, das políticas de gestão das finanças públicas e, uma das grandes

preocupações consiste na redução da taxa de analfabetismo o que levou anteriormente à reforma educativa.

Conforme afirma o *The World Bank* (2016)

[...] the country continues to face massive developmental challenges which include reducing the dependency on oil and diversifying the economy, rebuilding its infrastructure, improving institutional capacity, governance, public financial management systems, human development indicators and the living conditions of the population. Large pockets of the population still remain in poverty and without adequate access to basic services and could benefit from more inclusive development policies.

Face ao exposto, muitos desafios são colocados aos atuais dirigentes governamentais em estabilizar a economia local, quando de fato o mercado mundial está cada vez mais “agressivo” exigindo que as economias dos países apresentem maior robustez. De facto, Angola apresenta muitos problemas de organização social e por isso os desafios estendem-se à satisfação das necessidades básicas como por exemplo a melhoria dos serviços de saúde e educação. Por outro, lado a redução da pobreza, o combate à corrupção e as desigualdades sociais são outros desafios para o executivo angolano.

2.2. A Auditoria

A prática da auditoria vem de tempos idos embora não tenha sido como nos dias de hoje, há relatos de práticas de auditoria em épocas antigas. No entanto, antes de nos focarmos no tema central desta pesquisa que é a Auditoria Interna, introduzimos o conceito de auditoria, a origem do termo, bem como as principais fases ou períodos de transição até à auditoria moderna de modo a melhor compreendermos os pontos subsequentes, aludindo as principais fases que impactaram e impulsionaram a mesma atividade.

2.2.1. Origem e conceito

A história revela-nos que a auditoria vem da antiguidade, os procedimentos utilizados naquela altura revelam também como surgiu, ou seja, qual a origem e o significado do termo que conhecemos hoje. Assim, importa referir que as estruturas dos negócios de épocas longínquas não exigiam muito das práticas de auditoria conforme iremos

abordar, mas é de realçar que mesmo de forma pouco sofisticada já se faziam auditorias no passado.

Segundo Cosserat e Rodda (2009, p. 3)

[t]he word “auditing” comes from the Latin word “audire”, meaning “to hear”. In the late Middle Ages in Britain, accounts of revenue (tax receipts) and expenditure for manors and estates were both “heard” by an auditor, whose task was to examine such accounts [...].

Note-se que antes da revolução industrial a necessidade de aplicação da auditoria em termos financeiros era inexistente pois a indústria era rudimentar, com pequenos negócios que pertenciam a quem os explorava. Portanto, não havia a necessidade de estes serem auditados e de emissão de relatórios a terceiros (Almeida, 2014). Durante este período a preocupação estava centrada na utilização honesta do património (ibid.).

Por outro lado, relatos expressos apontam a existência de práticas de auditoria na Babilónia, China e no Egipto por volta do ano 4000 antes de cristo, em relação à cobrança de impostos e controlo dos armazéns dos faraós. Posteriormente (1800 AC a 95 DC) referências bíblicas indicam a prática de controlo interno e auditoria de surpresas. Em sequência, no período do império romano os funcionários eram encarregados de inspecionarem as contas de várias províncias (Costa, 2014, 2017).

Conforme apontam Cosserat e Rodda (2009, p. 3)

[a]uditing as we know it today can be traced back to the development of joint-stock corporations in the United Kingdom during the Industrial Revolution from the early 1800s. The increasing use of the company form of business organization led to growth of a professional class of managers who handled large sums of capital on behalf of shareholders [...].

É de realçar, neste sentido, que a necessidade da confirmação de registos contabilísticos acompanhada com o surgimento de grandes empresas cujos proprietários do capital primavam pela proteção do seu património, bem como a necessidade de taxaço do imposto sobre o rendimento impulsionaram o surgimento da auditoria isso na Inglaterra (Franco & Marra, 1982). Até aos dias de hoje a auditoria passou por várias fases e podemos dizer que a primeira fase foi marcada pela ênfase à deteção de fraudes e erros. Com o crescimento da complexidade dos negócios a auditoria passou para uma nova fase em que a responsabilidade do auditor não se baseava na deteção da fraude e erros.

Relatos apotam que «*it is sometimes suggested that the emphasis of the Companies Act auditing requirements has changed over the years from fraud an error detection to attesting the credibility of financial statements for investment purposes [...]*» (Cosserat & Rodda, 2009, p. 3).

Podemos afirmar que ao auditor passou-se a responsabilidade do exame às demonstrações financeiras e caso detete fraude e erros deve comunicar conforme os *standards*. Referimos também esta alteração na utilidade das informações financeiras pois, como se pode notar, antes da depressão dos anos 30 do século passado os investimentos que eram feitos baseavam-se em sentimentos, situação que se alterou após a Grande Depressão. De destacar também de acordo Cosserat e Rodda (2009) as diferenças de expetativas e os avanços tecnológicos como um dos fatores influentes neste processo.

Almeida (2014, p. 8) afirma que

[c]om a grande depressão do século passado, os investidores deixaram de estar ligados às empresas de uma forma sentimental, passando a investir o seu capital nas empresas cuja probabilidades de receberem dividendos pelo investimento realizado fosse maior e mais segura.

Tal facto trouxe um novo paradigma na auditoria que é a utilização das demonstrações financeiras para a tomada de decisão e assim se pode verificar mais uma vez uma evolução da auditoria associada a este fator. Tal como afirmam Cosserat e Rodda (2009, p. 3), «*[a]uditing service have been changing rapidly since the hearly 1990s. Audit practices have been evolving in response to growing public expectations of accountability to the complexities in economic and technological advances being made in business organizations*».

Podemos assim enumerar de forma breve algumas das principais datas que marcaram a auditoria (Costa,2014):

- 1854 - Criação da *The Society of Accountants in Edinburgh* (SAE), que em 1951 deu origem ao atual *The Institute of Chartered Accountants of Scotland* (ICAS) (organismo profissional de contabilistas e auditores a nível mundial);
- 1887 - Criação do *American Institute of Accoutants* (AIA) que publicou os primeiros documentos técnicos de auditoria em 1917;

- 1948 - Criação do *American Institute of Certified Public Accounts* (AICPA), sucessor do anterior. Em 1948 publicou as NAGA (Normas de Auditoria Geralmente Aceites);
- 2002 - Publicação da Lei Sarbanes-Oxley (SOA), principalmente para melhorar a monitorização dos auditores através da *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB).

Posto isto, importa apresentar a definição da auditoria conforme alguns autores. Assim sendo, segundo Franco e Marra (1982, p. 20) auditoria é definida como

[a] técnica contábil [sic] que através de procedimentos específicos que lhe são peculiares, aplicados no exame de registros [sic] e documentos, inspeções, e na obtenção de informações e confirmações, relacionado com o controle [sic] do património de uma entidade, objetiva obter elementos de convicção que permitam julgar se os principais registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites e se as demonstrações contábeis [sic] deles decorrentes refletem adequadamente a situação económico-financeira [sic] do património, os resultados do período administrativo examinado e as situações nelas demonstradas.

Para Boynton e Johnson (2006, p. 6) auditoria é entendida como

[...] *a systematic process of objectively obtaining and evaluating evidence regarding assertions about economic actions and events to ascertain the degree of correspondence between those assertions and established criteria and communicating the results to the interested users.*

De acordo com Morais e Martins (2013) a auditoria é um processo sistemático que consiste em emitir uma opinião por meio da obtenção e avaliação de provas, mediante critérios estabelecidos. De realçar que Almeida (2014, p. 3), partilha da mesma ideia de Boynton e Johnson (2006) ao definir a auditoria como

[...] um processo objetivo e sistemático, efetuado por um terceiro independente, de obtenção e avaliação de prova às asserções e eventos económicos, para verificar o grau de correspondência entre essas asserções e os critérios estabelecidos, comunicando os resultados aos utilizadores da informação financeira.

Apresentados os conceitos pelos autores, no nosso entender a auditoria é um processo de expressar através de um relatório uma opinião profissional e independente a razoabilidade e veracidade da informação contida nas demonstrações financeiras mediante a obtenção de prova suficiente e apropriada. Para o alcance dos objetivos, o auditor obedece um conjunto de procedimentos adequados que lhe vão permitir identificar as provas que irão suportar a opinião no fim do seu trabalho. De realçar que é um compromisso pelo qual o auditor deverá ser independente e objetivo de maneiras que o trabalho por este realizado tenha qualidade.

Importa realçar que em virtude dos escândalos ocorridos especificamente com a queda da Enron (Rittenberg, Johnstone & Gramling, 2010), uma das maiores empresas de capitalização bolsista nos Estados Unidos da América, que era auditada pela Artun Endersen, ocorreu uma grande mudança na regulação da profissão de auditoria (Almeida, 2014). Foram tomadas algumas medidas pelo governo americano e naturalmente, virificou-se o aspeto da independência com maior realce com destaque à emissão da SOA e o papel no controlo dos auditores pelo PCAOB (Almeida, 2014).

Nesta linha de pensamento, podemos dizer que os grandes escândalos financeiros ocorridos abalaram o mundo dos negócios e de certa forma a profissão de auditoria. As diferenças de expectativas em relação à profissão eram cada vez mais crescentes. Deste modo, destacamos o papel dos organismos já mencionados que contribuíram para o crescimento da profissão quer por meio da emissão de normas regulamentares, quer na promoção das responsabilidades do auditor. Assim, encerramos o enquadramento à auditoria e entramos nos vários critérios ou grupos de classificação da mesma

2.3. Tipos de auditoria

Independentemente do suporte e finalidade do estudo, o objeto em análise é que define o tipo de auditoria (Carneiro, 2009). No nosso entendimento, em virtude do aumento da complexidade do ambiente em que as organizações estão inseridas como temos vindo a referir até agora, afirmamos que se tem observado cada vez mais uma extensão dos tipos de auditoria variando naturalmente de acordo como o seu propósito e finalidade.

Morais e Martins (2013) afirmam que na classificação dos tipos de auditoria podem ser considerados vários critérios tais como o conteúdo e fins, a amplitude, a frequência, o período temporal, a obrigatoriedade e o sujeito que a efetua como se pode ver na figura 2.2. Já Carneiro (2009) por sua vez apresenta na tabela 2.2 os tipos de auditoria em que

engloba neles os critérios apresentados por Morais e Martins (2013) optando por agrupar os tipos de auditoria aos seus conteúdos, objeto de análise e finalidade. Assim sendo, a seguir a ilustração da figura e tabela em relação à classificação dos tipos de auditoria apresentamos nos pontos subsequentes os principais tipos de auditoria aludindo-se de forma breve os conceitos e propósitos de cada uma delas.

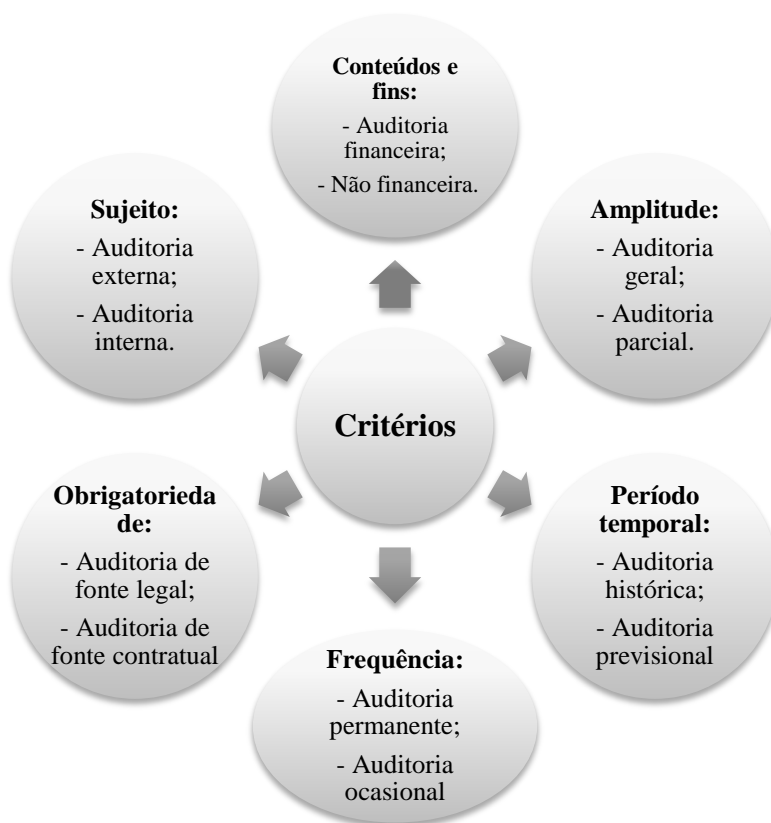


Figura 2.2. Critérios de classificação dos tipos de auditoria

Fonte: Elaboração própria a partir da leitura efetuada em Morais e Martins (2013).

Tabela 2.2. Abordagem dos tipos de auditoria

Tipos de Auditoria	Conteúdo do relatório	Objeto	Finalidade
Financeira	Opinião	Contas anuais	Apresentar a realidade
Sistemas de informação	Opinião	Sistemas aplicativos, recursos informáticos, planos de contingência e outros	Operacionalidade e eficiência, segundo as normas estabelecidas
Gestão	Opinião	Direção	Eficácia, eficiência e economicidade
Operacional	Opinião	Áreas operacionais	Eficácia, eficiência e economicidade
Interna	Opinião	Áreas da organização como um todo	Eficácia e eficiência das atividades e acrescentar valor à organização
Forense	Opinião	Todas as áreas com suspeita de erros e fraude	Detetar erros e frauds
Estratégica e Previsional	Opinião	Informação histórica e prospetiva	Avaliar a adequação dos pressupostos
<i>Compliance</i>	Opinião	Normas estabelecidas	Avaliar a adequação das operações às normas

Fonte: Adaptado de Carneiro (2009), Costa (2014) e Morais e Martins (2013).

2.3.1. Auditoria Interna

Embora o centro da presente pesquisa seja sobre auditoria interna tema que será abordado ao longo de toda a investigação como referido anteriormente, introduzimos neste ponto algumas bases sobre a mesma. De acordo com Carneiro (2009) e Costa (2014, 2017) a auditoria interna tem vindo a evoluir ao longo dos anos, inicialmente era associada à área contabilístico-financeira e o seu principal foco era a deteção de erros e fraudes. Era centrada na salvaguarda dos ativos e à credibilização da informação financeira. Por outro lado, era entendida como uma extensão da auditoria financeira cujo principal objetivo era a redução dos honorários do auditor externo.

A auditoria interna pode ser definida como uma avaliação independente, estabelecida por profissionais vinculados à organização com vista a auxiliar os membros no desempenho efetivo, mediante exames às atividades desenvolvidas, avaliações, correções, recomendações, conselhos e informações (Almeida, 2014).

Segundo a definição do IIA (Costa, 2017, p. 118)

[a] auditoria interna é uma actividade [sic] independente, de segurança objectiva [sic] e de consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações das organizações. Ajuda uma organização a atingir os seus objetivos facultando-lhe uma abordagem sistémica e disciplinada para

avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gestão de riscos, controlo e governação.

2.3.2. Auditoria Forense

Este tipo de auditoria está relacionada especificamente com a deteção de práticas ilícitas dentro da organização desenvolvida pela gestão de topo ou pelo nível operacional. O auditor forense com base nos conhecimentos, atributos, competência e experiência desempenha atividades para detetar, prevenir e corrigir atividades fraudulentas causadas pelos perpetradores (Almeida, 2014). Relatos expressos apontam que enquanto a auditoria financeira trabalha por amostragem, a auditoria forense centra-se em todas as transações com suspeita de fraudes (ibid.).

2.3.3. Auditoria Operacional

O desenvolvimento de forma progressiva da atividade empresarial quer em volume de negócio quer em termos de dispersão geográfica, originou atividades complexas e as funções do auditor interno passaram a ser mais alargadas expandindo-se às diversas áreas operacionais (Costa, 2014).

De acordo com Almeida (2014) e Carneiro (2009) a auditoria operacional é uma avaliação sistemática de todo ou parte do processo operacional de uma organização com vista a garantir que os recursos sejam usados tendo em conta a eficiência e eficácia. O auditor operacional não se limita à contabilidade, a sua avaliação baseia-se também na estrutura organizacional, métodos de produção, sistema de produção de informação e *marketing*. A mesma segundo Costa (2014) é uma auditoria das operações empresariais, resumindo-se num aprofundamento da auditoria interna e quando realizada de forma regular contribui para colmatar as diferenças no que é feito e o que pode ser feito.

2.3.4. Auditoria de Conformidade

Este tipo de auditoria para além de averiguar o cumprimento dos padrões e políticas estabelecidas, permite avaliar o grau de cumprimento das disposições legais (societária, laboral, contabilística, fiscal, ambiental, social, etc.) relacionadas com o negócio. Este tipo de auditoria é também conhecida como *compliance audit*, que tem grandes ligações com a auditoria interna e operacional (Costa, 2014).

2.3.5. Auditoria de Gestão

A auditoria de gestão envolve procedimentos, métodos, avaliações, políticas de gestão e enfoques, cujo principal objetivo é a revisão, análise e avaliação da performance da organização em relação à um conjunto de *standards* e pressupostos. É uma extensão da auditoria operacional cujo enfoque é a gestão de topo (Almeida, 2014; Costa, 2014).

O grande objetivo da auditoria de gestão é o de verificar em que medida é que os recursos (cada vez mais limitados) postos à disposição dos gestores estão a ser aplicados com a maior eficiência e eficácia (Carneiro, 2009; Costa, 2014). Por outras palavras, «[...] a auditoria de gestão pretende medir e dar opinião sobre o desempenho dos gestores e sobre a rendibilidade da empresa, ou seja, concluir sobre se os resultados por eles apresentados não poderiam ou deveriam ser diferentes (para melhor, obviamente)» (Costa, 2014, p. 96).

No nosso entender, as organizações traçam planos e metas que almejam alcançar, disponibilizando uma vasta gama de recurso (humanos, financeiros e tecnológicos) e seguindo determinados processos de gestão definidos. O auditor neste caso específico avalia a gestão de topo quanto a fixação dos objetivos, políticas, processo de planeamento e processo de controlo por formas a emitir recomendações conducentes à melhoria dos processos.

2.3.6. Auditoria Prospetiva e Estratégica

No contexto atual a divulgação da informação financeira histórica é considerada como insuficiente para os utilizadores em relação à continuidade e à tomada de decisão. Naturalmente, a produção de informação financeira prospetiva passou a ser uma prática corrente com vista a fornecer previsões financeiras para a tomada de decisão e sobre os pressupostos que poderão afetar o negócio.

Na opinião de Costa (2014, p. 120) «[a] responsabilidade pela preparação da informação financeira prospetiva (onde se incluem contas previsionais) cabe ao órgão de gestão da empresa [...]». Cabe ao auditor avaliar os pressutos que estiveram na base da preparação da informação financeira prospetiva em termos de plenitude e coerência. A auditoria estratégica é um tipo de auditoria de gestão que abrange essencialmente a avaliação de alternativas estratégicas, sua implementação, avaliação e controlo.

Carneiro (2009, p. 20) por sua vez entende que «[...] este tipo de auditoria avalia os resultados obtidos, conduz a uma reflexão crítica sobre a estratégia seleccionada [sic] e recomenda revisões, aperfeiçoamentos ou até uma reformulação total». Envolve também a avaliação de fatores fundamentais para a tomada de decisão como a avaliação do meio envolvente externo e interno, o que permite de acordo com Almeida (2014), ter uma ligação e visão integrada de todos os principais aspetos de gestão estratégica com o processo de tomada de decisão.

Genericamente podemos afirmar que este tipo de auditoria permite uma consolidação de alternativas com vista ao alcance da missão, visão e da estratégia definida, através do aproveitamento de oportunidades e superação das ameaças no meio externo e a consolidação dos pontos fortes e superação dos pontos fracos da organização, isto é, o meio interno.

2.4. A Auditoria Interna e Externa - semelhanças e diferenças

As organizações recebem dois tipos de auditoria: auditoria interna e auditoria externa. Pelo seu âmbito estes tipos de auditorias podem parecer que em nenhum momento se aproximam e que os seus pontos de vistas divergem. Na prática, esta situação é relativamente diferente pois constata-se em alguns momentos relações entre ambas em que uma é complementar à outra.

Conforme refere Moeller (2005, p. 217)

«[o]rganizations receive their major auditing services from two different sources: internal audit and independent external auditors. Although each has very distinct responsibilities, there are many common objectives that can provide a basis for coordination between these two distinct audit functions [...]».

A função de auditoria interna difere de uma entidade para a outra, enquanto que as responsabilidades do auditor externo são definidas por lei de acordo com Morais e Martins (2013). Assim sendo, as mesmas autoras (ibid.) apresentam os principais pontos de afastamento entre a auditoria interna e a auditoria externa conforme se pode ver na tabela 2.3.

Contudo, apesar de existirem diferenças as mesmas autoras (ibid.) apresentam similitudes nos seguintes pontos entre o auditor interno e o auditor externo:

- avaliam o risco e a materialidade;
- baseiam-se no controlo interno como ponto de partida para realizar o seu exame;
- utilizam as mesmas técnicas;
- a extensão do trabalho depende da eficiência dos sistemas contabilísticos e controlo interno existentes.

Assim sendo, Morais e Martins (2013, p. 46) defendem que

[t]anto o auditor interno como o externo devem estabelecer uma comunicação profissional e franca [...] incluindo metodologias [...] específicas. A ambos interessa otimizar os recursos e obter do outro toda a informação pertinente que lhe permita aumentar a utilidade do seu trabalho face à entidade.

Segundo Moeller (2005, p. 217)

[s]ince both audit functions work with the same organizational records and personnel, there is possibility of unnecessary duplication of effort or avoidable excessive demands on organizational personnel without some level of coordination. These coordinated audit efforts would provide more effective audit coverage for the organization served. Internal audit should have an objective to coordinate work with their external auditors [...].

Tabela 2.3. Principais diferenças entre Auditor Interno e Externo

Auditor Interno	Auditor Externo
<ul style="list-style-type: none"> - Normas profissionais, incluindo as normas éticas e técnicas; - Quadro da entidade; - Objetivo de atender às necessidades do órgão de gestão; - Contribui para o fortalecimento do sistema de controlo interno, gestão de risco e <i>Governance</i> da entidade; - O trabalho é executado tendo em conta as áreas operacionais; - Deve ser independente no exercício da sua função; - O controlo interno é avaliado a fim de poder expressar opinião acerca da eficácia e eficiência dos resultados; - O exame das atividades é contínuo; - Acompanha permanentemente a atividade da entidade, o que lhe proporciona um melhor conhecimento do negócio, conferindo-lhe maior sensibilidade em relação a tudo o que se refere à entidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Normas definidas por lei, para além das normas éticas e técnicas definidas para a profissão; - Profissional externo à entidade auditada; - O objetivo é atender às necessidades de terceiros; - A avaliação do sistema de controlo interno é feita com o objetivo de determinar a extensão do exame a efetuar às contas; - O trabalho é executado tendo em conta os elementos das demonstrações financeiras; - Deve ser independente em relação à Administração; - A opinião acerca do controlo interno focaliza-se na segurança das operações financeiras em detrimento da eficiência e eficácia dos recursos; - O exame das informações das demonstrações financeiras é descontínuo; - O acompanhamento é intermitente, e em várias entidades. Se por um lado, conhece pior cada entidade auditada, por outro poderá deter uma vasta experiência, fruto de auditar numerosas entidades.

Fonte: Morais e Martins (2013, p. 49).

De uma maneira geral entendemos que tanto a auditoria interna como a externa são duas profissões que podem prestar serviços à organização. Diferenciam-se, pois, o auditor interno é funcionário da organização (Brink, Cashin, & Witt, 1973) enquanto que o auditor externo não tem vinculação contratual à organização. Logo, as metodologias desenvolvidas, bem como os procedimentos de obtenção de prova em ambas se parecem. Neste sentido, o auditor interno pode fazer uso do trabalho final do auditor externo, do mesmo modo que o auditor externo pode fazer uso do trabalho do auditor interno permitindo a otimização dos recursos e a não duplicação de esforços. Terminada a introdução e a classificação dos tipos de auditoria, sublinha-se que, doravante o foco da presente investigação será direcionado à auditoria interna.

2.5. A Auditoria Interna

Neste ponto iremos abordar de forma mais detalhada a auditoria interna fazendo menção aos aspetos relacionados com a sua evolução, com os seus princípios orientadores, às NIPPAI (Normas Internacionais Para as Práticas Profissionais de Auditoria Interna), à independência, ao posicionamento no organigrama, ao plano de auditoria, complementado nos pontos subsequentes com a comunicação dos resultados, as funções da mesma no processo de gestão de risco, no controlo interno, no *Governance* e aos principais benefícios.

2.5.1. Conceito e evolução histórica

Há indícios de práticas de auditoria interna nas civilizações antigas. Morais e Martins (2013, p. 89) afirmam que «[...] nos estados feudais [...] já existia uma pessoa que tinha por missão inspecionar os rendimentos das contas de funcionários e agentes». Assim, e como já referido no ponto 2.3.1. inicialmente a auditoria estava ligada à área contabilístico-financeira o que caracterizava o trabalho do auditor interno como relativamente limitado em relação às outras áreas (Costa, 2014; Moeller, 2009).

Na sequência da Revolução Industrial o objetivo da auditoria interna assentava-se especificamente à deteção de erros e fraudes mediante uma análise detalhada das transações (Morais & Martins, 2013). Com o crescimento das empresas quer em complexidade como em volume de negócios (Brink, Cashin, & Witt, 1973), incluindo mudanças a nível da tecnologia (Moeller, 2009), surgiu a necessidade de implementação

de sistemas de controlo interno complexos, o que ocasionou a evolução da auditoria interna (Moeller, 2005, 2009; Morais & Martins, 2013).

A criação em 1941 nos Estados Unidos da América, do IIA (*Institute of Internal Auditors*) (Morais & Martins, 2013), foi determinante para o impulsionamento da profissão de auditor interno (Costa, 2014). Na sequência, com o objetivo de alargamento do âmbito das auditorias para áreas operacionais além das áreas contabilístico-financeiras, surgiu pela primeira vez o *statement of responsibilities of the Internal auditor* do IIA revista em 1957, norma que em 1971 descreveu a auditoria interna «[...] como revisão das operações empresariais ao serviço da Direção» (Morais & Martins, 2013, p. 89).

Outro marco importante foi a aprovação em 1978 dos *Standards for the Professional Practice of Internal Auditing* (Costa 2014), verificando-se assim um crescimento dinâmico na profissão de auditoria interna (Moeller, 2009). Já no contexto atual o papel do auditor interno expandiu-se a todas as áreas operacionais da organização sobre as quais tem a responsabilidade de acrescentar valor conforme afirma Moeller (2009, p. 7) ao referir que «[t]oday, internal audit has expanded its activities to all operational areas of the enterprise [...]».

No conceito tradicional a auditoria interna era referenciada como uma ferramenta focada apenas na exatidão numérica e estava ligada à área contabilístico-financeira (Brink, Cashin & Witt, 1973; Uhl, et al., 1981) conforme já mencionado. Assim, em 1999 o IIA aprova uma nova definição (atual definição) da auditoria interna onde a função da mesma é alargada em toda a organização com vista a melhorar a eficácia dos processos de gestão de risco, controlo e governação (Costa, 2017).

Assim sendo, afirma-se que com a auditoria interna “clássica” o auditor dava realce no relato dos factos ocorridos. Hoje a realidade é diferente pois, com o novo conceito adotado espera-se que a auditoria interna crie valor mediante os resultados das análises realizadas. Cabe ao auditor ter uma abordagem mais proativa (Pinheiro, 2014).

2.5.2. Princípios orientadores para o exercício da profissão de auditoria interna

A auditoria interna é conduzida em organizações, ambientes legais e culturais diferentes, o que torna fundamental a criação de uma estrutura conceptual capaz de fornecer orientações para o exercício da profissão e no entendimento das

responsabilidades dos auditores internos (IIA, 2012). Neste sentido, o organismo responsável por emanar as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna é o IIA. É o organismo regulador e tem ajudado os seus membros a conhecer os critérios geralmente aceites para a prática da profissão (Morais & Martins, 2013).

Morais e Martins (2013, p. 51) apresentam o auxílio do IIA aos seus membros nos pontos que se seguem:

- adoção do Código de ética;
- aprovação das normas de responsabilidade para os auditores internos;
- estabelecimento de programas de formação contínua;
- desenvolvimento de técnicos especializados, através da partilha de conhecimentos;
- instituição de programas de certificação [...].

É de realçar que o IIA estabeleceu uma estrutura conceptual denominada IPPF (*International Professional Practice Framework*), que desempenha um papel preponderante ao fornecer orientações que auxiliam o auditor interno a adotar uma postura profissional em diferentes situações (IIA, 2016). Na sua estrutura encontramos os seguintes elementos que aparecem resumidos da figura 2.3:

- **Guias obrigatórios**

Representam requisitos incondicionais no exercício das atividades de auditoria interna caracterizados pela designação “*Must*” e são estas as seguintes:

- Definição de Auditoria Interna;
- Código de Ética;
- Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (NIPPAI).

- **Guias recomendados**

Representam práticas auxiliaadoras em situações concretas ao fornecerem uma vasta gama de sugestões aplicáveis as quais não constituem requisitos incondicionais e são caracterizadas pela designação “*Should*”.

São estas as seguintes:

- Guias de implementação;
- Guias suplementares.



Figura 2.3. *International Professional Practices Framework*

Fonte: www.theiia.org.

A definição da auditoria interna conforme apresentada no ponto 2.3.1, estabelece os objetivos do exercício da função que de forma resumida é de contribuir no desempenho eficaz do processo de gestão de risco, controlo interno e *Governance*, mediante a emissão de recomendações resultante de um rigoroso processo de avaliação.

2.5.3. O Código de Ética

O código e ética vai para além da definição de auditoria interna, o seu objetivo é de promover uma cultura ética no exercício da profissão e aplicável a todos os que prestam serviços de auditoria interna incluindo indivíduos e entidades (Moeller, 2005; Morais & Martins, 2013).

De acordo com Morais e Martins (2013, p. 53) o código apresenta-se estruturado em duas partes (ver na tabela 2.4) que são:

- ✓ Princípios básicos: são os princípios éticos e pilares para a estrutura da profissão:
 - Integridade;
 - Objetividade;
 - Confidencialidade;

- Competência.
- ✓ Regras de conduta: conjunto de deveres que levam ao cumprimento dos princípios éticos.

Podemos concluir que o Código de Ética diz respeito a um conjunto de requisitos a serem adotados quer por entidades quer por indivíduos que desempenham a profissão de auditoria interna. A falta de ética poderá comprometer naturalmente o alcance dos objetivos da profissão que de certa forma afeta os utilizadores do produto final do auditor interno.

Tabela 2.4. Resumo do Código de Ética do IIA

Princípios	Regras de Conduta
Integridade	Os auditores internos deverão executar o seu trabalho com: <ol style="list-style-type: none"> Honestidade; Diligência; Responsabilidade; Respeitar os objetivos legítimos e éticos da entidade; Contribuir para os objetivos legítimos da entidade; Respeitar as leis e divulga-las. Não deverão, em consciência, participar em atividades ilegais, ou em atos que desacreditem a profissão de auditoria interna ou a entidade.
Objetividade	Os auditores não deverão: <p>Participar em qualquer atividade ou manter uma relação que prejudique ou parece prejudicar a imparcialidade – inclui todas as relações ou atividades que possam estar em conflito com os interesses da entidade;</p> <p>Aceitar nada que possa prejudicar ou aparente prejudicar o seu julgamento profissional.</p> <p>Deverão divulgar todos os factos materiais que tenham conhecimento, cuja não divulgação possa distorcer a informação das atividades em análise.</p>
Confidencialidade	Os auditores internos deverão ser prudentes na utilização e proteção da informação obtida no desempenho das suas atividades. <p>Não deverão utilizar a informação para qualquer benefício próprio ou que de outra maneira estaria em desacordo com as leis ou em detrimento dos objetivos legítimos e éticos da entidade.</p>
Competência	Os auditores internos deverão: <ol style="list-style-type: none"> Aceitar os serviços para os quais possuam necessário conhecimento, proficiência e experiência; Aperfeiçoar continuamente a sua proficiência, eficiência e qualidade dos seus serviços; Desempenhar os serviços de auditoria interna de acordo com as NIPPAL.

Fonte: Morais e Martins (2013, p. 53).

2.5.4. Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna

Assim como o código de ética, as NIPPAL são aplicáveis quer a indivíduos bem como a entidades que prestam serviços de auditoria interna e fazem parte dos requisitos incondicionais da estrutura conceptual do IPPF.

Estas normas não estão intactas, pois estão sujeitas a um processo de revisão contínua que envolvem análises exaustivas. Conforme afirma o IIA (2016) a revisão e o desenvolvimento das normas é um processo contínuo, em que o conselho Internacional das Normas de Auditoria Interna procede a uma consulta e discussão exaustiva antes de emitir as normas, processo que leva à solicitação de críticas junto do público de todas as partes do mundo através de um processo de exposição de versões rascunho. Todas as exposições rascunhos são postadas no website do *The IIA*, e são distribuídos nos institutos filiados ao mesmo.

No seguimento, de acordo com o IIA (2016) as NIPPAI são designadas para:

- Delinear princípios básicos que representam a prática da auditoria interna tal como ela deverá ser;
- Proporcionar um enquadramento para o desempenho e promoção de um conjunto de atividades de auditoria interna que permitam acrescentar valor;
- Estabelecer uma base para avaliar o desempenho de auditoria interna;
- Promover a melhoria dos processos e operações das organizações.

Estas normas subdividem-se em dois grupos (Morais & Martins, 2013):

- Normas de atributo (série 1000) - tem que ver com as características dos indivíduos e das organizações;
- Normas de desempenho (série 2000) - tem que ver com a natureza da atividade de auditoria interna, bem como critérios para avaliação de desempenho.

Por outro lado, as normas de auditoria interna “jogam” um importante papel nos diferentes ambientes em que a atividade de auditoria está inserida. De acordo com Moeller (2005, p. 274)

[t]he IIA Standards for the Professional Practice of Internal Auditing provides an important set of guidance materials for any internal auditor. Because of the many different environments where internal auditors will work, the many different audit performed, and the varying demands for internal audit services, the typical internal auditor will perform many different day-to-day functions. However, whenever there are questions or uncertainties, an internal auditor should consult these Standards for guidance.

Posto isto, entendemos que as NIPPAI proporcionam um espectro alargado que definem as práticas da profissão de auditoria interna. Pode-se notar a sua importância ao definirem o enquadramento de desempenho e promoção das atividades de auditoria interna, as bases para adicionar valor à organização, para avaliação de desempenho da função e melhorar os processos e as operações das organizações. As NIPPAI desempenham um papel de “farol” auxiliando o auditor interno no cumprimento eficaz das suas responsabilidades, de contribuir no desempenho eficaz das organizações mediante a avaliação da adequação da gestão do risco, controlo e *Governance*.

2.5.5. A Independência em Auditoria Interna

De acordo com Attie (1992, p. 30) «[a] auditoria interna é uma atividade profissional e o seu propósito é fazer julgamentos profissionais [...]». Logo, a auditoria interna deve ter um grau de independência que permita fazer julgamentos com imparcialidade, integridade e objetividade.

Segundo Marques (1997, p. 60)

[a] independência na realização das acções [sic] é uma das questões fundamentais para o bom desempenho da função auditoria e, conseqüentemente, para a utilidade do serviço prestado, tanto mais necessária quanto os trabalhos a desenvolver mais entrarem nos caminhos da gestão.

A independência é dos aspetos mais importantes no exercício da função auditoria interna e está estreitamente relacionada com a integridade e objetividade (Pinheiro, 2014). Para exercer de forma livre e objetiva o auditor tem de ser independente em relação às atividades que audita (Costa, 2014, 2017).

Morais e Martins (2013, p. 103) por sua vez advogam que

[a] independência permite que os Auditores internos emitam juízos imparciais e sem preconceito, o que é essencial para a realização das atividades de Auditorias. À independência, associamos a neutralidade e objetividade que deve caracterizar permanentemente a atuação do departamento de Auditoria Interna e, logicamente, os seus componentes. Está relacionada fundamentalmente com os seguintes elementos: objetividade e nível hierárquico dentro da organização.

Assim sendo, a questão da independência, bem como a sua importância nos objetivos aparecem mencionadas nos conceitos de auditoria interna como afirma Pickett (2007). A independência é uma componente importante para o objetivo da auditoria interna que tem de gozar de total independência ou será de pouca utilidade. Por isso Pickett (2007, p. 259) relata que «*independence means the management can place full reliance on audit findings and recommendations*».

Os conceitos apresentados mostram que a independência está ligada não só a questão da integridade e objetividade, como também da autoridade que deve ser conferida ao auditor interno na realização do seu trabalho, permitindo-lhe fazer julgamentos imparciais, bem como a confiança no resultado do seu trabalho de formas a acrescentar valor à organização por um lado. Por outro lado, Pinheiro (2014, p. 83) ressalta que «[a] independência consiste em dois aspectos [sic]: a independência de “facto”, como estado de espírito e a independência na “aparência” [...] ou seja, [...] “não basta sê-lo é preciso parecê-lo”».

De forma genérica a independência deve ser entendida como o “poder” conferido ao auditor para realizar o seu trabalho. O auditor deve preparar o seu trabalho sem interferência e ter acesso livre às áreas a auditar, procurando deste modo ser íntegro e objetivo. Contudo, para alcançar a independência deverá atuar sem conflitos de interesses de maneiras que o resultado do seu trabalho gere confiança e benefícios para a organização.

2.5.6. O posicionamento no organigrama da entidade

Frequentemente questiona-se o posicionamento da auditoria interna no organigrama da organização, sendo que este mesmo posicionamento é muito importante para aquilo que são os objetivos da auditoria interna dentro da organização. Neste sentido, dentro da organização à auditoria interna tem de ser conferida um nível hierárquico que permita aos auditores internos alcançar a independência.

Para que o DAI (Departamento de Auditoria Interna) alcance o grau desejado de independência deve ser colocado a um nível hierárquico diferente das áreas que audita. O mesmo departamento deve reportar-se ao Conselho de Administração (Attie, 1992; Costa, 2014; Marques, 1997). Pickett (2007) partilha da mesma ideia ao afirmar que a auditoria interna tem de estar distanciada dos demais departamentos sob o qual tem a responsabilidade de analisar as operações.

Ao reforçar ainda mais a questão da independência Attie (1992, p. 31) afirma que «[o] mínimo desejável de subordinação é a auditoria se reportar a um nível hierárquico que, pelo seu “status”, possa considerar adequadamente as opiniões e recomendações do auditor e comandar prontamente sua prática». Assim sendo, entendemos que o posicionamento da auditoria interna no organigrama da organização é determinante para que o auditor atue com objetividade e autoridade. Tal posicionamento poderá ter influência no desempenho eficaz do trabalho do auditor interno, na medida em que não fica dependente hierarquicamente das áreas que audita.

No seguimento, para o cumprimento das responsabilidades da auditoria interna deve ser estabelecido dentro da entidade um nível hierárquico adequado (Morais & Martins, 2013), por tal razão os auditores internos devem reportar-se ao Conselho de Administração para o alcance dos seus objetivos (Costa, 2017). O DAI deve depender do Órgão de Gestão posicionado ao mais alto nível, com autoridade suficiente para (Morais & Martins, 2013, p. 101):

- não cortar o alcance das Auditorias a realizar;
- aperfeiçoar a adequada objetividade ao rever as conclusões, deficiências e sugestões mencionadas nas informações;
- permitir que as informações sejam distribuídas aos responsáveis máximos da entidade;
- fomentar a implementação das recomendações sugeridas no trabalho de Auditoria.

Dando seguimento, referências expressas no ponto 2.3.1 apontam que tradicionalmente a auditoria interna baseava suas avaliações à área contabilístico-financeira e por isso situava-se no organigrama sob a responsabilidade do diretor administrativo/financeiro conforme a figura 2.4.

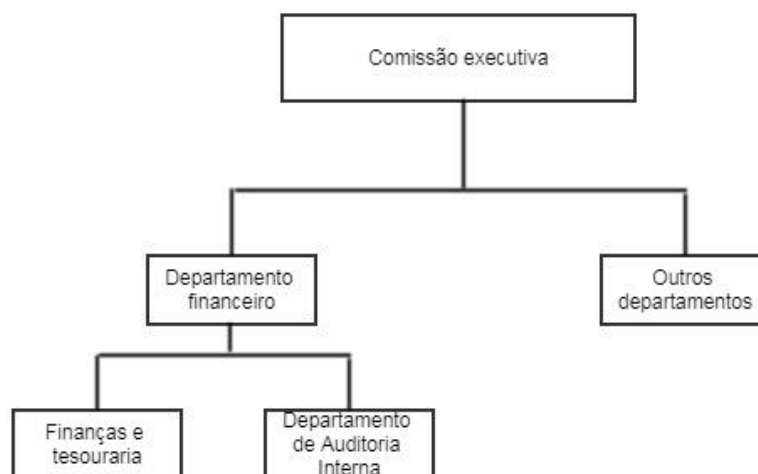


Figura 2.4. Posicionamento tradicional da Auditoria Interna no organograma

Fonte: Elaboração própria a partir da leitura efetuada em Brink, Cashin e Witt (1973); Uhl, et al., (1981).

Conforme referido nos pontos anteriores, o crescimento das organizações em termos de dimensão e complexidade dos negócios gerou um grande volume de atividades e as responsabilidades do auditor interno tornaram-se maiores, abrangendo diversas áreas. Tal situação ocasionou uma nova realidade no posicionamento da auditoria interna. Assim sendo, atualmente a auditoria interna posiciona-se ao mais alto nível com dependência do Órgão de Gestão e com apoio da Comissão de Auditoria (Morais & Martins, 2013) conforme se pode ver na figura 2.5.

Pinheiro (2014) corrobora da mesma ideia ao afirmar que dentro da organização o posicionamento da auditoria interna deve situar-se ao mais alto nível e assumir um papel importante de críticas às rotinas estabelecidas e contribuir para a melhoria do desempenho na organização.

Segundo Moraes e Martins (2013, p. 101)

«[a] dependência do Órgão de Gestão garante aos auditores uma ação direta sobre quase todo o conjunto da entidade. No entanto, corre-se o risco do [sic] Órgão de Gestão não poder “despender” do tempo necessário para dar seguimento ao trabalho de Auditoria Interna [...]».

Assim, a dependência de uma Comissão de Auditoria, evita o inconveniente da dependência da direção-geral e, além disso não reduz o campo de ação do auditor interno (Morais & Martins, 2013).

Com isto, o posicionamento adequado da função auditoria interna é a um nível superior dos demais departamentos que a mesma função tem a responsabilidade de auditar e deve reportar-se ao Conselho de Administração, com auxílio da Comissão de Auditoria. De realçar que (Morais & Martins, 2013), as organizações que possuem Comissão de Auditoria a independência da auditoria interna aparece mais reforçada.

As mesmas autoras (ibid.) afirmam que as Comissões de Auditoria incluem conselheiros não executivos cujo principal objetivo é apoiar o DAI realçando a independência e objetividade. Assim sendo, quanto maior for o relacionamento da Comissão de Auditoria com o DAI, maior será a probabilidade de independência resultante dos exames e relatórios de auditoria.

Ainda segundo Moraes e Martins (2013, p. 103)

«[...] a Comissão de Auditoria deve, pelo menos, ser responsável pela contratação, promoção e remuneração do departamento de Auditoria Interna. Supervisionar o desenvolvimento da atividade de Auditoria Interna é uma responsabilidade premente da Comissão de Auditoria. As políticas, padrões e procedimentos de Auditoria também devem ser aprovadas por esta Comissão».

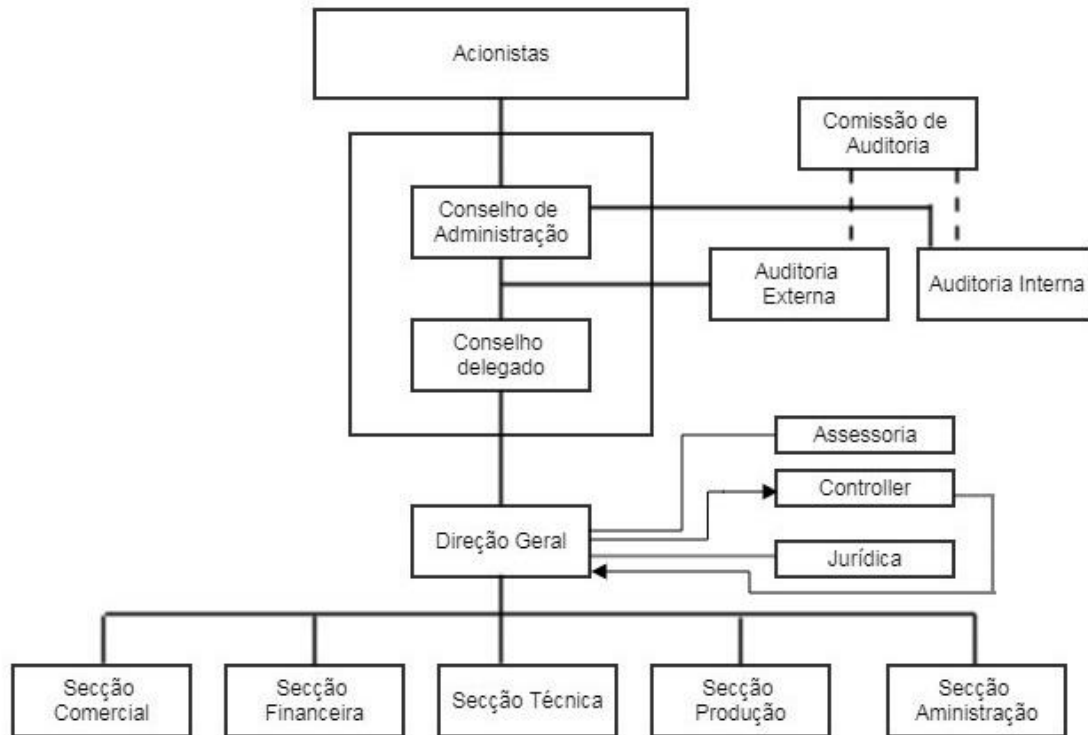


Figura 2.5. Posicionamento da Auditoria Interna no organograma

Fonte: Adaptado de Moraes e Martins (2013, p. 102).

2.5.7. O Plano de Auditoria Interna

O planeamento é um processo determinante para o alcance dos objetivos desejados pela auditoria interna, pois permite determinar a extensão dos procedimentos mediante as áreas de risco, os recursos e o tempo de execução das tarefas. Segundo Attie (1992, p. 66-67), as atividades a serem realizadas pelo auditor interno precisam ser planeadas e documentadas permitindo-lhe essencialmente:

- Estabelecer objetivos e âmbito do trabalho;
- Obter informações em relação às atividades a serem examinadas;
- Determinar os recursos necessários;
- [...];
- A realização de um levantamento no local de trabalho, para que os encarregados se familiarizem com as áreas a serem ressaltadas e seja estimulada a apresentação de comentários e sugestões;
- Elaborar o programa de auditoria;

- Determinar como, quando e a quem os resultados de auditoria serão comunicados;
- Obtenção de aprovação para o plano de trabalho.

Contudo, conforme afirma Pinheiro (2014) o plano deve ser preparado com base na avaliação do risco negativo para o desempenho eficaz da organização, conceito este que aparece referenciado nas NIPPAI (Norma 2010 - subsecção das normas de desempenho) do IIA (2012, p. 10), em que «[o] responsável pela auditoria tem que estabelecer planos, baseados no risco, para determinar as prioridades da actividade [sic] de auditoria interna consistentes com os objectivos da organização».

Assim sendo, Morais e Martins (2013) afirmam que

[é] necessário planear as diferentes avaliações do controlo interno, gestão de risco e de Governance [sic] a realizar ao longo do ano, determinar a amplitude, alcance e frequência, para não deixar que a realização de auditorias fique à mercê da ocorrência de algum acontecimento que seja necessário investigar.

O CAE (*Chief Audit Executive*) é responsável pelo desenvolvimento de um plano devidamente elaborado, tendo em atenção as áreas de risco do negócio. O mesmo plano tem de estar alinhado aos objetivos da organização, por isso, deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração antes da sua execução (Marques, 1997). Por isso, Pinheiro (2014, p. 79) advoga que «[o] planeamento [...] deverá ter em conta os diversos factores [sic] de risco e o peso de cada actividade [sic] na construção dos resultados operacionais da empresa».

Naturalmente, e de acordo com Morais e Martins (2013) o plano permite o estabelecimento de prioridade em relação às áreas a auditar, rentabilizar os processos, profundidade dos testes e os recursos necessários, bem como a concretização dos objetivos da auditoria em tempo razoável embora que estejam sujeitos a ocorrências imprevisíveis.

2.5.7.1. Estrutura do Plano de Auditoria Interna

Não existe uma estrutura formal definida em relação ao plano de auditoria a ser elaborado pela auditoria interna em virtude das diferenças existentes nas estruturas organizativas e estilos de gestão. Contudo, Morais e Martins (2013) sugerem requisitos mínimos da estrutura de um plano de auditoria:

- Âmbito de atuação;
- Objetivos;
- Local, interlocutores da entidade, áreas ou processos a auditar;
- Custos a incorrer;
- Tempo;
- Cronograma, incluindo datas previstas, duração e as equipas;
- Como, quando e a quem serão comunicados os resultados de auditoria.

Este processo de planeamento de acordo com Pinheiro (2014, p. 80) «[...] deverá ser devidamente estruturado por ciclos de actividade [sic] ou subprocessos, visando garantir, num prazo razoável, que sejam auditadas todas as actividades [sic] [...]» o que nos leva a afirmar que o processo de planeamento é uma fase importante no trabalho do auditor interno, pois consiste no estabelecimento do “caminho” a percorrer mediante a definição dos métodos, técnicas e recursos necessários à realização do trabalho.

No seguimento, o auditor deverá proceder de formas a linhar o seu trabalho às áreas de risco do negócio priorizando os de impacto negativo. O plano permite que sejam definidas as equipas, bem como o tempo de realização de cada atividade, constituir o programa de trabalho e assim alcançar uma maior rentabilização do tempo.

2.6. Comunicação dos resultados – Relatório de Auditoria Interna

O objetivo principal da auditoria interna é de contribuir acrescentando valor à organização. Tal contributo é conseguido mediante à avaliação do risco, controlos e processos de *Governance*, pela emissão de um relatório que deve conter conclusões, limitações e recomendações da avaliação feita, processo este de comunicação dos resultados referenciado dentro das normas do IIA. Pickett (2007, p. 705) vem confirmar esta afirmação ao expressar que «*[s]ome auditors argue that the audit report is the fundamental end product of any audit and IIA Performance Standard 2400 states that: Internal auditors Should communicate the engagement results promptly*».

De acordo com Morais e Martins (2013, p. 160) «[a] comunicação dos resultados é uma declaração formal da reflexão do auditor, como consequência direta [...] da prova, sendo esta a essência da auditoria». Nota-se a importância do relatório pois é um meio em que o auditor tem a oportunidade de mostrar o resultado final do seu trabalho, tal como afirma Moeller (2009, p. 351), ao referir que «*[a]n audit report is a formal*

document in which internal audit summarizes its work by reporting its observations and recommendations [...]».

Na mesma linha, Attie (1992) afirma que o relatório de auditoria é uma oportunidade para a auditoria interna vender as suas ideias e chamar a atenção sobre o trabalho concretizado. Logo, o auditor deve considerá-lo como uma oportunidade de mostrar o valor que tem a oferecer à organização sendo que, «[...] representa um dos documentos mais relevantes do auditor interno, dado que é por meio deste que comunica aos diferentes destinatários as conclusões do seu trabalho» (Morais & Martins, 2013, p. 160).

Por sua vez Moeller (2009, p. 351) advoga que «[...] [a]udit reports are the most important end product of the internal auditing process and are a major vehicle by which to describe internal audit's activities for people both in side and outside of the enterprise [...]». Como se pode ver, o relatório é tão importante que para além de servir a própria organização pode servir pessoas externas a organização.

Segundo Attie (1992, p. 270)

[o] relatório de auditoria constitui a forma pela qual se leva à administração o produto do trabalho do auditor. É través dele que a auditoria evidencia o serviço realizado mostrando à organização as suas ideias, pontos de vistas e sugestões que, uma vez implementados, constituem-se numa solidez de controles [sic].

O mesmo tem como objetivos os sumariados nos pontos seguintes (Morais & Martins, 2013, p. 161):

- ✓ reportar a informação necessária e relevante que permita conduzir as recomendações suscetíveis de ajudar na tomada de decisão;
- ✓ fornecer um relato permanente, global e coerente de uma investigação, trabalho, estudo ou pesquisa;
- ✓ identificar com clareza as melhorias necessárias às entidades;
- ✓ induzir os destinatários para a necessidade da implementação das recomendações;
- ✓ “vender” convictamente o trabalho da atividade de Auditoria Interna;
- ✓ [...].

Por outro lado, e dando seguimento à importância do relatório Attie (1992, p. 270) advoga que

[o] auditor deve olhar para o seu relatório da mesma forma que um vendedor vê uma oportunidade de apresentar o seu produto para o mais alto escalão de uma empresa, qual seja, como uma abertura para uma promoção de venda bem realizada, testada e concebida [...].

Dada a relevância que o mesmo tem ao servir de “espelho” para a organização, há que observar requisitos básicos na sua elaboração que em termos gerais são: ser construtivo, preciso, completo, objetivo, conciso, oportuno e claro (Attie, 1992; Morais & Martins, 2013). Esta ideia é confirmada pelo IIA (2012), conforme a interpretação da Norma de Desempenho (ND) 2420 – (Qualidade das Comunicações) na qual alude que o auditor deve atuar com diligência no sentido de poder oferecer uma comunicação com as seguintes características:

- ✓ precisa: isenta de erros e retratem os fatos apontados;
- ✓ objetiva: comunicação imparcial e sem preconceitos;
- ✓ clara: facilmente entendida evitando linguagem técnica desnecessária;
- ✓ concisas: vão diretamente ao assunto;
- ✓ construtivas: úteis para o cliente e para a organização;
- ✓ completas: sem omissões;
- ✓ tempestivas: fornecidas atempadamente permitindo à gestão acções [sic] correctivas [sic].

Posto isto, entendemos que é, todavia, fundamental que o relatório de auditoria interna espelhe a realidade dos exames efetuados com as devidas conclusões e recomendações facilmente perceptíveis e que levem à tomada de decisão e contribuam para a definição de estratégias adequadas para a organização, sendo que conforme já referido é no relatório que o auditor tem a oportunidade de fazer valer o seu trabalho. Naturalmente, a elaboração do mesmo não deve ser de forma descuidada e ambígua, simplesmente com o objetivo do cumprimento de ações formais do DAI.

Attie (1992) reconhece que a redação do relatório está ligada essencialmente a problemas de comunicação, em que o auditor deve proceder da melhor forma para transmitir e informar a terceiros. Aliás, deve ser um documento bem elaborado e sem questões por “esclarecer” às áreas auditadas.

Por isso, a sua emissão obedece duas fases importantes conforme afirmam Attie (1992) e Moraes e Martins (2013). A primeira fase é marcada pela emissão de uma “versão preliminar” endereçada aos responsáveis de cada unidade auditada para se proceder a revisões, pois estas discussões ajudam à incorporação dos factos e que não se verifiquem mal entendidos. Na sequência emite-se uma “versão definitiva” do relatório depois de esclarecidas quaisquer situações que suscitem dúvidas por parte dos responsáveis das unidades auditadas.

Assim sendo, embora os conteúdos e formatos variem de entidade para entidade, o relatório deve conter no mínimo os seguintes itens conforme mostra o quadro abaixo:

Tabela 2.5. Estrutura do Relatório

Opinião	Destacada e facilmente localizável para o leitor dada a sua importância.
Alcance	Áreas, processos, e/ou operações auditadas.
Conclusões/Recomendações	Factos ocorridos; deve incluir informação pertinente com os pontos de vistas dos auditados.
Anexos/Apêndices	Documentos que comprovam factos, provas, documentos de amostragem, longos extratos, [...] etc.
Data e Assinatura dos Responsáveis	Assinados manualmente pelos responsáveis, com a referida data.

Fonte: Adaptado de Moraes e Martins (2013).

Como já referido, a questão do relatório prende-se essencialmente à comunicação. Se por um lado deve conter uma linguagem que permita aos seus destinatários a devida compreensão, por outro lado, há erros que se devem evitar aquando da sua elaboração. Deste modo, na tabela 2.6 apresentamos os principais erros a serem evitados na fase de elaboração do relatório.

Tabela 2.6. Erros a evitar na preparação de um relatório

Erros a evitar no relatório	
✓	Elaborar um relatório como se o destinatário do mesmo fosse o auditor;
✓	Não ilustrar justiça e empatia;
✓	Relatórios extensos (ultrapassar 30 páginas);
✓	Linguagem excessivamente técnica (quem lê precisa de ajuda);
✓	Linguagem literária;
✓	Usar advérbios de modo e adjetivos qualificativos (palavras que provoquem excitação emocional ou reações defensivas);
✓	Frases [...] longas;
✓	[...];
✓	Nomear pessoas (referindo-se sempre aos postos de trabalho, cargos que ocupam, áreas, etc.);
✓	Não efetuar uma impressão prévia (corrigir erros de impressão: quadros e gráficos partidos, títulos mal posicionados, [...]);
✓	Não rever valores e dados detalhadamente;
✓	Não corrigir estilos e erros ortográficos;
✓	[...];
✓	[...];
✓	Não ter sido discutido e aprovado pelo coordenador;
✓	O Responsável pelo Departamento de Auditoria Interna delegar a leitura do relatório final;
✓	[...]
✓	Mencionar no relatório afirmações que não consiga ver provadas.

Fonte: Moraes e Martins (2013, p. 168).

No nosso entender e de uma forma resumida, o relatório é um momento pelo qual o auditor interno mostra o motivo pelo qual está na organização e pode contribuir para a mesma. Por isso, a elaboração do relatório deve ser uma fase considerada chave (sem desvalorizar as demais) e, no entanto, as técnicas de redação devem facilitar o leitor e levá-lo à ação. Deverá tratar diretamente dos principais assuntos sem demasiada elaboração de linguagem, estar isento de erros e de questões por esclarecer como já mencionado e deve ser emitido de maneiras que a tempestividade das recomendações não seja posta em causa.

2.7. A Função de Auditoria Interna

As funções que a auditoria interna desempenha dentro da organização estão estabelecidas na estrutura do IPPF. Conforme afirmam Moraes e Martins (2013, p. 94) «[a] responsabilidade da atividade de auditoria interna é de servir de forma consistente com as NIPPAI e com os padrões profissionais de conduta regulamentados no Código de Ética do IIA».

Assim sendo, podemos afirmar que o conceito de auditoria interna apresenta de forma resumida o propósito da função de auditoria interna que se baseia na avaliação

disciplinada e sistemática da adequação e melhoria do processo de gestão do risco, controlo interno e processos de *Governance*, tal como defende Rezaee (2010, p. 47) ao referir que «[i]nternal auditors play an important role on their organization's corporate governance, internal control structure, risk management analysis [...]».

Deste modo, neste ponto apresentamos um enquadramento ao conceito de controlo interno, risco e *Governance*, bem como a relação existente entre estas funções com a auditoria interna sendo que, como referem Morais e Martins (2013, p. 129) a mesma influencia no cumprimento dos objetivos e acrescenta valor à organização.

2.7.1. Função de vigilância do Sistema de Controlo Interno

2.7.1.1. Enquadramento ao conceito de Controlo Interno

Os vários meios em que as organizações estão inseridas, bem como os recursos subjacentes (incluindo recursos tecnológicos), a dimensão, cultura e outros constituem ambientes geradores de acontecimentos que podem de certa forma comprometer o alcance dos objetivos. A implementação do controlo interno é importante na medida em que permite uma segurança razoável na fiabilidade de relato, processos e conformidade e reduz o risco associado ao negócio.

Segundo Inácio (2014) a existência de um sistema de controlo interno adequado pode ser sem dúvida uma vantagem competitiva face aos concorrentes, já que permite o alinhamento de toda a organização e a sua estratégia. Fatores como o crescimento das organizações em termos de dimensão, operações, alargamento do espaço de atuação e a crescente utilização de tecnologia de informação tornam o controlo interno cada vez mais importante.

No nosso entender, o controlo interno se tornou cada vez mais importante para as organizações e por isso foram criados modelos de controlo interno no sentido de fornecerem uma segurança razoável no alcance dos objetivos. Com isso, antes de caracterizarmos o moledo de controlo interno entendemos que seja importante apresentar um enquadramento ao conceito de controlo interno para uma melhor perceção.

O controlo interno segundo Costa (2010, p. 3)

[c]ompreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adoptados [sic] numa entidade para: salvaguardar os seus activos [sic];

verificar a exactidão [sic] e a fidedignidade dos seus dados contabilísticos; promover a eficiência e eficácia operacional; e encorajar o cumprimento das políticas prescritas pelos gestores.

De acordo com Pinheiro (2014, p. 99) «[o] controlo interno pode definir-se como o conjunto de mecanismos ou práticas utilizadas para evitar ou detectar [sic] actividade [sic] não autorizada, na perspectiva [sic] da consecução dos objectivos [sic] traçados pelas organizações». Assim, no nosso entender o controlo interno pode ser definido como um conjunto de medidas, políticas ou práticas estabelecidas pelo Órgão de Gestão ou outro pessoal responsável que visam essencialmente auxiliar à gestão de uma forma eficiente e eficaz para o bom desempenho de cada área específica e da organização como um todo.

Nesta senda, o COSO é o modelo de controlo interno criado pela Comissão COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), constituída por cinco organizações privadas (o *The American Accounting Association (AAA)*, o *The American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)*, o *Financial Executives International (FEI)*, o *The Institute of Internal Auditors (IIA)* e o *The Institute of Management Accountants (IMA)*), que evidenciam esforços no sentido de contribuir para a melhoria da gestão do risco, controlo interno e prevenção e deteção de fraude (COSO, 2017; Inácio, 2014; Martins & Morais, 2013).

Este modelo reconheceu duas versões na sua estrutura. A primeira foi criada em 1992 (COSO1), atualizada em 2013 mantendo os componentes base na sua estrutura, bem como os objetivos. Porém, foram reforçados os aspetos relacionados com os objetivos operacionais e de relato assim como dezassete princípios que representam conceitos fundamentais associados aos diferentes componentes (Inácio, 2014; McNally, 2013).

No fundo, trata-se de uma estrutura de controlo interno tridimensional (Inácio, 2014) conforme a figura 2.6. Note-se também que as principais alterações verificam-se na extensão do reporte da informação (não apenas financeira), no alargamento dos princípios e áreas de foco relacionadas com os componentes do controlo interno (McNally, 2013), bem como a ordem de importância dos componentes de controlo com destaque para o ambiente de controlo pois representa um conjunto de normas, processos e estruturas que providenciam a base para o desenvolvimento do controlo interno na organização e a sua compreensão pode ser determinante para o sucesso do controlo interno (Inácio, 2014; McNally, 2013).



Figura 2.6. Estrutura do COSO *Internal Control Framework*

Fonte: McNally (2013, p. 4).

É importante realçar que a compreensão do ambiente de controlo para os restantes componentes é importante pois, o ambiente de controlo constitui a base para todos os outros componentes e é aquele que melhor traduz a consciência, a ética, a cultura organizacional e as ações dos responsáveis pela governação em relação ao controlo interno e da importância deste para a entidade (Peralta, 2014; Pinheiro, 2014).

2.7.1.2. Relação entre a Auditoria Interna e o Controlo Interno

O relacionamento da auditoria interna com o controlo interno encontra-se referenciado em diversas passagens. Tendo em atenção que o trabalho do auditor interno é de avaliar e acompanhar as operações realizadas ao longo do ano, Moraes e Martins (2013, p. 95) referenciam que «[a] atividade de auditoria interna deve proporcionar informação à Direção [sic] com o objetivo de controlo. O auditor interno converte-se num elemento chave de *feedback* da entidade».

Segundo as mesmas autoras (ibid., 95), «[a] atividade de auditoria interna é desenvolvida ao longo de todo o ano. A sua principal responsabilidade é de dotar a Direção [sic] de uma ferramenta de controlo, mediante a identificação dos pontos fracos da entidade, emitindo um relatório de diagnóstico».

No nosso entender, as organizações traçam metas de curto, médio e longo prazo. Para alcançá-las precisam definir um conjunto de políticas e procedimentos e por isso, implementam-se controlos que dão segurança razoável para o alcance das metas

definidas. O auditor tem o papel de avaliar a adequação do controlo implementado dentro da organização, informando as deficiências e propondo melhorias.

Deste modo, o auditor interno desempenha um papel importante na medida em que avalia a eficácia do sistema de controlo interno e emite recomendações que visam à sua manutenção (Pinheiro, 2008; Rezaee, 2010), o que vai de encontro com a ideia de Marques (1997, p. 60) que afirma que «[a] avaliação do controlo interno efetuada pela auditoria interna tem mais em vista colaborar com os gestores e com os responsáveis pelos diferentes serviços no aperfeiçoamento dos serviços em geral e do sistema de controlo que lhe deve estar associado».

Pinheiro (2014) adota a ideia de Marques (1997) ao afirmar que a gestão é a primeira responsável pela implementação de mecanismos de controlo. Cabe ao auditor interno apoiar a organização no estabelecimento de controlos efetivos por meio da avaliação da sua eficiência e eficácia, visando a melhoria contínua. Por outro lado, o auditor interno «[...] identifica insuficiências de normativo, desajustamento entre o normativo existente e a realidade, métodos e processos desactualizados [sic], [...]» (Marques, 1997, p. 60) em que Rezaee (2010, p. 50) chama de «[...] *compliance with applicable rules and regulations* [...]», embora no caso da análise do cumprimento de normativo para organizações que possuem um departamento de *compliance* seja da responsabilidade do mesmo (Morais & Martins, 2007, 2013) não ficando deste modo o auditor isento de tal análise.

O auditor leva a Direção a transformar um sistema de controlo débil por meio de avaliação que consiste muitas vezes na comparação do estado do controlo interno e das normas definidas, o que faz com que a Direção tome medidas corretivas (Martins & Morais, 2013), e leva-nos a entender que o controlo interno é fundamental no alcance dos objetivos definidos pela organização, embora a segurança fornecida não seja absoluta, é um fator importante no processo de gestão pois minimiza a ocorrência de situações que podem comprometer o alcance dos objetivos.

Entendemos também que a auditoria interna conforme acima referenciado, joga um importante papel no contributo para um controlo interno mais eficaz na medida em que o auditor interno conhece o processo desenvolvido nas áreas que audita. Todavia, mediante as avaliações realizadas o auditor tem a responsabilidade de emitir um parecer acerca da adequação do controlo interno e recomendar quando necessárias ações corretivas.

2.7.2. Função de apoio à Gestão do Risco e ao *Governance*

2.7.2.1. Enquadramento ao conceito de Risco

As organizações são geridas em ambientes diferentes e complexos, dos quais originam eventos que podem afetar de forma positiva ou negativa o alcance dos objetivos organizacionais. Rezaee (2010, p. 50) afirma que «[o]rganizations of all types, sizes, and complexity are facing a variety of risks that affect the reliability of financial statements and effectiveness of internal controls [...]» e, deste modo, gestores são chamados a implementar mecanismos que permitam minimizar a incerteza e um desempenho eficiente e eficaz das operações.

Assim, a necessidade de gestão de riscos tornou cada vez mais clara a preocupação da definição de uma estratégia sólida que permita identificar, avaliar e gerir os riscos e promover a criação e preservação de valor (COSO, 2004; Pereira, Bracalente, Dinofre, e Bernardinelli, 2008). A identificação tanto dos eventos com impacto positivo como negativo, implica a implementação de um sistema de gestão de riscos corporativos que permita gerenciá-los e aproveitar as oportunidades que aportem valor à organização, denominado ERM (*Enterprise Risk Management*) (Moeller, 2005, 2009).

Entendemos que a definição de uma estrutura integrada baseada na gestão do risco permite um melhor entendimento no processo de gestão de risco possibilitando a identificação dos eventos positivos e negativos (riscos) e dar respostas adequadas e coerentes conforme se pode ver na figura 2.7.

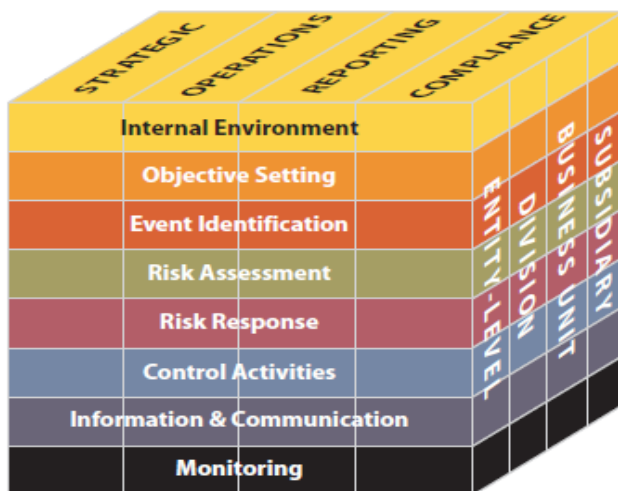


Figura 2.7. COSO ERM

Fonte: COSO (2004, p. 11).

De acordo com Airmic, Alarm e Irm (2010) todas as organizações precisam compreender e desenvolver processos de gestão de risco e mantê-los no nível de apetite desejado mediante prioridades para alcançarem os seus objetivos. Pinheiro (2014, p. 100) defende a ideia apresentada por Moeller (2005, 2009) pois afirma que

[a] organização para atingir a estratégia definida deve estabelecer um moledo de governo que vise efectuar [sic] a gestão do risco, [...] para reduzir as meças e o risco de incertezas subjacentes às principais actividades [sic] ou negócios desenvolvidos e devidamente estruturados numa estratégia.

Assim, «[i]n 2001, COSO initiated a project, and engaged PricewaterhouseCoopers, to develop a framework that would be readily usable by managements to evaluate and improve their organizations' [sic] enterprise risk management» (COSO, 2004, p. 5).

Deste modo, o COSO (2004, p. 2) define a gestão de risco como

[...] a process, effected by an entity's board of directors, management and other personnel, applied in strategy setting and across the enterprise, designed to identify potential events that may affect the entity, and manage risk to be within its risk appetite, to provide reasonable assurance regarding the achievement of entity objectives.

Moeller (2005, p. 109) apresenta o mesmo conceito apresentado pelo COSO (2004) ao referenciar que

[e]nterprise risk management is a process, effected by an entity's board of directors, management and other personnel, applied in strategy setting and across the Enterprise, designed to identify potential events that may affect the entity, and manage risks to be within the risk appetite, to provide reasonable assurance regarding the achievement of entity objectives.

Morais e Martins (2013, p. 95) por sua vez fazem referência ao conceito de gestão de risco apresentado pelo COSO como

[...] um processo efetuado pelo Conselho de Administração, a Direção e restante pessoal de uma entidade, aplicado à definição da estratégia e concebido para identificar potenciais acontecimentos que possam afetar a entidade e gerir os riscos dentro do risco aceitável, assegurando razoavelmente a concretização dos objetivos.

De uma maneira geral entendemos que o ERM como um processo de gestão de risco desenvolvido pelos responsáveis dentro da organização, com vista a gerir o risco de forma a mantê-lo em um nível aceitável assegurando de forma razoável o alcance dos objetivos.

2.7.2.2. Auditoria Interna e a Gestão do Risco

O risco como vimos (no ponto relacionado ao planeamento), é um fator a ter em conta na auditoria interna. A compreensão do risco pelo auditor interno é importante para o atingimento dos seus objetivos que devem estar alinhados aos objetivos da organização. No entanto, a atividade de auditoria interna «[...] revê a aplicação e eficácia dos procedimentos de gestão de risco e metodologias aplicadas na sua valorização» (Morais & Martins, 2013, p. 97).

De acordo com Moeller (2005, p. 108) «[...] *risk management is an important tool for the internal auditor. Today's modern internal auditor Should focus on understanding relative risks when planning and developing internal audit activities*», sendo que, conforme afirma Pereira et al. (2008), a responsabilidade pela implementação de um sistema de gestão de risco é do órgão de gestão, o auditor interno faz uma avaliação própria dos riscos, confrontando com a avaliação feita inicialmente pela gestão.

Morais e Martins (2013, p. 95) partilham a mesma ideia de Pereira et al. (2008) ao afirmarem que

[o] auditor interno deverá verificar se a metodologia adotada para implementar o processo da gestão de risco é entendida pelos diferentes grupos de interesses (Conselho de Administração, Comissão de Auditoria, entre outros) envolvidos no *Governance* [sic] da entidade. Embora seja tarefa da gestão conceber a metodologia da gestão de risco, cabe ao auditor interno auxiliar a entidade na sua identificação e avaliação.

O COSO (2004a, p. 88) por sua vez reforça a ideia do papel que o auditor interno tem na avaliação dos processos de gestão de risco em relação à eficácia mediante a emissão de recomendações ao afirmar que

[i]nternal auditors play a key role in evaluating the effectiveness of, and recommending improvements to enterprise risk management. This includes evaluating the reliability of reporting, effectiveness and efficiency of operations, and compliance with laws and regulations. In carrying out their

responsibilities, internal auditors assist management and the board of directors or audit committee by examining, evaluating, reporting on, and recommending improvements to the adequacy and effectiveness of the entity's enterprise risk management.

De acordo com Martins e Morais (2013, p. 96)

[o] IIA referencia que o papel da atividade de auditoria interna no ERM é proporcionar uma garantia sobre os processos de gestão de riscos, que os riscos são corretamente avaliados, avaliar os processos de gestão de riscos, avaliar a comunicação dos riscos chave e rever a suas políticas de gestão.

Dado o rigor que se pretende alcançar, tendo em conta que uma avaliação inadequada dos riscos associados ao negócio pode comprometer o alcance dos objetivos estratégicos, este processo de avaliação de risco pelo auditor interno não deve ser de forma descuidada. Envolve um processo formal por formas a ter uma abordagem consistente e eficaz na análise e compreensão das áreas de risco na organização (Moeller, 2005), ou seja, a elaboração de uma matriz de risco por formas a avaliar os riscos conforme a probabilidade de ocorrência e o impacto.

2.7.2.3. O papel da Auditoria Interna no *Governance*

A economia de um país depende da gestão eficiente das suas empresas e por isso é fundamental a distribuição de responsabilidades e uma gestão livre respeitando as normas estabelecidas. Segundo o relatório publicado em 1992 denominado *Cadbury Report*, esta é a essência do *corporate governance* (Pickett, 2007). Associado a este fator está uma maior preocupação em relação ao governo das sociedades sendo que a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico) (2004) tem desenvolvido programas no sentido de promover a boa governação, com o objetivo de melhorar o enquadramento legislativo e regulamentar o governo das sociedades.

De acordo com Pickett (2007, p. 21) «[c]orporate governance is [...] the way organizations are directed and controlled [...]». Este conceito resumido vai de encontro ao apresentado pela OCDE (2004) que define boa governação como o conjunto de políticas adequadas implementadas na organização baseados em princípios regulamentares com vista a alcançar os objetivos definidos, e estes princípios segundo Pinheiro (2014) baseiam-se na racionalização de processos devidamente estruturados

que ajudam à adequada distribuição de responsabilidades, processos de controlos, clarificação do cumprimento das normas e das funções operacionais.

De acordo com Pickett (2007, p. 21)

[...] [a]n organization's task is to achieve the level of performance that it was established for. But at the same time, an organization must adhere to all relevant standards, rules, laws, regulations, policies and expectations that form a framework within which this performance must be assessed.

Segundo a OCDE (2004, p . 11)

[o] governo das sociedades envolve um conjunto de relações entre a gestão da empresa, o seu órgão de administração, os seus accionistas [sic] e outros sujeitos com interesses relevantes [...]. O governo das sociedades estabelece também a estrutura através da qual são fixados os objectivos [sic] da empresa e são determinados e controlados os meios para alcançar esses objectivos [...].

Deste modo, no nosso entendimento as organizações estabelecem objetivos, metas que pretendem alcança-las no longo prazo mediante a distribuição de responsabilidades dentro da estrutura organizacional. O sucesso dos objetivos definidos traduz-se na aplicação efetiva de responsabilidade e, neste sentido, o *Corporate Governance* visa melhorar a forma de gestão das organizações mediante um conjunto de princípios.

Embora sejam afetadas pela estrutura do ambiente legal que estão inseridas, as organizações devem adotar uma estrutura que lhes permita contribuir no crescimento macroeconómico. Assim sendo, a OCDE (2004) recomenda políticas de governo que promovam melhores práticas pelos responsáveis sendo que o papel do auditor interno no *Governance* é de contribuir com recomendações de forma a assegurar a consistência com os valores organizacionais e as normas para o alcance dos objetivos definidos (Morais & Martins, 2013; Rezaee, 2010).

De acordo com Morais e Martins (2013, p. 97) «[a] atividade de Auditoria Interna tem uma visão integrada, focalizada na concretização das práticas de “bom governo”, sustentabilidade da entidade, salvaguarda da sua imagem e reputação corporativa [...]», o que nos leva a afirmar que pela sua visão integrada o auditor interno mediante a avaliação de fatos ocorridos e que não estão alinhados com as normas e valores definidos, contribui no *Corporate Governance* mediante a emissão de recomendações que visam à melhoria de tais práticas .

2.8. Benefícios da Auditoria Interna

A auditoria interna é uma função implementada para criar/acrescentar valor à organização conforme temos vindo a referir ao longo da investigação. Com este principal objetivo, naturalmente esperam-se benefícios e, como temos vindo a referir só faz sentido se a mesma função consegue gerar benefícios mesmo que sejam a longo prazo resultante das avaliações efetuadas, benefícios estes que podem ser variados.

Referências expressas indicam que a finalidade para o estabelecimento da auditoria interna na organização é de auxiliar a mesma no alcance dos objetivos estratégicos (Paula, 1999). Deste modo, a auditoria interna pela posição e autoridade que lhe é conferida tem a missão de aportar valor tendo em conta a abordagem sistemática e disciplinada que faz da organização como um todo (Costa, 2017; IIA, 2016). A avaliação também é feita de formas que os objetivos operacionais sejam alcançados através do contributo no controlo interno ao emitir recomendações que visam à melhoria do mesmo em termos de eficiência e eficácia indicando a metodologia adequada para o cumprimento dos objetivos organizacionais (Paula, 1999; Pinheiro, 2014).

Neste sentido, os benefícios da auditoria interna se podem notar no suporte ao *corporate governance*, fortalecimento do controlo interno, eficiência e eficácia operacional e aderência às normas internas e externas. Deve estar cada vez mais preparada para servir de suporte na consecução estratégica do negócio, aportando valor à organização (Paula, 1999). Dos benefícios que se podem enumerar constata-se o contributo na gestão de risco, no controlo interno (Deloitte, 2007; Morais e Martins, 2013; Rezaee, 2010), bem como emitir informações que contribuam no processo de tomada de decisão mesmo que não seja da responsabilidade do auditor implementá-las (Deloitte, 2007; Marques, 1997; Morais & Martins, 2013; Paula, 1999), proporcionar atividades de seguimento ou *follow-up* (Morais & Martins, 2013; Pinheiro, 2014) e reduzir os custos na organização (Rezaee, 2010).

De forma genérica entendemos que a auditoria interna é importante para a organização e pode ser quando bem valorizada um canal de criação de valor, proporcionando naturalmente benefícios às diversas áreas de atuação dos quais podemos destacar: o auxílio às metodologias de gestão dos riscos do negócio importunando ações de ocorrência de fraudes, atividades de seguimento ou *follow-up*, o auxílio à gestão em relação ao cumprimento das políticas definidas e a devida responsabilização isto é, nos

princípios do *corporate governance*, ao processo de tomada de decisão, maior eficácia e eficiência dos controlos internos definidos e a redução dos custos.

2.9. Estudos relacionados

Foram vários os autores que consideraram o contributo da auditoria interna, assim como a sua importância para a tomada de decisão e principalmente no papel que a mesma tem na criação de valor para as organizações (Carvalho, 2015; Figueiredo, 2014; Lima, 2014; Lizote, Verdinelli e Perez, 2015; Lourenço, 2017; Pinheiro, 2013).

O estudo realizado por Pinheiro (2013) visou avaliar como a organização pode acrescentar o seu valor através da auditoria interna. A população foi constituída pelas 500 maiores empresas a atuarem em Portugal no ano de 2011. Os resultados foram recolhidos através da aplicação de um inquérito por questionário composto por questões fechadas, simples e múltiplas e o estudo caracteriza-se como quantitativo tendo em conta a abordagem descritiva e analítica e os dados foram analisados fazendo recurso ao SPSS. Assim, os resultados obtidos permitiram confirmar que a organização acrescenta valor com a auditoria interna.

O estudo levado a cabo por Figueiredo (2014) visou avaliar a importância da auditoria interna num contexto diferente em relação aos demais estudos. O estudo foi realizado em Angola cuja população era constituída por 30 empresas e a amostra fazia um total de 10 empresas. Os dados foram recolhidos por meio de um inquérito por questionário constituído por questões fechadas e analisados fazendo recurso ao SPSS. O estudo caracterizou-se como quantitativo e qualitativo, tendo uma abordagem exploratória e por unanimidade nos resultados confirmou-se que o valor fornecido pela auditoria interna se traduz em vantagem competitiva.

Lima (2014) estudou o impacto da auditoria interna no desempenho organizacional. Os dados foram recolhidos por meio da aplicação de um questionário constituído por questões fechadas dirigidos aos gestores das empresas alvo no ano de 2010. O estudo caracteriza-se como exploratório, descritivo e quantitativo e os dados foram analisados com recurso ao Excel e SPSS. Os resultados obtidos confirmaram que a auditoria interna tem um impacto positivo no desempenho organizacional.

Carvalho (2015) procurou avaliar a perceção da utilidade da auditoria interna no setor de transportes. O estudo incluiu gestores, os operacionais e auditores e os dados foram

recolhidos por meio de inquéritos por questionário, por entrevista e analisados fazendo recurso ao Excel. Os resultados obtidos confirmaram a importância da auditoria interna neste setor de atividade.

Lizote, Verdinelli e Perez (2015) estudaram a percepção da importância e benefícios da auditoria interna. O estudo abrangeu auditados brasileiros e venezuelanos de organizações de vários setores nomeadamente: setor alimentar, setor agrícola, setor bancário, setor de bebidas, cooperativas e extração de gás que constituíram uma amostra de 110 participantes, dos quais 58 venezuelanos e 52 brasileiros.

O tipo de estudo foi caracterizado como descritivo e aplicado tendo em conta a abordagem quantitativa. Quanto aos procedimentos foi do tipo levantamento e o instrumento de recolha dos dados foi o inquérito por questionário e, através da aplicação da análise da variância foi possível avaliar as diferenças de respostas entre as organizações participantes do estudo. O objetivo do estudo foi alcançado pois percebeu-se que a grande maioria considera que a auditoria interna possui um alto grau de importância.

O contributo da auditoria interna para a gestão das organizações foi o estudo desenvolvido por Lourenço (2017) caracterizado como um estudo exploratório e descritivo tendo em conta o método de abordagem quantitativo, em que os dados foram recolhidos por meio da aplicação de um questionário composto por questões fechadas às 500 maiores e melhores empresas em Portugal até 2014 com uma amostra de 25 empresas sendo que, o questionário foi endereçado aos órgãos de gestão das respetivas empresas, bem como ao departamento de auditoria interna. Os resultados obtidos confirmaram o contributo da auditoria interna na gestão das organizações nos dois grupos alvo.

De forma genérica os resultados dos vários estudos aqui apresentados apontaram como limitação a dificuldade de respostas aos questionários que se traduziu em amostras reduzidas. Os autores recomendam a aplicação do estudo para ampliação do corpo do conhecimento num contexto diferente incluindo a definição de novas variáveis de estudo, bem como diferentes setores de atividades. Naturalmente, neste sentido nos propusemos estudar a importância da auditoria interna nas instituições bancárias na província do Huambo, Angola na perspetiva dos seus gestores cujo referencial teórico aqui se encerra. Os procedimentos metodológicos e os resultados da investigação empírica serão apresentados nos capítulos que se seguem.

Capítulo III. Metodologia

3. Hipóteses de Investigação e Metodologia

3.1. Objetivos do estudo

A definição adequada do objetivo é uma fase crucial no processo de uma investigação e naturalmente, facilita e orienta o investigador no caminho a percorrer e conducente ao resultado final. Neste ponto foram definidos os objetivos geral e específicos que nos irão orientar na presente investigação.

Conforme já introduzido, com o objetivo de mostrar o que pretende fazer na investigação o investigador exprime um enunciado declarativo, isto é, o objetivo geral que permite determinar com clareza e objetividade o propósito da investigação (Cervo & Bervian, 2002). Assim sendo, a presente investigação tem como objetivo geral aferir a Importância da Auditoria Interna nas instituições bancárias na província do Huambo, Angola na perspetiva dos seus gestores.

Para o alcance do objetivo geral definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- aferir a perceção global da importância da Auditoria Interna dos gerentes e subgerentes;
- aferir as diferenças da perceção da importância da Auditoria Interna nas variáveis de controlo (categoria do inquirido, sexo, habilitações literárias e área de formação);
- avaliar a perceção dos principais benefícios da Auditoria Interna para a organização;
- avaliar a perceção do contributo da Auditoria Interna na robustez do controlo interno;
- avaliar a perceção do contributo da Auditoria Interna no processo de gestão de risco;
- avaliar a perceção da qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Interna;
- identificar os fatores que influenciam a perceção da importância da Auditoria Interna.

3.2. Hipóteses de investigação

No nosso entendimento, o processo de investigação é complexo e por isso requer que o investigador defina metodologias e estruturas adequadas que irão naturalmente orientá-lo aos resultados pretendidos. Ressalta-se aqui a importância da inclusão de hipóteses que permitem um maior controlo das variáveis operacionais da investigação e estabelecer um guia de orientação no decurso do mesmo processo.

Na visão de Quivy e Campenoudt (2013) a melhor forma de conduzir uma investigação com ordem e rigor é através da organização da mesma em torno de hipóteses. A importância da definição de hipóteses consiste pelo fato de servirem de justificação e orientação do estudo (Freixo, 2012). Estas, consistem em declarações ou afirmações que servem de resposta prévia, ou seja, predições que consistem em respostas provisórias que se pretendem comprovar e que irão orientar a investigação (Freiro, 2012; Kothari, 2004; Quivy & Campenoudt, 2013).

Por outro lado, hipóteses de acordo com Creswell (2009, p. 132) «[...] *are predictions the researcher makes about the expected relationship among variables [...]*». Estas predições permitem a comparação entre grupos estabelecendo relação entre as variáveis dependente e independente, bem como o impacto que a variável independente tem na variável dependente. Importa referir que estas podem ser verificadas ou não (Creswell, 2009; Hoyle, Harris, & Judd, 2002; Quivy & Campenoudt, 2013).

Hoyle, Harris, e Judd (2002, p. 11) definem as hipóteses como «[...] *a falsifiable statement of the association between two or more constructs [...]. They can state that one construct causes another, or they might simply state the one construct tends to be found with another*». Estas são pertinentes na medida em que permitem, ajudam à seleção dos dados e pontos pertinentes da investigação entre uma infinidade de dados a que o investigador tem acesso ou pode recolher sobre um determinado assunto (Quivy & Campenoudt, 2013).

Introduzido o conceito de hipótese, o seu objetivo num trabalho ou processo de investigação, apresentamos no ponto a seguir as hipóteses definidas na presente investigação que serviram de base na seleção de dados pertinentes e numa melhor delimitação da informação, assim como o estabelecimento de teorias de relacionamento dos construtos da presente investigação para o alcance do objetivo geral. Referimos que as mesmas foram formuladas de forma positiva.

3.2.1. Hipóteses do estudo

Os benefícios da auditoria interna se podem notar ao longo do tempo nas mais variadas áreas desde que conforme referimos no ponto 2.5.5 lhe seja dada o desejado nível de independência nestas áreas sobre as quais tem a responsabilidade de atuar, sendo que deverá proporcionar à organização resultados que possam efetivamente fazer valer a sua importância e o papel para o qual foi estabelecida.

Os benefícios se podem notar pela melhoria no controlo interno melhorando deste modo as operações em termos de eficiência e eficácia (Deloitte, 2007; Morais & Martins, 2013; Paula, 1999; Pinheiro, 2014), podendo estender-se no suporte ao *governance* e à aderência às normas (Paula, 1999), bem como à melhoria do processo de gestão do risco (Deloitte, 2007; Morais & Martins, 2013). De realçar também que os benefícios se estendem no suporte à tomada de decisão (Deloitte, 2007; Marques, 1997; Morais & Martins, 2013; Paula, 1999), e também em atividades de *follow-up* (Morais & Martins, 2013; Pinheiro, 2014). Por outro lado, a abordagem geral que faz a auditoria interna permite que a organização reduza os custos associados ao negócio (Rezaee, 2010). Neste âmbito definiu-se a seguinte hipótese:

H1. Os benefícios proporcionados pela AI influenciam na perceção da sua importância para a organização. Ou seja, quanto maior forem os benefícios proporcionados pela AI maior será a sua importância para a organização;

A AI desempenha um importante papel ao emitir recomendações para a melhoria do sistema de controlo interno (Morais & Martins, 2013). Estas recomendações emitidas são o resultado da avaliação feita e visam contribuir para a eficiência e eficácia do sistema de controlo interno (Pinheiro, 2008). Assim sendo, a AI com o intuito da melhoria contínua compara na maioria das vezes o estado atual do sistema de controlo interno com os objetivos definidos (Morais & Martins, 2013) e colabora com os gestores e os responsáveis pela área de controlo interno no sentido de aperfeiçoarem e melhorarem o processo de controlo interno (Marques, 1997; Rezaee, 2010). De acordo com o explanado definiu-se a seguinte hipótese:

H2. O contributo da AI na robustez do controlo interno influencia na perceção da sua importância para a organização. Ou seja, quanto maior for o contributo da AI na robustez controlo interno maior será a sua importância para a organização;

O processo de gestão de risco é importante, sendo que uma gestão inadequada dos riscos pode comprometer o alcance dos objetivos. O auditor interno não é responsável pela gestão de risco, porém contribui para a adequação das metodologias adotadas pela área responsável pela gestão de risco (Morais & Martins, 20113), confrontando a metodologia usada com o seu juízo profissional (Pereira et. al., 2008).

O auditor avalia o *report*, a eficiência e eficácia dos processos e a conformidade com as leis e regulamentos. Na sequência, emite um relatório que inclui recomendações que visam melhorar o processo de gestão de risco estabelecido (COSO, 2004a). Por outro lado, o auditor interno verifica se as políticas definidas para a gestão de risco são adequadamente implementadas, assim como a verificação do processo de comunicação dos riscos chave (Morais & Martins, 2013) e mediante a sua competência profissional faz uma abordagem consistente de maneiras a contribuir da melhor forma no processo de gestão de risco (Moeller, 2005). Neste âmbito definiu-se a seguinte hipótese:

H3. O contributo da AI na gestão do risco influencia na perceção da sua importância para a organização. Ou seja, quanto maior for o contributo da AI no processo de gestão de risco maior será a sua importância para a organização;

A comunicação dos resultados é uma fase importante no trabalho do auditor interno (Pinheiro, 2007). Sendo que, é possível tornar este processo efetivo através da emissão de um relatório que conste as conclusões do mesmo (Moeller, 2009; Moraes & Martins, 2013). É neste documento que o auditor interno tem a oportunidade de contribuir para a organização mediante recomendações que devem levar à ação (Attie, 1992), sendo que, deverá o auditor apresentar um relatório que leve à implementação das ações corretivas e por isso o relatório deve ser claro, completo, sem erros e de forma objetiva mostrar as principais conclusões e recomendações (Attie, 1992; IIA, 2012). De acordo com o explanado definiu-se a seguinte hipótese:

H4. A qualidade das informações fornecidas pela AI influencia na perceção da importância da mesma para a organização. Ou seja, quanto maior for a qualidade das informações da AI maior será a sua importância para a organização.

3.3. Metodologia

3.3.1. Caraterização do estudo

Tendo em conta os objetivos preconizados, o problema de investigação e os procedimentos adotados, a presente investigação é caraterizada como exploratória e descritiva tendo em conta a abordagem quantitativa.

Investigação exploratória: qualquer investigação pode ter uma função exploratória, isto é, pode fazer emergir outras hipóteses que serão necessárias verificar em seguida. Neste tipo de estudo o investigador deve ser rigoroso e também criativo nos seus procedimentos de modo a definir variáveis que posteriormente irá testá-las (Ketele & Roegiers, 1993). Visam essencialmente buscar a familiarização com as variáveis ou obter perceção das mesmas e descobrir novas ideias (Cervo & Bervian, 2002).

No seguimento da pesquisa exploratória caraterizamos a presente investigação como do tipo transversal pois, «[n]este caso os dados são recolhidos num só momento no tempo numa amostra representativa de uma população seja para a descrever, seja para detetar possíveis relações entre traços/variáveis» (Coutinho, 2014, p. 318), quer isto dizer que os respondentes são avaliados num determinado momento sem se considerar fatos passados nem implicações futuras, por isso entendemos que são estudos “fotográficos”.

O método descritivo baseia-se na descrição de comportamentos e atitudes dos participantes do estudo (Ketele & Roegiers, 1993). Este método permite observar, registar, analisar e correlacionar os fatos ou fenómenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura averiguar com a precisão possível a frequência com que um fenómeno ocorre e como está relacionado com os outros, sua natureza e caraterísticas (Cervo & Bervian, 2002). A investigação descritiva carateriza-se também por descrever os comportamentos, atitudes, valores e determinadas situações (Coutinho, 2014), preocupando-se o investigador em retratar o que já existe no momento em relação a um problema ou fenómeno e por vezes mesmo descobrir relações entre fenómenos (Coutinho, 2014; Freixo, 2011).

Já a abordagem quantitativa é um processo sabeado num sistema de recolha de dados observáveis e quantificáveis como: fatos objetivos, acontecimentos e fenómenos que existem independentemente do investigador (Freixo, 2011). Esta, baseia-se em medir tais acontecimentos e fenómenos comparados e/ou relacionados no decurso do processo da investigação empírica (Coutinho, 2014).

3.3.2. Definição do instrumento de recolha de dados

Neste ponto apresentamos a caracterização do instrumento de recolha dos dados e o porquê da adoção do mesmo, naturalmente associado a este tipo de estudo tirando proveito das suas vantagens. Apresentamos também o tipo de questões que caracterizam este instrumento com realce às suas vantagens e limitações. Segundo Quivy e Campenoudt (2013, p. 181) «[...] a primeira operação da fase de observação consiste em conceber um instrumento capaz de produzir todas as informações adequadas e necessárias para testar as hipóteses [...]».

No seguimento, definiu-se o questionário como o instrumento de recolha dos dados pois como afirmam Quivy e Campenoudt (2013) e Marconi e Lakatos (2003) permite alcançar um maior número de participantes distribuídos por diferentes áreas geográficas, bem como a não influência do pesquisador às respostas dos participantes do estudo. Destaca-se também a natureza impessoal (Cervo & Bervian, 2002) que possibilita a uniformidade na avaliação dos casos, aumentando a confiança dos respondentes o que possibilita coletar dados mais reais, sendo estas as principais vantagens deste instrumento.

Nesta fase deve-se ter em conta também os riscos associados ao instrumento, Marconi e Lakatos (2003, p. 203) afirmam que «[o] questionário deve ser limitado em extensão e em finalidade. Se for muito longo, causa fadiga e desinteresse; se for curto demais, corre o risco de não oferecer suficientes informações». Porém, para além destas questões, para produzir informação adequada o mesmo instrumento deve conter perguntas sobre cada um dos indicadores objeto de análise e formuladas com a máxima precisão (Quivy & Campenoudt, 2013).

Como se pode ver, para além das vantagens há o risco de o questionário não ser respondido, corretamente entendido e ser mal preenchido (Iarossi, 2011; Quivy & Campenoudt, 2013). Face à esta situação o questionário foi elaborado de forma simples e objetiva com o propósito de minimizar os riscos associados sem descurarmos do rigor que a construção do mesmo deve obedecer como sugerem Quivy e Campenoudt (2013). Importa referir também que o questionário contempla perguntas/afirmações fechadas e neutras (Hill & Hill, 2012), distribuídas mediante a aplicação da escala de *Likert* (Quivy & Campenoudt, 2013). Em relação às perguntas fechadas, têm a vantagem de o respondente escolher apenas as alternativas fornecidas pelo pesquisador,

permitindo a aplicação fácil de análises estatísticas (Hill & Hill, 2012; Cervo & Bervian, 2002).

Em seguida, referenciamos que antes da distribuição do questionário procedemos à distribuição da carta de apresentação aos participantes do estudo com indicação da natureza do estudo ou investigação, buscando despertar o interesse dos respondentes no sentido de que os mesmos preencham e remetam o questionário dentro de um prazo razoável, procedimento este sugerido por Marconi e Lakatos (2003).

Na sequência, procedeu-se ao pré-teste do questionário ao ser distribuído a sujeitos diferentes, mas com características semelhantes dos sujeitos em estudo com o objetivo de ser testado. O pré-teste (Marconi & Lakatos, 2003; Quivy & Campenoudt, 2013), permite identificar inconsistência ou complexidade das perguntas, ambiguidade ou linguagem inacessível, perguntas sensíveis, adequação da ordem das questões, bem como a extensão do questionário para posteriores correções.

Convém realçar também a forma de como fizemos chegar a carta de apresentação e os questionários aos sujeitos participantes no estudo. Existem vários meios de fazer chegar o questionário ao público alvo, optando-se por correio ou mesmo selecionar um portador de acordo com Marconi e Lakatos (2003). Tendo em conta a localização geográfica dos inquiridos optou-se na seleção de três promotores que se responsabilizaram pela distribuição da carta de apresentação e dos questionários, ficando cada um responsável por uma área específica de maneiras que se evitasse a duplicação de esforço na distribuição e procurando deste modo elevar o grau de respostas e assegurar que os mesmos fossem devolvidos num prazo razoável.

3.3.3. Justificação do campo de análise

No decurso de uma investigação o investigador deve balancear uma série de condicionantes subjacentes à sua investigação fazendo uma reflexão profunda sobre a forma como os dados serão recolhidos. De referir que, é frequente a tentação de querer abordar vários assuntos ou estudar diferentes campos ou áreas em simultâneo. Mas, o investigador deve ter em atenção que não será possível apresentar num só estudo todas as suas ideias nem tão pouco estudar os diferentes campos em simultâneo.

Neste sentido, e fazendo uma ligação com os dados apresentados da tabela 2.1 referente a distribuição da população por áreas geográficas, selecionamos a província do Huambo

como sendo o campo em estudo, embora como se pode notar não é a mais populosa. É de salientar também, conforme a lista apresentada no apêndice J que, a província do Huambo possui um peso de 64% dos 28 bancos existentes em Angola.

No seguimento, um dos fatores que mais influenciaram na referida escolha prendem-se no facto de já termos desenvolvido investigações na referida área geográfica e termos um conhecimento económico e sociocultural da mesma, embora a investigação anterior não tenha sido baseada nas instituições bancárias, o que nos leva a afirmar que a província do Huambo foi definida por conveniência e de forma intencional. Por outro lado, referimos também que a seleção do sector bancário como o campo de estudo prendeu-se no facto de nos outros sectores existentes, à exceção do sector segurador e de telecomunicações, de acordo com as análises feitas, não apresentarem uma estrutura de auditoria interna sólida para suportar os objetivos pretendidos.

3.3.4. Definição da população e amostra

O processo de definição da população e amostra é uma fase importante que o investigador deve ter em conta. Note-se que é nesta fase que se define o campo de ação e se faz uma melhor delimitação do grupo que se pretende estudar. De acordo com Coutinho (2014) a população é o conjunto de pessoas ou elementos a quem se pretende generalizar os resultados e quem partilham uma característica comum e de acordo com Hill e Hill (2009) pretende-se tirar conclusões dela.

No entanto, nem sempre é possível estudar todo o universo populacional por vários motivos que não serão aqui frisados com profundidade. Contudo, isto leva o investigador à obtenção de um número representativo e com as principais características da população que é a amostra e estudá-la no sentido de poder generalizar os resultados obtidos. Hill e Hill (2009, p. 42) afirmam que «[...] muitas vezes, o investigador não tem tempo nem recursos suficientes para recolher e analisar dados [...] do Universo pelo que, nesta situação, só é possível considerar uma parte dos casos que constituem o Universo. Esta parte designa-se por amostra [...]».

Assim sendo, a presente investigação incidiu sobre o universo constituído pelos 18 bancos existentes na província do Huambo, Angola até o ano de 2018, informação disponível no endereço <https://www.bancosdeangola.co.ao/bancos/>, direcionando-se às agências centrais especificamente aos gerentes e subgerentes constituindo uma

população total de 36 e os respetivos bancos estão dispostos no apêndice I. A amostra obtida da população constitui um total de 35 participantes na investigação.

3.3.5. Variáveis do estudo

Usualmente num estudo quantitativo em que se determinam respostas provisórias, teorias ou hipóteses, definem-se variáveis que sustentam essas respostas provisórias, teorias ou hipóteses do estudo (Creswell, 2009; Freixo, 2012; Hoyle, Harris, & Judd, 2002), permitindo determinar a relação causa/efeito (Creswell, 2009). Neste sentido, para determinar a relação causa/efeito o investigador define uma variável dependente e outra independente de maneiras a verificar o grau de associação entre ambas e como uma alteração na variável independente afeta a variável dependente (Coutinho, 2014; Creswell, 2009).

3.3.5.1. Variável dependente

A variável dependente é aquela cuja variação se pode verificar caso ocorra uma alteração da variável independente, ou seja, não é autónoma depende de outras variáveis (Creswell, 2009). Assim, na presente investigação definiu-se como variável dependente a importância da auditoria interna.

3.3.5.2. Variável independente

Por outro lado, o mesmo autor (ibid.) afirma que a variável independente é aquela cuja variação pode alterar o comportamento da variável dependente. Como variáveis independentes definiram-se as seguintes:

- Variáveis de controlo (categoria do inquirido, sexo, habilitações literárias e área de formação);
- Principais benefícios da Auditoria Interna;
- Contributo da auditoria interna na robustez do controlo interno;
- Contributo da auditoria interna na gestão do risco;
- Qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Interna.

De forma estruturada apresentamos o modelo das variáveis do nosso estudo, onde destacamos a incorporação de quatro variáveis independentes e uma dependente, bem como a incorporação de variáveis de controlo pois, conforme afirma Creswell (2009) neste tipo de estudo (Descritivo, com abordagem quantitativa) em que se mede o grau de associação ou relação das variáveis é importante a inclusão de variáveis de controlo

pois estas muitas vezes podem ter um efeito positivo ou negativo sobre a variável dependente, embora não seja o objetivo da presente investigação avaliar tal efeito concernente às variáveis de controlo, sendo que para estas incidirá apenas a análise comparativa das médias dos respondentes. Assim, apresentamos na figura 3.1 o modelo das variáveis da investigação.



Figura 3.1. Modelo das variáveis do estudo

Fonte: Elaboração própria.

A seguir, de forma resumida na tabela 3.1. apresentamos as escalas/variáveis que compõem o instrumento incluindo o número de itens utilizados na construção de cada escala. Incluímos também o resumo dos principais autores identificados na literatura fazendo o devido enquadramento para cada escala que compõe o instrumento da presente investigação.

Tabela 3.1. Identificação na literatura das principais escalas da investigação

Escalas/variáveis	Nº de itens	Principais autores na literatura
Importância da Auditoria Interna;	---	Lizote, Verdinelli e Perez, 2015
Benefícios da Auditoria Interna;	8	Deloitte, 2007; Lima, 2014; Lizote, Verdinelli e Perez, 2015
Contributo da Auditoria Interna na robustez do Controlo Interno;	4	Lima, 2014
Contributo da Auditoria Interna na gestão do risco;	4	Lima, 2014
Qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Interna.	4	Lima, 2014

Fonte: Elaboração própria.

Para o devido agrupamento dos itens que compõem as variáveis por formas a aumentar o grau de validade interna no instrumento, o teste importante a fazer é o da Análise Fatorial Exploratória (AFE) uma vez que permite «[...] avaliar a variância comum num conjunto de variáveis, para entender ou explicar as correlações entre variáveis» (Hill & Hill, 2012, p. 227). No entanto, como as escalas ou construtos foram desenvolvidas por outros autores (Deloitte, 2007; Lima, 2014; Lizote, Verdinelli & Perez, 2015), não procedemos à AFE. Importa realçar e embora haja diversas abordagens, que a mesma é mais eficaz quando o tamanho da amostra é grande tal como afirmam Lloret-Segura, Ferreres-Traver, Hernández-Baeza e Tomás-Marco (2014), ao referirem que na extração dos fatores as correlações são influenciadas pelo tamanho da amostra sendo deste modo recomendado um tamanho mínimo de 200 casos para uma boa AFE, ou seja, para resultados fiáveis e robustos.

Dando seguimento, procedemos ao alinhamento dos objetivos da investigação às correspondentes hipóteses e o devido enquadramento às perguntas que compõem o instrumento de recolha de dados o que naturalmente, permite um melhor entendimento e visão geral da presente investigação conforme se pode ver na tabela 3.2. É importante referir que das variáveis de controlo serão geradas hipóteses que não se encontram referidas no modelo que iremos apresentar a seguir.

Tabela 3.2. Adequação dos objetivos às hipóteses de investigação

Bloco I
<p>Objetivo: Identificar os principais benefícios da Auditoria Interna;</p> <p>Hipóteses</p> <p>H1. Os benefícios proporcionados pela AI influenciam na perceção da sua importância para a organização. Ou seja, quanto maior forem os benefícios proporcionados pela AI maior será a sua importância para a organização;</p> <p>Perguntas da investigação</p> <p>P4. A AI ajuda a identificar os riscos e propor alternativas para geri-los? P5. A AI ajuda a identificar e mitigar a ocorrência de fraudes? P6. A AI garante maior eficiência dos processos internos? P7. A AI dá suporte à estrutura de governo das sociedades? P8. A AI apoia a gestão na tomada de decisões? P9. A AI ajuda a reduzir custos? P10. A AI acompanha a implementação de ações corretivas? P11. A AI confere maior credibilidade à organização?</p>
Bloco II
<p>Objetivo: Avaliar o contributo da Auditoria Interna no controlo interno;</p> <p>Hipóteses</p> <p>H2. O contributo da AI no na robustez do controlo interno influencia na perceção da sua importância para a organização. Ou seja, quanto maior for o contributo da AI na robustez do controlo interno maior será a sua importância para a organização;</p> <p>Perguntas da investigação</p> <p>P12. A AI ajuda na eficiência e eficácia das operações da organização? P13. A AI informa os pontos fracos da organização? P14. A AI informa aos gestores as inconsistências com as normas regulamentares? P15. O auditor interno colabora com os gestores no sentido de melhorar o controlo interno?</p>
Bloco III
<p>Objetivo: Avaliar o contributo da Auditoria Interna no processo de gestão de risco;</p> <p>Hipóteses</p> <p>H3. O contributo da AI na gestão de risco influencia na perceção da sua importância para a organização. Ou seja, quanto maior for o contributo da AI no processo de gestão de risco maior será a sua importância para a organização;</p> <p>Perguntas da investigação</p> <p>P16. A AI contribui para a gestão dos riscos do negócio? P17. A AI revê as políticas de comunicação dos riscos? P18. A AI ajuda à identificação das áreas de risco? P19. A AI verifica se as políticas adotadas para a gestão de risco são adequadas?</p>
Bloco IV
<p>Objetivo: Avaliar qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Interna;</p> <p>Hipóteses</p> <p>H4. A qualidade das informações fornecidas pela AI influencia na perceção da importância da mesma para a organização. Ou seja, quanto maior for a qualidade das informações da AI maior será a sua importância para a organização.</p> <p>Perguntas da investigação</p> <p>P20. As informações fornecidas pela AI são conducentes à implementação das recomendações? P21. As recomendações são construtivas, exequíveis e contribuem para a estratégia da organização? P22. As informações compiladas pela AI representam uma mais-valia para a gestão de topo? P23. As informações fornecidas pela AI são oportunas e tempestivas para a organização?</p>
Bloco V
<p>Objetivo: Identificar os fatores que influenciam à perceção da importância da auditoria interna</p> <p>H1+H2+H3+H4</p>

Fonte: Adaptado dos modelos apresentados por Lima (2014) e Lourenço (2017).

3.3.6. Horizonte temporal

A presente investigação foi realizada entre setembro de 2017 e junho de 2018 obedecendo diferentes fases. A distribuição da carta de apresentação foi feita no período entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018. A fase da distribuição dos questionários e recolha dos dados decorreu no intervalo de tempo entre fevereiro a abril de 2018.

3.3.7. Técnica de análise dos dados

Após a recolha dos dados por meio do inquérito por questionário procedemos à análise dos mesmos. Inicialmente foi criada uma base de dados no SPSS na qual foram inseridos e codificados todos os itens que compõem o instrumento de recolha dos dados e classificados de acordo com as suas características, isto é, ordinais e nominais. Posteriormente foram inseridos os dados e antes dos testes estatísticos foi feita a verificação dos dados em falta para posteriores correções caso existissem.

Feita a inserção dos dados procedemos à estatística descritiva das variáveis de controlo, variáveis independentes e da variável dependente. De realçar que procedemos para a apresentação das estatísticas descritivas das variáveis dependentes, à determinação das medidas de tendência central (média, mediana e moda) e, sendo que as escalas da presente investigação como já referidas são ordinais e nominais consideramos a moda como sendo a medida de tendência central mais adequada.

No seguimento, procedemos à análise da consistência interna do instrumento determinando-se o coeficiente Alpha de Cronbach que segundo Coutinho (2014, p. 123) «[é] o indicador mais aconselhado para a consistência interna de instrumentos de tipo escala de Likert [...]». Por outras palavras, Goforth (2015) refere que «[...] *the reliability of any given measurement refers to the extent to which it is a consistent measure of a concept, and Cronbach's Alpha is one way of measuring the strength of that consistency*».

Há na literatura várias abordagens sobre os valores que o Alpha de Cronbach deve tomar, o que leva a classificações relativamente diferentes. De acordo com Goforth (2015) os valores deste coeficiente variam entre 0 e 1 sendo que, se for 0 significa dizer que os itens que compõem as escalas não estão correlacionados ou as covariâncias são diferentes. Os valores mais próximos de 1 indicam naturalmente maior relacionamento entre os itens da escala, sendo que alguns autores recomendam os valores mínimos do

coeficiente entre 0,65 e 0,8. Por outro lado, os coeficientes com valores abaixo de 0,5 são inaceitáveis.

Já Hill e Hill (2012) apresentam de forma mais detalhada na tabela 3.3 os diferentes níveis que o valor do Alpha de Cronbach pode tomar e fazem referência tal como referido por Goforth (2015) aos limites aceitáveis e inaceitáveis, sendo que para os autores coeficientes abaixo de 0,6 são considerados inaceitáveis.

Tabela 3.3. Classificação dos limites do Alpha de Cronbach

Confiabilidade	Excelente	Bom	Razoável	Fraca	Inaceitável
Valor de α	$\alpha > 0,9$	α entre 0,8 e 0,9	α entre 0,7 e 0,8	α entre 0,6 e 0,7	$\alpha < 0,6$

Fonte: Adaptado de Hill e Hill (2012).

Determinado o Alpha, procedeu-se ao teste de normalidade sendo este um preditor dos testes subsequentes. De acordo com Coutinho (2014) e Hill e Hill (2012) a distribuição pode ser normal e não normal. Para a distribuição normal aplicam-se testes paramétricos pois, estes são técnicas que estatisticamente lidam com parâmetros e trabalham com as médias das variáveis. Para a distribuição não normal, estas que não lidam com parâmetros aplicam-se testes não paramétricos, isto ocorre no caso de variáveis ordinais e nominais. Como a amostra é inferior a 50 aplicamos o teste de *Shapiro-Wilk* de acordo com Pereira (2004) para analisar a distribuição.

Assim sendo e tendo em conta as características apresentadas pela população, ou seja, não seguem uma distribuição normal conforme iremos apresentar como resultado do teste de normalidade na tabela 4.2, aferimos as diferenças da perceção da auditoria interna em relação às variáveis de controlo por meio da aplicação de testes não paramétricos. De acordo com Pereira (2004) apresentam a vantagem de não serem muito exigentes em relação aos requisitos para a sua aplicação e faz-se sentir a sua utilidade em amostras pequenas como é o caso da presente investigação. Apesar da vantagem acima referenciada segundo o mesmo autor (ibid., p. 166), estes testes apresentam a desvantagem de «[...] não serem tão potentes, ou seja, não encontram tantas diferenças entre os dados, quando realmente existem».

Para aferir as diferenças entre dois grupos utilizou-se o teste de *Mann-Whitney U* que segundo Pereira (2004, p. 166) «[é] a alternativa mais comum aos testes *t* para amostras independentes». De acordo com o mesmo autor (ibid) para aceitar a hipótese nula e afirmar que as médias de uma população são as mesmas nos dois grupos pode utilizar-

se este teste. Por outro lado, aos grupos superiores a dois utilizou-se o teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis* que é uma alternativa ao teste ANOVA I de acordo com Pereira (2004).

Para testar as hipóteses operacionais procedemos a determinação do coeficiente de correlação. Uma correlação indica a força e direção do relacionamento entre duas variáveis embora uma não implique relação causa/efeito (Coutinho, 2014; Hill & Hill, 2012). Os valores das correlações podem ser positivos ou negativos, variando entre -1 (que representa uma associação perfeita negativa) e 1 (que representa uma associação perfeita positiva). No caso de o resultado ser zero estaremos perante a inexistência de correlação linear entre as variáveis (Pedrosa & Gama, 2004; Pereira, 2004; Guimarães & Cabral, 2007; Mitchell & Jolley, 2010). Deste modo a força do relacionamento linear entre as variáveis depende dos valores do coeficiente de correlação (Guimarães & Cabral, 2007).

Martins (2014), Mitchell e Jolley (2010) afirmam que o coeficiente de correlação descreve o grau de associação entre duas variáveis. Contudo, não determina a relação causa/efeito e pode ser influenciado por valores estranhos, ou muito baixos ou muito altos, pelo que a sua interpretação deve ser cuidadosa. Assim, o coeficiente de correlação assume valores entre -1 e 1, e quanto maior for o resultado do coeficiente maior será a relação linear entre as variáveis. Os valores positivos significam que quando ocorre um aumento dos valores de uma variável, há maior tendência de os valores da outra variável aumentarem. Inversamente, valores negativos numa variável significam que quando ocorre um aumento do valor de uma variável, existe a tendência de diminuição do valor da outra variável.

De acordo com Mitchell e Jolley (2010) algumas vezes os resultados de uma correlação não são de acordo com o esperado, isto pode estar ligado a diversos fatores que fazem com que a correlação seja nula ou muito próxima de zero. Estas situações podem estar ligadas ao tamanho da amostra, ou seja, o número reduzido de casos observados que podem muitas vezes induzir a uma correlação nula e também a ocorrência de fatores atípicos entre as variáveis fazendo com que os *scores* variem em momentos diferentes.

Assim sendo, de acordo com os mesmos autores (*ibid.*, p. 244)

[i]f your results are not statistically significant, it means that you failed to show any correlations you observed were due to anything other than

random error. It does not means your variables are unrelated- it means that you have failed to establish that they were related.

Por outro lado, é preciso entender que a força da correlação não é definida pela significância mas sim pelo valor resultante da mesma como afirmam Miller e Salkind (2002, p. 389) ao referirem que «[t]he usefulness of a correlation is determined by its size, not its sign. The sign has no bearing on the strength of the relationship. It determine only the direction of the relationship: positive or direct versus negative or inverse». A título exemplificativo apresentamos na tabela a 3.4 um resumo dos valores das correlações e suas respectivas interpretações.

Tabela 3.4. Resumo dos valores das correlações

Little or no relationship	Some slight relationship	Substantial relationship	Strong useful relationship	Strong relationship
,00 - ,20	,20 - ,40	,40 - ,60	,60 - ,80	,80 - 1,00

Fonte: Adaptado de Miller e Salkind (2002).

Em relação aos métodos de análise da correlação existem na literatura vários, os quais podem ser aplicados de acordo a composição das variáveis do estudo sendo o mais conhecido o coeficiente de correlação de *Pearson*. Contudo, apesar de ser um meio muito forte e muito utilizado para a medida de associação das variáveis apenas aplica-se para variáveis intervalares ou de razão e ademais, aplica-se apenas quando as variáveis apresentam uma distribuição normal sendo este um teste paramétrico (que trabalha com as médias das variáveis) de acordo com Hill e Hill (2012).

No seguimento, para a presente investigação aplicamos a análise correlacional não paramétrica, isto é, para avaliar o grau de relação entre as variáveis procedeu-se à aplicação do teste não paramétrico *Spearman's Rho* que é um teste não paramétrico de correlação para escalas de *Likert*. De realçar e de acordo com Pereira (2004) que para amostras inferiores a 50 o *Spearman's Rho* é a medida mais precisa.

Em síntese, encerramos aqui o capítulo III onde abordamos o objeto, objetivos e hipóteses da investigação, apresentamos os procedimentos metodológicos com destaque ao instrumento de recolha de dados, o modelo conceptual das variáveis, bem como a definição das técnicas de análises de dados adotadas para responder aos objetivos inicialmente definidos. A análise e discussão dos resultados da investigação é apresentada no capítulo que se segue.

Capítulo IV. Análise e Discussão dos Resultados

Neste capítulo apresentamos os resultados obtidos da aplicação dos questionários à amostra em estudo mediante estatísticas descritivas, os resultados da validação do instrumento, os resultados das variáveis dependente e independentes especificamente análises comparativas das variáveis de controlo e os resultados da análise de correlação que nos vão permitir alcançar os objetivos propostos para a presente investigação e obviamente nos vão permitir determinar as conclusões da mesma.

4.1. Resultado da confiabilidade interna do instrumento

De acordo com os resultados da análise de confiabilidade o instrumento da presente investigação composto por 20 questões tem no geral um coeficiente Alpha de Cronbach⁴ de 0,852 conforme os resultados da tabela 1.4, tendo o instrumento segundo a classificação dos intervalos do Alpha uma confiabilidade Alta.

Tabela 7. Resultados da análise de confiabilidade do instrumento

Nº	Escalas do instrumento	Alpha de Cronbach	Nº de itens
1	Benefícios da auditoria interna	0,720	8
2	Contributo da auditoria interna na robustez do controlo interno	0,663	4
3	Contributo da auditoria interna da gestão de risco	0,786	4
4	Qualidade das informações fornecidas pela auditoria interna	0,715	4
5	Alpha global do instrumento	0,854	20

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

4.2. Resultados do teste de normalidade

Como resultado do teste de normalidade chegamos a conclusão de que a distribuição dos dados da variável dependente apresenta uma distribuição não normal pois o P-valor ou o nível de significância é inferior a 0,05, de acordo com Pereira (2004). Como a amostra da investigação é inferior a 50 consideramos o teste de *Shapiro-Wilk*, embora como se pode observar na tabela 4.2 o resultado do teste de *Kolmogrov-Smirnov* comprove a distribuição não normal da variável dependente. Na mesma linha procedeu-se à ilustração da distribuição dos dados por meio de um histograma como se pode observar no gráfico 4.1.

⁴ Ver no apêndice H a determinação do Alpha de Cronbach por cada item que compõe cada escala.

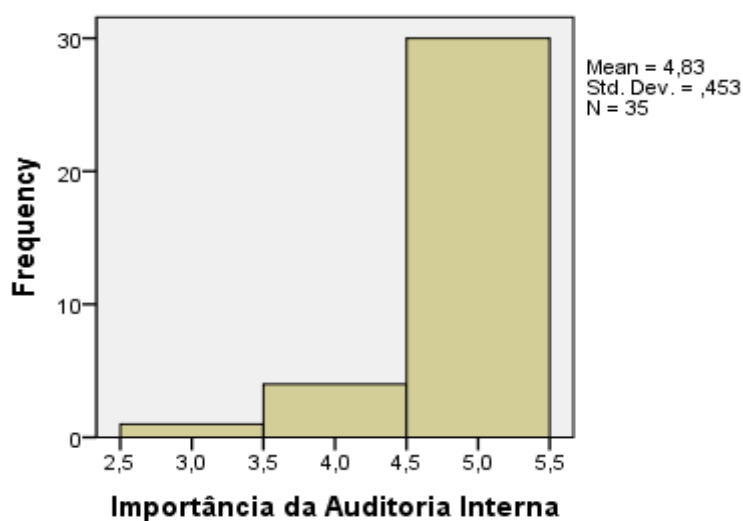
Tabela 8. Resultado do teste de normalidade de Shapiro-Wilk

	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Statistic ^a	Df	Sig.	Statistic	Df	Sig.
Importância da Auditoria Interna	,505	35	,000	,432	35	,000

a. Lilliefors Significance Correction

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

Gráfico 4.1. Histograma

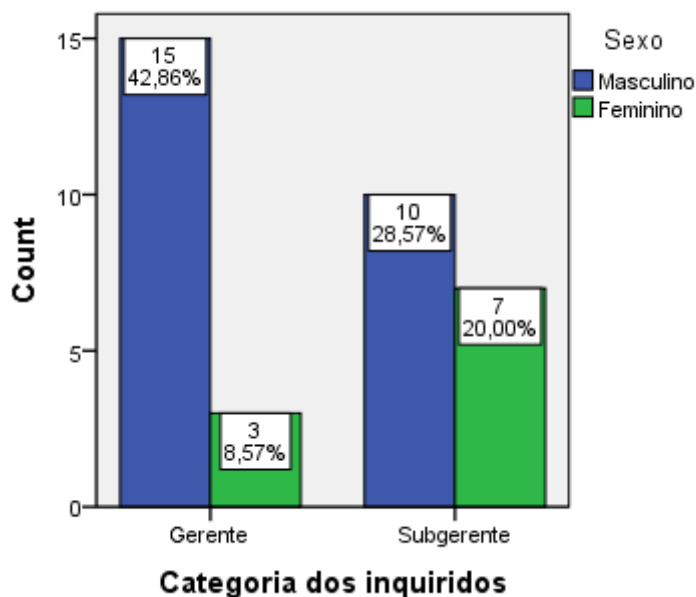


Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

4.3. Estatística descritiva das escalas

Neste ponto iremos apresentar a estatística descritiva dos participantes do estudo nas diferentes categorias, nomeadamente de gerente e subgerente distribuídos por sexo, habilitações literárias e área de formação. Posteriormente, apresentamos a perceção da importância da auditoria interna nas diferentes categorias já mencionadas aferindo-se, deste modo, as diferenças na distribuição das respostas e por fim avaliamos a perceção global da importância da auditoria interna dos participantes do estudo.

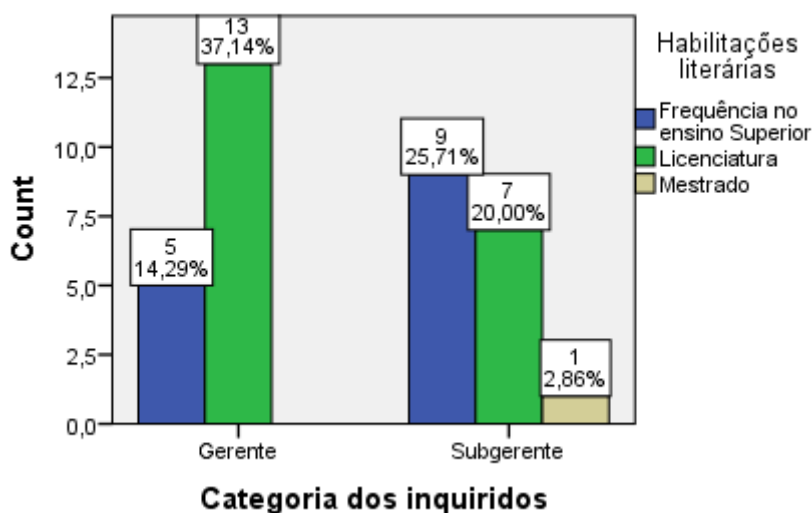
Gráfico 4.2. Distribuição da categoria dos inquiridos por sexo



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

De acordo com os resultados apresentados no gráfico 4.2 dos 35 participantes do estudo, 18 estão na categoria de gerente dos quais 15 são do sexo masculino que correspondem a 42,86% e 3 são do sexo feminino que correspondem a 8,57%. Dos 17 subgerentes, 10 que correspondem a 28,57% são do sexo masculino e 7 que correspondem a 20% são do sexo feminino.

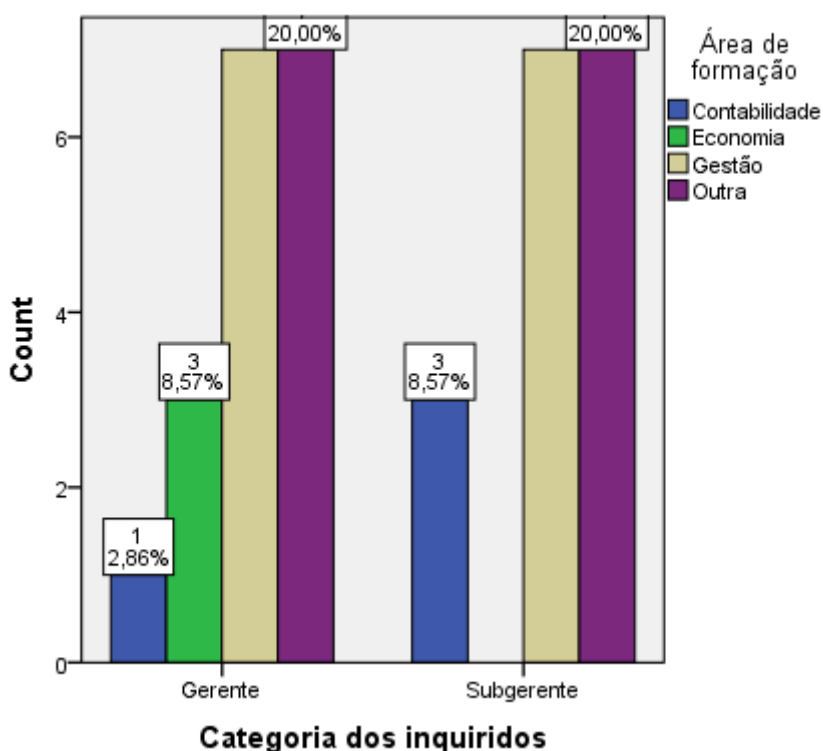
Gráfico 4.3. Distribuição da categoria dos inquiridos por habilitações literárias



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

De acordo com os resultados apresentados no gráfico 4.3 dos 35 participantes em relação às habilitações literárias, 5 na categoria de gerente que correspondem a 14,29% encontram-se a frequentar o ensino superior, 13 que correspondem a 37,14% são licenciados e dos subgerentes, 9 que correspondem a 25,71% frequentam o ensino superior, 7 que correspondem a 20% são licenciados e 1 que corresponde a 2,86% tem o grau de mestre.

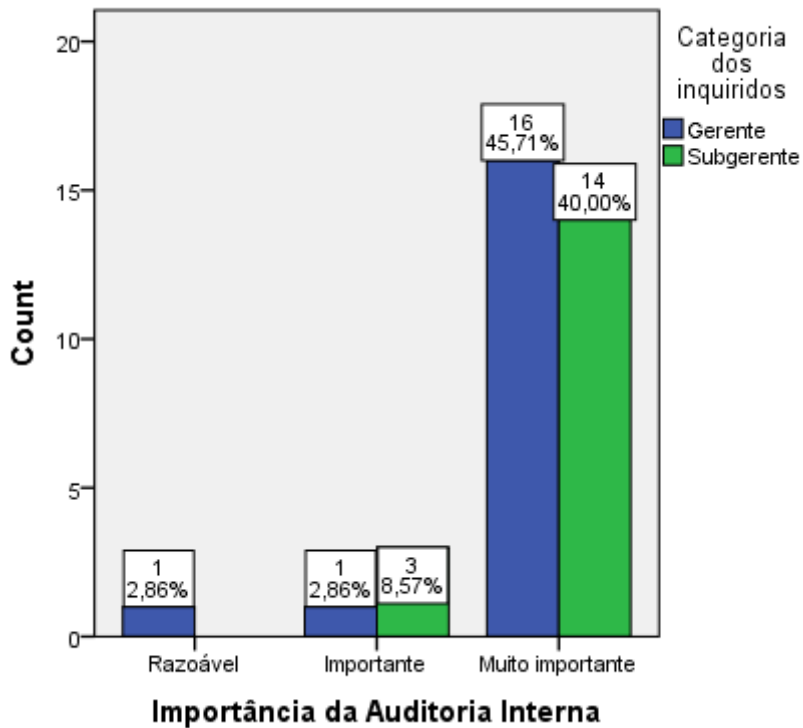
Gráfico 4.4. Distribuição da categoria dos inquiridos por área de formação



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

De acordo com os resultados apresentados no gráfico 4.4 dos 35 participantes em relação à área de formação na categoria de gerente, 1 que corresponde a 2,86% possui formação na área de contabilidade, 3 que correspondem a 8,57% possuem formação na área de economia, 7 que correspondem a 20% possuem formação na área de gestão e 7 que correspondem a 20% possuem formação noutra área. Na categoria de subgerente 3 que correspondem a 8,57% possuem formação em contabilidade, 7 que correspondem a 20% possuem formação em gestão e 7 que correspondem a 20% possuem formação noutra área.

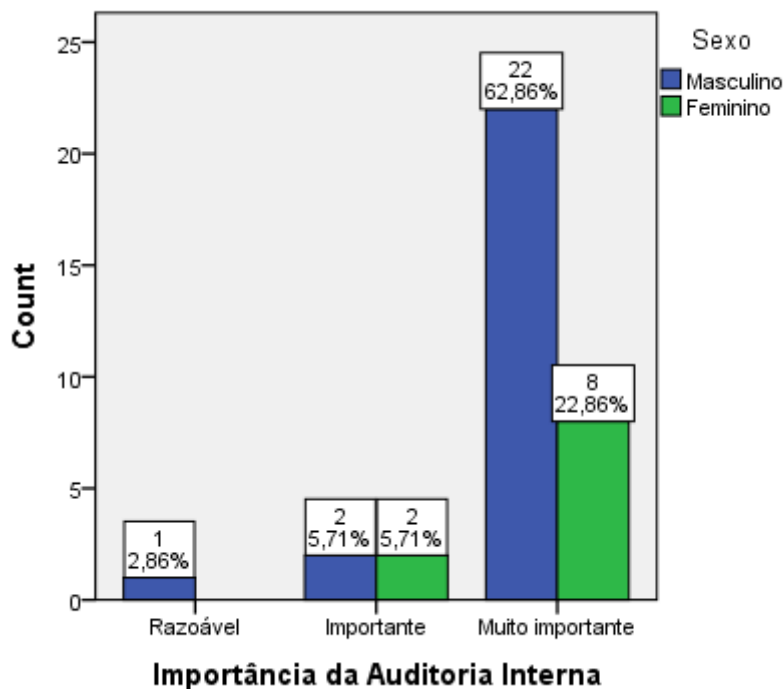
Gráfico 4.5. Importância da auditoria interna na categoria dos inquiridos



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

De acordo com os resultados apresentados no gráfico 4.5 dos 35 participantes em relação a percepção da importância da auditoria interna na categoria dos inquiridos, 1 na categoria de gerente que corresponde a 2,86% afirma que a auditoria interna tem um grau de importância razoável, dos 4 que atribuíram o grau de importante à auditoria interna 1 que corresponde a 2,86% é gerente e 3 que correspondem a 8,57% são subgerentes. A grande maioria que faz um total de 30 participantes, dos quais 16 que correspondem a 45,71% são gerentes e 14 que correspondem a 40% são subgerentes atribuem o grau de muito importante à auditoria interna conforme se pode observar.

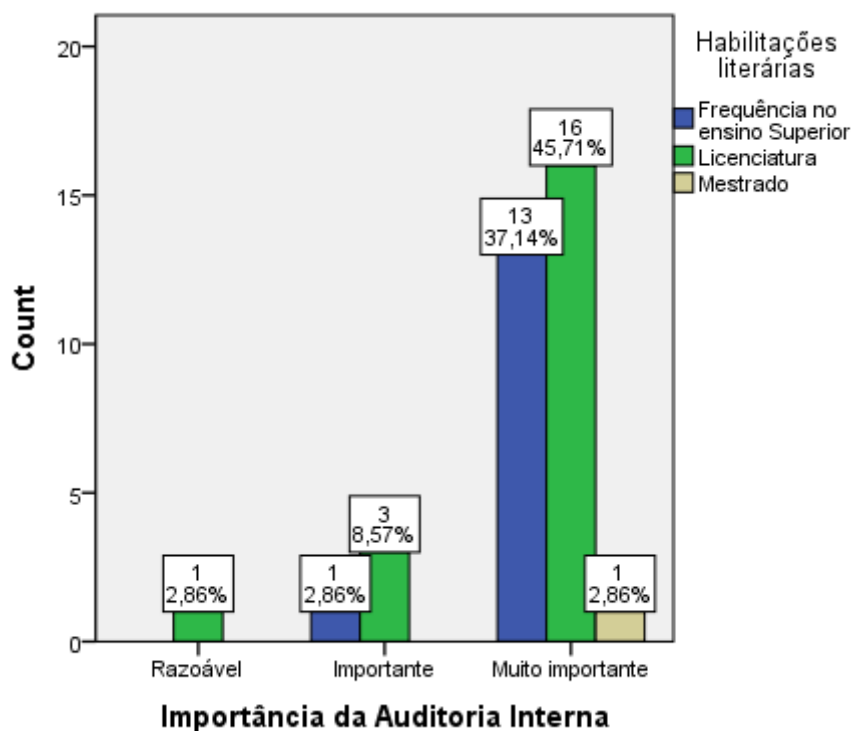
Gráfico 4.6. Importância da auditoria interna variável sexo



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

De acordo com os resultados obtidos no gráfico 4.6 em relação à distribuição da percepção da importância da auditoria interna por sexo, dos 35 participantes 1 do sexo masculino que corresponde a 2,86% afirma que a auditoria interna tem um grau de importância razoável, 2 do sexo masculino que correspondem a 5,71% atribuem o grau de importante, 2 do sexo feminino que correspondem a 5,71% atribuem o grau de importante, 22 do sexo masculino que correspondem a 62,86% atribuem o grau de muito importante e 8 do sexo feminino que correspondem a 22,86% atribuem o grau de muito importante à auditoria interna respectivamente.

Gráfico 4.7. Importância da auditoria interna na variável habilitações literárias

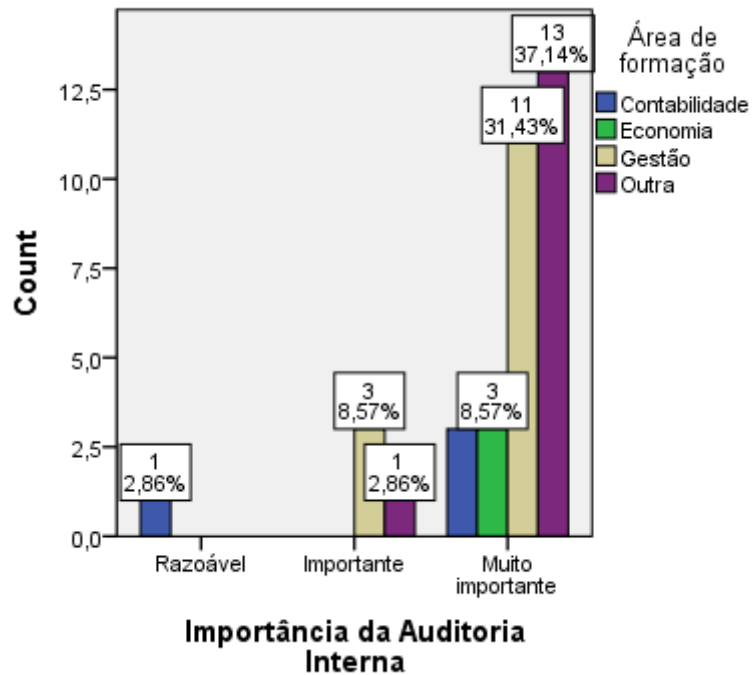


Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

De acordo com os resultados obtidos no gráfico 4.7 em relação à distribuição da percepção da importância da auditoria interna por habilitações literárias, dos 35 participantes 1 que possui o grau de licenciado que corresponde a 2,86% afirma que a auditoria interna tem um grau de importância razoável, 1 que frequenta o ensino superior que corresponde a 2,86% afirma que a auditoria interna é importante.

Na sequência, 3 que possuem o grau de licenciado que correspondem a 8,57% afirmam que a auditoria interna é importante respectivamente, 13 que frequentam o ensino superior que correspondem a 37,14% afirmam que a auditoria interna é muito importante, 16 que possuem o grau de licenciado que correspondem a 45,71% afirmam que a auditoria interna é muito importante e 1 que possui o grau de mestre que corresponde a 2,86% afirma que a auditoria interna é muito importante.

Gráfico 4.8. Importância da auditoria interna na variável área de formação

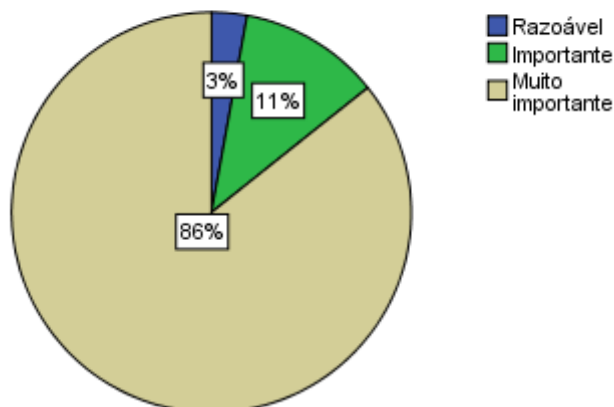


Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

De acordo com os resultados obtidos no gráfico 4.8 em relação à distribuição da percepção da importância da auditoria interna por área de formação, dos 35 participantes 1 que possui formação em contabilidade que corresponde a 2,86% afirma que a auditoria interna tem um grau de importância razoável, 3 que possuem formação em gestão que correspondem a 8,57% afirmam que a auditoria interna é importante, 1 que possui formação noutra área que corresponde a 2,86% afirma que a auditoria interna é importante.

Por outro lado, 6 dos quais 3 possuem formação em contabilidade que correspondem a 8,57% e 3 que possuem formação em economia que correspondem respetivamente a 8,57% afirmam que a auditoria interna é muito importante, 11 que possuem formação em gestão que correspondem a 31,43% afirmam que a auditoria interna é muito importante e 13 que possuem formação noutra área que correspondem a 37,14% afirmam que a auditoria interna é muito importante.

Gráfico 4.9. Percepção global da importância da auditoria interna



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

De acordo com os resultados apresentados no gráfico 4.9 dos 35 participantes do estudo 30 que correspondem a 86% afirmam que a auditoria interna é muito importante, 4 que correspondem a 11% afirmam que a auditoria interna é importante e 1 que corresponde a 3% atribui um grau de importância razoável à auditoria interna. Este resultado leva-nos a afirmar que a auditoria interna é muito importante pois a grande maioria, isto é, 86% atribui o grau de muito importante à auditoria interna.

Terminada a descrição dos participantes do estudo, bem como a percepção dos mesmos sobre a importância da auditoria interna, apresentamos a estatística descritiva das escalas. Assim, de acordo com os resultados obtidos na tabela 4.3 sobre os benefícios da auditoria interna a atribuição que mais vezes se verificou para cada componente da escala é o valor 5. Sendo que os itens são classificados numa escala ordinal, das medidas de tendência central consideramos a moda que é a que mais se adequa neste tipo de escalas.

Neste sentido, a grande maioria, isto é, cerca de 75% dos participantes do estudo concordam plenamente com os benefícios proporcionados pela auditoria interna conforme se pode ver no percentil 3. Dos itens componentes da escala o item “Mitigar a ocorrência de fraudes” foi o que apresentou maior pontuação com um total de 170, seguido do item “Identificar os riscos” com um total de 160. A questão com menor pontuação foi a “Reduzir custos” com um total de 120.

Tabela 9. Benefícios da auditoria interna

	N		Mean	Mode	Std. Deviation	Sum	Percentiles		
	Valid	Missing					25	50	75
Identificar os riscos	35	0	4,60	5	,695	161	4,00	5,00	5,00
Mitigar a ocorrência de fraudes	35	0	4,86	5	,355	170	5,00	5,00	5,00
Garantir a eficiência dos processos internos	35	0	4,49	5	,612	157	4,00	5,00	5,00
Dar suporte à estrutura de governo das sociedades	35	0	3,83	3 ^a	,985	134	3,00	4,00	5,00
Apoiar a tomada de decisão	35	0	4,37	5	,973	153	4,00	5,00	5,00
Reduzir custos	35	0	3,60	5	1,311	126	2,00	4,00	5,00
Acompanhar a implementação das ações corretivas	35	0	4,40	5	,736	154	4,00	5,00	5,00
Favorecer vantagem competitiva às atividades da organização	35	0	4,00	5	1,138	140	3,00	4,00	5,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

Em relação ao contributo da auditoria interna na robustez do controlo interno o valor 5 para os itens em geral foi o mais repetido. De acordo com os resultados obtidos na tabela 4.4 a grande maioria, isto é, cerca de 75% dos participantes do estudo concordam plenamente com o contributo da auditoria interna na robustez do controlo interno conforme o percentil 3. O item com maior pontuação foi o “A AI informa aos gestores as inconsistências com as normas regulamentares” com um total de 167, já o item com menor pontuação foi “A AI ajuda na eficiência e eficácia das operações da organização” com um total de 154.

Tabela 10. Contributo da auditoria interna na robustez do controlo interno

	N		Mean	Mode	Std. Deviation	Sum	Percentiles		
	Valid	Missing					25	50	75
A AI ajuda na eficiência e eficácia das operações da organização	35	0	4,40	5	,736	154	4,00	5,00	5,00
A AI informa os pontos fracos da organização	35	0	4,60	5	,695	161	4,00	5,00	5,00
AAI informa aos gestores as inconsistências com as normas regulamentares	35	0	4,77	5	,426	167	5,00	5,00	5,00
O auditor interno colabora com os gestores para melhorar o controlo interno	35	0	4,60	5	,604	161	4,00	5,00	5,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

Em relação ao contributo da auditoria interna na gestão de risco identificou-se um resultado relativamente diferente, ou seja, para os itens que compõem a escala identificou-se para a moda o valor 5 para dois itens e 4 para os outros dois itens componentes da escala respetivamente. De acordo com os resultados obtidos na tabela 4.5 a grande maioria, isto é, cerca de 75% concordam plenamente com o contributo da auditoria na gestão de risco conforme o percentil 3. Os itens com maior pontuação foram o “A AI contribui para a melhoria da gestão de risco do negócio” com um total de 159 e “A AI ajuda à identificação das áreas de risco” com um total de 159 respetivamente, já o item com menor pontuação foi “A AI revê as políticas de comunicação dos riscos” com um total de 145.

Tabela 11. Contributo da auditoria interna na gestão de risco

	N		Mean	Mode	Std. Deviation	Sum	Percentiles		
	Valid	Missing					25	50	75
A AI contribui para a melhoria da gestão de risco do negócio	35	0	4,54	5	,611	159	4,00	5,00	5,00
A AI revê as políticas de comunicação dos riscos	35	0	4,14	4	,810	145	4,00	4,00	5,00
A AI ajuda à identificação das áreas de risco	35	0	4,54	5	,701	159	4,00	5,00	5,00
A AI verifica se as políticas adotadas para a gestão de risco são adequadas	35	0	4,37	4 ^a	,646	153	4,00	4,00	5,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

Em relação à qualidade das informações fornecidas pela auditoria interna identificou-se para a moda o valor 5. De acordo com os resultados obtidos na tabela 4.6 a grande maioria, isto é, cerca de 75% dos participantes do estudo concordam plenamente da qualidade das informações fornecidas pela auditoria interna conforme o percentil 3. O item da escala com maior pontuação foi o “As recomendações fornecidas pela AI são construtivas, exequíveis e contribuem para a estratégia organizacional” com um total de 162, já o item com menor pontuação foi “As informações são oportunas e tempestivas para a organização” com um total de 151.

Tabela 12. Qualidade das informações fornecidas pela auditoria interna

	N		Mean	Mode	Std. Deviation	Sum	Percentiles		
	Valid	Missing					25	50	75
As informações fornecidas pela AI são conducentes à tomada de decisão	35	0	4,54	5	,561	159	4,00	5,00	5,00
As recomendações fornecidas pela AI são construtivas, exequíveis e contribuem para a estratégia organizacional	35	0	4,63	5	,598	162	4,00	5,00	5,00
As informações representam uma mais-valia para a gestão de topo	35	0	4,51	5	,562	158	4,00	5,00	5,00
As informações são oportunas e tempestivas para a organização	35	0	4,31	4	,676	151	4,00	4,00	5,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

4.3.1. Perceção da importância da Auditoria Interna nos diferentes grupos

Neste ponto iremos apresentar os testes estatísticos que nos vão permitir aferir com maior precisão as diferenças ou não da perceção da importância da auditoria interna em relação às variáveis de controlo nomeadamente, categoria dos inquiridos, sexo, habilitações literárias e área de formação e as conclusões em relação aos resultados dos testes mediante as hipóteses que derivaram das referidas variáveis de controlo.

Deste modo, de acordo com os resultados obtidos na tabela 4.7 na categoria dos inquiridos, do total de 35 participantes 18 na categoria de gerente apresentam uma média de 18,47, enquanto que os restantes 17 na categoria de subgerente apresentam uma média de 17,5. Sublinha-se que esta média é obtida através da divisão entre o somatório das respostas dos respondentes em relação à variável em estudo e o número total de respondentes. Este processo verifica-se para todas as tabelas subsequentes de comparação da perceção da auditoria interna nas variáveis de controlo.

Tabela 4.13. Ranking da percepção da auditoria interna na categoria dos inquiridos

Descrição da variável	Categoria dos inquiridos	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Importância da Auditoria Interna	Gerente	18	18,47	332,5
	Subgerente	17	17,5	297,5
	Total	35		

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

Contudo, embora haja uma diferença ligeira entre as médias não podemos afirmar categoricamente que existe diferença na percepção da importância da auditoria interna em relação à categoria dos inquiridos. Deste modo, determinou-se a seguinte hipótese:

Ha – A percepção da importância da auditoria interna é a mesma nas categorias de gerente e subgerente.

Para aferirmos com maior precisão procedeu-se ao teste de amostras independentes de *Mann-Whitney U* e como resultado falhamos em rejeitar a hipótese nula, ou seja, a distribuição da percepção da importância da auditoria interna é a mesma nas categorias de gerente e subgerente no nível de significância de 0,782 para o intervalo de confiança de 95% conforme se pode ver na tabela 4.8.

Tabela 4.14. Resultado do teste de Mann-Whitney U na categoria dos inquiridos^a

	Importância da Auditoria Interna
Mann-Whitney U	144,5
Wilcoxon W	297,5
Z	-0,462
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,644
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,782 ^b

a. Grouping Variable: Categoria dos inquiridos

b. Not corrected for ties.

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

De acordo com os resultados obtidos na tabela 4.9 na categoria dos inquiridos, do total de 35 participantes 25 do sexo masculino apresentam uma média de 18,36, enquanto que os restantes 10 sexo feminino apresentam uma média de 17,1.

Tabela 4.15. Ranking da percepção da auditoria interna na variável sexo

Descrição da variável	Sexo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Importância da Auditoria Interna	Masculino	25	18,36	459
	Feminino	10	17,1	171
	Total	35		

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

No entanto, embora haja uma diferença ligeira entre as média não podemos afirmar categoricamente que existe diferença na percepção da importância da auditoria interna em relação do sexo. Neste sentido, determinou-se a seguinte hipótese:

H_b – A distribuição da importância da auditoria interna é a mesma na variável sexo.

Para aferirmos com maior precisão procedeu-se ao teste de amostras independentes de *Mann-Whitney U* e como resultado falhamos em rejeitar a hipótese nula, ou seja, a distribuição da importância da auditoria interna é a mesma em relação ao sexo no nível de significância de 0.760 para o intervalo de confiança de 95%. Pela significância, a diferença obtida não é suficientemente elevada para rejeitar a hipótese como se pode ver na tabela 4.10.

Tabela 4.16. Resultado do teste de Mann-Whitney na variável sexo ^a

	Importância da Auditoria Interna
<i>Mann-Whitney U</i>	116
<i>Wilcoxon W</i>	171
Z	-0,541
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,589
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,760 ^b

a. Grouping Variable: Sexo

b. Not corrected for ties.

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

De acordo com os resultados obtidos na tabela 4.11 na categoria dos inquiridos, do total de 35 participantes 14 que frequentam o ensino superior apresentam uma média de 19,29 e 20 que possuem o grau de licenciado apresentam uma média de 16,98 e 1 que possui o grau de mestre apresenta uma média de 20,5.

Tabela 4.17. Ranking da percepção da auditoria interna na variável habilitações literárias

Descrição da variável	Habilitações literárias	N	Mean Rank
Importância da Auditoria Interna	Frequência no ensino Superior	14	19,29
	Licenciatura	20	16,98
	Mestrado	1	20,5
	Total	35	

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

Assim sendo, embora haja uma diferença ligeira entre as médias não podemos afirmar categoricamente que existe diferença da percepção da importância da auditoria interna na categoria de habilitações literárias. Assim, determinou-se a seguinte hipótese:

Hc – A distribuição da importância da auditoria interna é a mesma na variável de habilitações literárias.

Como a variável habilitações literárias é constituída por quatro grupos distintos, aplicou-se o teste não paramétrico de amostras independentes de *Kruskal-Wallis* e como resultado falhamos em rejeitar a hipótese nula, ou seja, a distribuição da importância da auditoria interna é a mesma na variável habilitações literárias no nível de significância de 0,522 para o intervalo de confiança de 95% como se pode ver na tabela 4.12. Pela significância a diferença obtida não é suficientemente elevada para rejeitar a hipótese.

Tabela 4.18. Resultado do teste de *Kruskal-Wallis* na variável habilitações literárias
a,b

	Importância da Auditoria Interna
Chi-Square	1,301
Df	2
Asymp. Sig.	0,522

a. *Kruskal-Wallis Test*

b. Grouping Variable: Habilitações literárias

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

De acordo com os resultados obtidos na tabela 4.13 na variável área de formação, do total de 35 participantes 4 possuem formação em contabilidade e apresentam uma média de 15,63, e 3 possuem formação em economia e apresentam uma média de 20,5, 13 possuem formação em gestão e apresentam uma média de 16,86 e os restantes 14 possuem formação noutra área e apresentam uma média de 19,29.

Tabela 4.19. Ranking da percepção da auditoria interna na variável área de formação

Descrição da variável	Área de formação	N	Mean Rank
Importância da Auditoria Interna	Contabilidade	4	15,63
	Economia	3	20,5
	Gestão	14	16,86
	Outra	14	19,29
	Total	35	

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

Contudo, tal como referido nas hipóteses anteriores embora haja uma diferença ligeira entre as médias não podemos afirmar categoricamente que existe diferença na percepção da importância da auditoria interna em relação à área de formação. Assim determinou-se a seguinte hipótese:

H_d – A distribuição da importância da auditoria interna é a mesma nas categorias de área de formação

Tal como a variável habilitações literárias, para a variável de área de formação que é também constituída por quatro grupos distintos, aplicou-se o teste não paramétrico de amostras independentes de *Kruskal-Wallis* e como resultado falhamos em rejeitar a hipótese nula, ou seja, a distribuição da importância da auditoria interna é a mesma na variável de área de formação no nível de significância de 0,545 para o intervalo de confiança de 95% como se pode ver na tabela 4.14. Pela significância a diferença obtida não é suficientemente elevada para rejeitar a hipótese nula.

Tabela 4.20. Resultado do teste de *Kruskal-Wallis* na variável área de formação ^{a,b}

	Importância da Auditoria Interna
Chi-Square	2,135
Df	3
Asymp. Sig.	0,545

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Área de formação

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

De forma resumida apresentamos na tabela a seguir as hipóteses derivadas das variáveis de controlo, os testes aplicados, o nível de significância, assim como a decisão final tomada para cada hipótese em função dos resultados obtidos.

Tabela 4.21. Resumo das hipóteses das variáveis de controlo

Nº	Conclusão da hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
Ha.	A percepção da importância da auditoria interna não depende da categoria.	<i>Mann-Whitney U</i>	0.782	Reter a hipótese nula
Hb.	A percepção da importância da auditoria interna não depende do sexo	<i>Mann-Whitney U</i>	0.760	Reter a hipótese nula
Hc.	A percepção da importância da auditoria interna não depende das habilitações literárias	<i>Kruskal-Wallis</i>	0.522	Reter a hipótese nula
Hd.	A percepção da importância da auditoria interna não depende da área de formação	<i>Kruskal-Wallis</i>	0,545	Reter a hipótese nula

Nível de significância de 0,05.

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

4.4. Fatores que influenciam a percepção da importância da Auditoria Interna

Neste ponto apresentamos os fatores que influenciam a percepção da importância da auditoria interna associados às variáveis operacionais apresentadas no modelo conceptual da presente investigação e, deste modo, por meio da análise de correlação testamos estatisticamente as mesmas como se pode ver a seguir.

H1. Os benefícios proporcionados pela AI influenciam na percepção da sua importância para a organização. Ou seja, quanto maior forem os benefícios proporcionados pela AI maior será a sua importância;

Os resultados da tabela indicam que há uma correlação positiva e significativa entre a importância da auditoria interna e os benefícios da auditoria interna ($r = ,309^*$; $P < 0,05$; $N = 35$). Deste modo, retemos a hipótese nula pois afirma-se que com uma amostra total de 35 ($N = 35$) em 95% dos casos as variáveis apresentam uma correlação positiva e significativa com o erro estimado de 5%;

H2. O contributo da AI na robustez do controlo interno influencia na perceção da sua importância para a organização. Ou seja, quanto maior for o contributo da AI na robustez do controlo interno maior será a sua importância;

Os resultados obtidos mostram que há uma correlação positiva e significativa entre a importância da auditoria interna e o contributo da auditoria interna na robustez do controlo interno ($r = ,431^{**}$; $P < 0,05$). Assim sendo, retemos a hipótese nula pois afirma-se que com uma amostra total de 35 ($N = 35$) em 99% dos casos as variáveis apresentam uma correlação positiva e significativa com o erro estimado de 1%;

H3. O contributo da AI na gestão do risco influencia na perceção da sua importância para a organização. Ou seja, quanto maior for o contributo da AI no processo de gestão de risco maior será a sua importância;

De acordo com os resultados evidenciados não foi identificada qualquer correlação significativa entre a importância da auditoria interna e o contributo da auditoria interna na gestão de risco ($r = ,066$; $P > 0,05$; $N = 35$). Logo, afirmamos que falhamos em aceitar a hipótese nula de que quanto maior for o contributo da auditoria interna na gestão de risco maior será a sua importância.

H4. Qualidade das informações fornecidas pela AI influencia na perceção da importância da mesma para a organização. Ou seja, quanto maior for a qualidade das informações fornecidas pela AI maior será a sua importância.

Os resultados obtidos mostram que há uma correlação positiva e significativa entre a importância da auditoria interna e a qualidade das informações fornecidas pela auditoria interna ($r = ,348^*$; $P < 0,05$). Assim sendo, afirmamos que com uma amostra total de 35 ($N = 35$) em 95% dos casos as variáveis apresentam uma correlação positiva e significativa com o erro estimado de 5%. De forma resumida apresentamos a seguir na tabela 4.16 o resumo das correlações e na tabela 4.17 o resumo das hipóteses verificadas e não verificadas.

Tabela 4.22. Correlação das variáveis da investigação

			1	2	3	4	5
Spearman's rho	Importância da Auditoria Interna	Correlation Coefficient	1,000	,309*	,431**	,066	,348*
		Sig. (1-tailed)		,036	,005	,353	,020
		N	35	35	35	35	35
	Benefícios da Auditoria Interna	Correlation Coefficient	,309*	1,000	,607**	,145	,464**
		Sig. (1-tailed)	,036		,000	,203	,002
		N	35	35	35	35	35
	Contributo da Auditoria Interna na robustez do controlo interno	Correlation Coefficient	,431**	,607**	1,000	,364*	,684**
		Sig. (1-tailed)	,005	,000		,016	,000
		N	35	35	35	35	35
	Contributo da Auditoria Interna na gestão de risco	Correlation Coefficient	,066	,145	,364*	1,000	,522**
		Sig. (1-tailed)	,353	,203	,016		,001
		N	35	35	35	35	35
	Qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Interna	Correlation Coefficient	,348*	,464**	,684**	,522**	1,000
		Sig. (1-tailed)	,020	,002	,000	,001	
		N	35	35	35	35	35

*. Correlation is significant at the 0.05 level (1-tailed).

** . Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do questionário.

Tabela 23. Verificação das hipóteses resultantes da revisão da literatura

Hipóteses	Resultado	+/-
H1	Verificada	+
H2	Verificada	+
H3	Não verificada	-
H4	Verificada	+

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da investigação.

Com a determinação dos fatores determinantes da perceção da importância da auditoria interna damos como concluído o capítulo IV onde destacamos a análise e discussão dos resultados no qual aludimos essencialmente a apresentação das estatísticas descritivas, assim como a aplicação de testes estatísticos às hipóteses da presente investigação. Este capítulo que proporcionou as bases necessárias para darmos respostas aos objetivos estabelecidos na presente investigação. No capítulo que se segue apresentamos de forma genérica as principais conclusões, limitações e recomendações para estudos futuros.

Capítulo V. Conclusões, Limitações e Recomendações para estudos futuros

5. Conclusões

Ao longo da presente investigação reconhecemos o importante papel que a auditoria interna tem no alcance dos objetivos organizacionais e como aludimos, em função das constantes alterações no ambiente organizacional os órgãos responsáveis pela regulação da profissão procuram não estar muito longe da realidade deste mesmo ambiente fazendo com que a auditoria interna seja uma “ferramenta” capaz de acrescentar valor com maior ênfase à área de risco, controlo interno e *governance*. No seguimento, neste capítulo apresentamos os resultados alcançados com a presente investigação e naturalmente procuramos responder aos objetivos inicialmente traçados e à apresentação das limitações, dos principais contributos e das recomendações para estudos futuros.

5.1. Resumo do trabalho realizado

A presente investigação com o tema “Importância da Auditoria Interna – uma análise às instituições bancárias na província do Huambo, Angola na perspetiva dos seus gestores, teve como objetivo geral aferir a importância da auditoria interna nas instituições bancárias na província do Huambo, Angola na perspetiva dos seus gestores e como problema, qual a importância da auditoria interna nas instituições bancárias na província do Huambo, Angola na perspetiva dos seus gestores?

Para o alcance do objetivo geral definiram-se como objetivos específicos os seguintes: aferir a perceção global da importância da auditoria interna dos gerentes e subgerentes; aferir as diferenças da perceção da importância da auditoria interna nas variáveis de controlo (categoria do inquirido, sexo, nível de escolaridade e área de formação); avaliar a perceção dos principais benefícios da auditoria interna para a organização; avaliar a perceção do contributo da auditoria interna na robustez do controlo interno; avaliar a perceção do contributo da auditoria interna na gestão de risco; avaliar a perceção da qualidade das informações fornecidas pela auditoria interna; e identificar os fatores que influenciam à perceção da importância da auditoria interna.

Em resposta ao primeiro objetivo específico, os resultados mostraram que a grande maioria, isto é, 86% dos participantes do estudo nas diferentes categorias afirmam que a auditoria interna é muito importante para a organização. Deste modo, através das responsabilidades conferidas à auditoria interna e pela avaliação sistemática que faz da organização é cada vez mais incontornável a sua importância para as diferentes áreas e para organização como um todo. A sua abordagem ao controlo interno, risco e ao *Governance* evidenciam-se e fazem transparecer a sua importância.

Em relação à perceção da importância da auditoria interna às variáveis de controlo percebeu-se que não há diferenças nas distribuições das mesmas. Neste sentido, com base nos resultados obtidos alcançamos o segundo objetivo específico que consistiu em aferir a distribuição da importância da auditoria interna nas variáveis de controlo.

Em relação aos benefícios da auditoria interna o item com maior pontuação foi “Mitigar a ocorrência de fraudes”. O item com menor pontuação foi “Reduzir os custos”, com uma moda identificada de 5 o que nos leva a afirmar que os participantes do estudo concordam plenamente com os benefícios proporcionados pela auditoria interna. Com estes resultados alcançamos o terceiro objetivo específico que consistiu em avaliar a perceção dos principais benefícios da auditoria interna.

Em relação ao contributo da auditoria interna na robustez do controlo interno o item com maior pontuação foi “A auditoria interna informa aos gestores as inconsistências com as normas regulamentares”, o item com menor pontuação foi “A auditoria interna ajuda na eficiência e eficácia das operações da organização. De acordo com o grau de concordância a moda identificada foi o valor 5, o que nos leva a afirmar que os participantes do estudo concordam plenamente com o contributo da auditoria interna na robustez do controlo interno. Com estes resultados alcançamos o quarto objetivo específico que visou avaliar a perceção do contributo da auditoria interna no controlo interno.

Em relação ao contributo da auditoria na gestão de risco identificaram-se dois valores para a moda nos itens “A auditoria interna revê as políticas de comunicação dos riscos e a auditoria interna verifica se as políticas adotadas para gestão de risco são adequadas” a moda foi o valor 4. Para os itens “A auditoria interna contribui para a melhoria da gestão de risco do negócio e a Auditoria interna ajuda à identificação das áreas de risco” foi encontrado o valor 5 para a moda e ambos terminaram com a maior pontuação da escala. A menor pontuação da escala foi do item “A auditoria interna revê as políticas

de comunicação dos riscos”. No geral a moda identificada foi o valor 5 o que nos leva a afirmar que os participantes do estudo concordam plenamente com o contributo da auditoria interna na gestão de risco. Com estes resultados alcançamos o quinto objetivo específico que consistiu em avaliar a perceção do contributo da auditoria interna na gestão de risco.

Em relação à qualidade das informações fornecidas pela auditoria interna identificou-se para a moda o valor 5. O item com maior pontuação foi “As recomendações fornecidas pela auditoria interna são construtivas, exequíveis e contribuem para a estratégia organizacional”. A menor pontuação foi para o item “As informações são oportunas e tempestivas para a organização”. Deste modo, os resultados obtidos levam-nos a afirmar que os participantes do estudo concordam plenamente com a qualidade das informações fornecidas pela auditoria interna, o que permitiu-nos alcançar o sexto objetivo específico que consistiu na avaliação da perceção da qualidade das informações fornecidas pela auditoria interna.

Como resultado da análise de correlação, foi verificada a H1 de que os **benefícios da auditoria interna influenciam na perceção da sua importância para a organização, ou seja, de que quanto maior forem os benefícios proporcionados pela auditoria interna maior será a perceção da sua importância**. Em função da hipótese definida era exetável a verificação da mesma, ou seja, à medida em que a auditoria interna vai proporcionando benefícios nas várias áreas dentro da organização há maior tendência da perceção da sua importância para a organização mesmo que estes benefícios sejam notáveis a longo prazo. Os resultados mostraram que as variáveis que compõem a hipótese ocorreram simultaneamente na mesma direção.

Em relação à H2 que afirmou-se que **o contributo da auditoria interna na robustez do controlo interno influencia na perceção da sua importância para a organização, ou seja, quanto maior for o contributo da auditoria interna na robustez do controlo interno maior será a perceção da sua importância**, foi verificada. Este resultado vai de encontro ao que era exetável e consequentemente a confirmação da teoria apresentada pois a AI é cada vez mais importante para a organização que para além de outras áreas contribui para o sistema de controlo interno acrescentando valor à organização. Os resultados mostraram que as variáveis que compõem a hipótese correram simultaneamente na mesma direção.

Em relação à H3, **o contributo da auditoria interna na gestão de risco influencia na perceção da sua importância para a organização, ou seja, quanto maior for o contributo da auditoria interna na gestão de riscos maior será a perceção da sua importância**, não foi verificada. O resultado obtido não corresponde ao esperado pois esperava-se tal como apresentado na teoria, que a perceção do contributo da auditoria interna na gestão do risco ocorresse ao mesmo tempo com a perceção da sua importância para a organização.

Tal como aludimos, as funções da auditoria interna foram expandidas dentro da organização no auxílio à gestão de risco como resultado do incremento da complexidade do ambiente organizacional, sendo esta cada vez mais importante para a organização. Neste sentido, os resultados obtidos mostram uma variação espúria dos itens e que as variáveis que constituem a hipótese não ocorreram simultaneamente na mesma direção e entendemos que se deve a alguma subjetividade nas respostas dos participantes face a sensibilidade da área da gestão de risco na organização.

Em relação à H4, **a qualidade das informações fornecidas pela AI influencia na perceção da sua importância para a organização, ou seja, quanto maior for a qualidade das recomendações fornecidas pela AI maior será a sua importância**, foi verificada. O resultado obtido vai de encontro ao esperado confirmando-se deste modo a teoria apresentada pois a AI apenas será importante dentro da organização se fornecer informações que façam valer o seu trabalho, pois é nesta fase que o auditor tem a oportunidade de fazer valer o seu valor. Com os resultados obtidos através da análise de correlação foi possível alcançar o sétimo objetivo específico que consistiu em identificar os fatores que influenciam na importância da auditoria interna.

Deste modo, de forma genérica depois de respondidos os objetivos específicos entendemos que o propósito da presente investigação foi alcançado pois foi possível aferir a importância da auditoria interna nas instituições bancárias na província do Huambo, Angola na perspetiva dos seus gestores. De forma genérica concluímos que a auditoria interna para os participantes de estudo é muito importante e a sua perceção é independente da categoria de ocupação, do sexo, do nível de escolaridade e da área de formação sendo que os fatores identificados como influentes na sua perceção são essencialmente os benefícios proporcionados pela mesma na organização, o seu contributo na robustez do controlo interno e a qualidade das informações por ela fornecidas à organização.

5.2. Limitações

Como limitações evidenciadas ao longo da presente investigação são enumeradas as seguintes:

- a ausência de estudos relacionados ao tema no mesmo contexto geográfico que possibilitem comparar os resultados;
- a dificuldade do contato direto com os inquiridos no período de distribuição dos questionários;
- o reduzido número de casos que pode ser um fator determinante para a aplicação de certos testes estatísticos e podem gerar resultados mais robustos e maior validade externa da investigação.

5.3. Principais contributos

Como principais contributos para os estudos iniciados anteriormente enumeram-se os seguintes:

- a inclusão de novas variáveis no estudo (incluindo as variáveis de controlo categoria do inquirido, sexo, habilitações literárias e área de formação) face ao identificado na revisão da literatura;
- a aplicação do estudo num campo diferente possibilitando o reconhecimento da AI e da sua importância por ser um setor diferente.

5.4. Recomendações para estudos futuros

Propõe-se para estudos futuros os seguintes:

- replicar o presente estudo em diferentes campos possibilitando a comparação com realidades congêneres no sentido de ampliar-se o corpo do conhecimento;
- estudar a perceção das diferenças existentes entre a auditoria interna e externa na perspectiva dos gestores (um estudo comparativo);
- avaliar a atuação do DAI na perspectiva dos auditados;
- avaliar a interação entre o DAI e a área de *compliance*;
- avaliar o impacto do ERM no desempenho organizacional;
- avaliar o impacto do plano de auditoria no desempenho do trabalho do auditor interno;

- estudar a imagem dos auditores - responsabilidade social e diferenças de expectativas junto das grandes empresas.

Referências Bibliográficas

- Airmic, Alarm, & Irm. (2010). A structured approach to Enterprise Risk Management (ERM) and the requirements of ISO 31000 Contents. *Risk Management*, 7(1), 20. <https://doi.org/10.1016/j.solmat.2010.12.013>.
- Almeida, J. M. (2014). *Manual de auditoria financeira- Uma análise integrada baseada no risco*. Lisboa: Escolar Editora - ISBN 978-972-592-427-3.
- Attie, W. (1992). *Auditoria Interna*. São Paulo: Atlas S.A.- ISBN: 85-224-0199-3.
- Boynton, C. W., & Johnson, N. R. (2006). *Modern Auditing, Assurance Services and the integrity of financial reporting*. Denvers, unites States of America: John Wiley & Sons, Inc. ISBN 13-978-0471-23011-3.
- Brink, Z. V., Cashin, A. J., & Witt, H. (1973). *Modern Internal Auditing - An operational approach*. New York. Third Edition: John Wiley & Sons. ISBN 0-471-06524-2.
- Carneiro, A. (2009). *Auditoria e Controlo de Sistemas de Informação*. Lisboa: FCA- ISBN: 978-97-7-407-04.
- Carvalho, E. J. (2009). *Metodologia do Trabalho Científico*. Lisboa, 2ª Edição: Escolar Editora. ISBN 978-972-592-244-6.
- Carvalho, M. A. P. (2015). *A importância da auditoria interna na monitorização dos riscos nas empresas de transportes rodoviários de passageiros urbanos em Portugal continental*. Dissertação de mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. Número de acesso: rcaap.openAccess.10400.21.5318.
- Cervo, L. A., & Bervian, A. P. (2002). *Metodologia Científica*. São Paulo, 5ª Edição: Prentice Hall. ISBN 85-87918-15-X.
- COSO - Executive Summary. (2004). Enterprise Risk Management — Integrated Framework. *New York*, 3(September), 1–16. <https://doi.org/10.1504/IJISM.2007.013372>.
- COSO - Executive Summary. (2004a). Enterprise Risk Management — Integrated Framework. September. 3567890 MPI 0987654.
- COSO. (2017). Enterprise Risk Management Integrating with Strategy and

- Performance, (June). Retrieved from <https://www.coso.org/Documents/2017>.
- Cosserat, W. G., & Rodda, N. (2009). *Modern Auditing Third Edition*. US: John Wiley & Sons, Ltd. 978-0470-31973-4.
- Costa, B. (2014). *Auditoria Financeira - Teoria e prática*. Letras e conceitos, Lda. ISBN 978-989-8305-64-0.
- Costa, B. C. (2010). *Auditoria Financeira*. Letras e Conceitos. ISBN 978-989-8305-11-4.
- Costa, B. C. (2017). *Auditoria Financeira - Teoria e Prática*. Letras e Conceitos. ISBN 987-989-8823-47-2.
- Coutinho, P. C. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*. Coimbra, Portugal: Editora Almedina. ISBN 978-972-40-5137-6.
- Creswell, W. J. (2009). *Research Design*. Los Angeles, Third Edition: Sage. ISBN 978-1-4129-6556-9.
- Deloitte (2007). *A auditoria Interna No Brasil - Tendências, estratégias e desafios da função de auditoria interna*, [Em linha]. [Conls. 12 novembro 2017]. Disponível em: http://www.ipai.pt/fotos/gca/auditoria_interna_brasildeloitte_1271012573.pdf.
- Figueiredo, F. C. A. (2014). *A importância da auditoria interna para as organizações empresariais Estudo do caso em empresas angolanas*. Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Número de acesso: rcaap.openAccess.11110.1170.
- Franco, H., & Marra, E. (1982). *Auditoria contábil*. São Paulo, Brasil: Editora Atlas S.A.
- Freixo, J. M. (2011). *Metodologia científica - Fundamentos, métodos e técnicas*. Lisboa: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda. ISBN 978-989-659-077-2.
- Freixo, J. M. (2012). *Metodologia Científica - Fundamentos, Métodos e Técnicas*. Lisboa, 4.^a Edição: Tipografia tadinense. ISBN 978-989-659-114-4.
- Goforth, C. (2015). *Using and Interpreting Cronbach's Alpha - University of Virginia Library*. November 16, [Em linha]. [Consult. em 10 maio 2018]. Disponível em: <https://data.library.virginia.edu/using-and-interpreting-cronbachs-alpha/>.
- Guimarães, C. R. & Cabral, S. A. (2007). *Estatística*. Portugal: 2^a Edição, Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda. ISBN: 978-84-481-5589-6.

- Hill, M. M., & Hill, A. (2009). *Investigação por questionário*. Lisboa, 2ª Edição: Sílabo. ISBN: 978-972-618-273-3.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2012). *Investigação por Questionário*. Lisboa, 2ª Edição: Sílabo. ISBN 978-972-618-273-3.
- Hoyle, H. R., Harris, J. M., & Judd, M. C. (2002). *Research methods in Social Relations*. Unates States of America, Seventh Edition: Vicki Knight. ISBN 978-0-15-506139-2.
- Iarossi, G. (2011). *O poder da concepção em inquéritos por questionários*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 978-972-31-1373-0.
- IIA. (2012). Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (Normas), 1–23. Retrieved from <https://na.theiia.org/standards-guidance/Public Documents/IPPF 2013 Portuguese.pdf>.
- IIA. (2016). International standards for the professional practice of internal auditing, (October), 1–22. Retrieved from <https://na.theiia.org/standards-guidance/Public>
- Inácio, C. H. (2014). *Controlo Interno - Enquadramento teórico e aplicação prática*. Lisboa: Escola Editora. ISBN 98-972-592-454-9.
- INE. (2017). Principais Indicadores de Angola por Províncias [Em linha]. [Consult. 19 novembro 2017]. Retirado de <http://www.ine.gov.ao/xportal/xmain?xid=ine>.
- Ketele, J., & Roegiers, X. (1993). *Metodologia da Recolha de dados: fundamentos dos métodos de observação, de questionários, de entrevistas, e de estudo de documentos*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN 972-771-074-3.
- Kothari, R. C. (2004). *Research Methodology: Methods & Techniques*. New Delhi, Second Edition: New age international (P) limited, publisher. ISBN (13) : 978-81-224-2488-1.
- Lima, D. N. P. (2014). *O impacto da auditoria interna no desempenho organizacional*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Retirado de <http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/5478/1>. Acessado aos 10/08/2017.

- Lizote, S. A., Verdinelli, M. A., & Perez, A. O. (2015). Importância e Benefícios da Auditoria Interna: uma Análise da Percepção de Auditados Brasileiros e Venezuelanos. *6º Congresso UFSC de Controladoria E Finanças*, 1–13.
- Lloret-Segura, S., Ferreres-Traver, A., Hernández-Baeza, A., & Tomás-Marco, I. (2014). El análisis factorial exploratorio de los ítems: Una guía práctica, revisada y actualizada. *Anales de Psicología*, 30(3), 1151–1169. <https://doi.org/10.6018/analesps.30.3.199361>.
- Lourenço, P. P. (2017). *O contributo da auditoria interna para a gestão das organizações*. Dissertação de mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.
- Marconi, D. A., & Lakatos, M. E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo, 5ª Edição: Editora Atlas S.A. ISBN 85-224-3397-6.
- Marques, M. (1997). *Auditoria e Gestão*. Lisboa: Editorial Presença. Depósito legal n.º 106 585/97.
- Martins, E. G. (2014). Coeficiente de correlação amostral, *Revista de Ciência Elementar*, 2, 1–2. (02):0069.
- McNally, J. S. (2013). The 2013 COSO Framework & SOX Compliance: One Approach to an Effective Transition. *The Association of Accountants and Financial Professionals in Business*, 9. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.1974.tb00606.x>.
- Miller, C. D., & Salkind, J. N. (2002). *Handbook of Research Design & Social Measurement*. Thousand Oaks, London, New Delhi: Editora Sage Publications. ISBN 0-7619-2045-5.
- Mitchell, L. M., & Jolley, J. M. (2010). *Research Design Explained*. Unites States of America, Seventh Edition: Wadsworth, Cengage Learning. ISBN: 13-978-495-60221-7.
- Moeller, R. R. (2005). *Brink's Modern Internal Auditing*. New Jersey, Seventh Edition: John Wiley & Sons. ISBN 0-471-67788-4.
- Moeller, R. R. (2009). *Brink's Modern Internal Auditing*. *Brink's Modern Internal Auditing: A Common Body of Knowledge: Seventh Edition*. [Consult. em 20 outubro 2017]. Data da publicação online: 28 Aug 2015 10:46. Online ISBN: 9781118371558, <https://doi.org/10.1002/9781118371558>.

- Morais, G., & Martins, I. (2007). *Auditoria Interna*. Lisboa, 3.^aEdição: Áreas Editora. ISBN 978-989-8058-11-9.
- Morais, G., & Martins, I. (2013). *Auditoria Interna - Função e Processo*. Lisboa, 4.^a Edição: Áreas Editora - ISBN: 978-989-805-81-2.
- OCDE. (2004). Os Princípios da OCDE sobre o Governo das Sociedades. *Ocde*, 1–70. [Em linha]. [Consult. em 05 outubro 2017]. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/ca/corporategovernanceprinciples/33931148.pdf.doi.org/10.1787/9789264064980-pt>.
- Paula, A. M. (1999). *Auditoria Interna - Embasamento Conceitual e Suporte Tecnológico*. São Paulo: Atlas S.A. - ISBN: 85-224-2262-1.
- Pedrosa, C. A. & Gama, A. M. (2004). *Introdução Computacional à Probabilidade e Estatística*. Porto: Porto Editora. ISBN: 972 - 0 - 06056-5.
- Peralta, P. (2014). Nova framework COSO 2013 - O que mudou e como aplicar nas organizações. XXI conferência anual Auditoria interna: controlo interno e governação. [Em linha]. [Consult. 05 outubro 2017]. Disponível em <http://www.ipai.pt>.
- Pereira, A. (2004). *SPSS - Guia prático de utilização. Análise de dados para as ciências sociais e psicologia*. 5.^a Edição, Lisboa: Edições Sílabo - ISBN: 972 - 618 - 342 - 1.
- Pereira, E. M., Bracalente, F., Dinofre, M., & Bernardinelli, M. L. (2008). COSO - the committee of sponsoring organizations of the treadway commission, 7. [Em linha] disponível em <http://www.bracalente.com.br/artigos.html>.
- Pickett, S. H. (2007). *The Internal Auditing Handbook*. London, Second Edition: John Wiley & Sons Inc. - ISBN: 0-470-84863-4.
- Pinheiro A. G. C. (2013). *Acrescentar valor à organização com a Auditoria Interna*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Retirado de <http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1804/1>. Acessado aos 10/08/2017.
- Pinheiro, L. J. (2014). *Manual prático para Auditores Internos*. Rei dos livros - ISBN: 978-989-8305-74-9.

- Portal Oficial do Governo de Angola (2017). Angola: História [Em linha]. [Consult. em 07 Outubro 2017]. Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/Historia.aspx>.
- Quivy, R., & Campenoudt, V. L. (2013). *Manual de investigação em ciências sociais*. Paris: Gravida. ISBN 978-972-662-275-8.
- Rezaee, Z. (2010). The Importance of Internal Audit Opinions. *Internal Auditor*, 67(2), 47–50.
- Rittenberg, E. L., Johnstone, M. K., & Gramling, A. A. (2010). *Auditing- A business Risk Approach*. South-Western, USA: Cengagw Learnig. ISBN 0-03-026877-X
- The World Bank (2016), Angola: aspectos gerais [Em linha]. [Consult. em 10 setembro 2017]. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/country/angola/overview>
- Uhl, F., Fernanades, T. J., Waddell R., H., Ávila, P. G., Siqueira, J., Haberli, J., Botton, D. R. (1981). *Auditoria Interna*. São Paulo, Brasil. 2.^a Edição: Atlas. CDD - 657-45.
- Zau, F. (2002). O Contexto Sociocultural. *Angola: Trilhos Para O Desenvolvimento*, 31–105. [Em linha]. [Consult. 15 novembro 2017]. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/437/1>.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Carta de apresentação

Assunto: Pedido de autorização para a distribuição de um questionário

Exmos (as). Senhores (as),

No âmbito da elaboração de uma dissertação de mestrado no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa subordinada ao tema “A importância da auditoria interna na perspetiva dos gestores”, venho por este meio querer a V. Ex^a., a vossa autorização para a distribuição de um pequeno questionário com a duração de 8 minutos. A vossa opinião é muito importante para o nosso estudo.

Asseguramos desde já o anonimato e a total confidencialidade da sua opinião, sendo que a mesma será exclusivamente para fins académicos. Para a confirmação da V. Ex^a. em ajudar-nos, por favor, esperamos uma mensagem da vossa parte para os seguintes endereços eletrónicos: delquercruz@gmail.com ou delquercruz@hotmail.com. A distribuição do referido questionário está dependente da referida mensagem de confirmação da V. Ex^a.

Muito obrigado.

Saudações académicas,

Delquer da Cruz

Delquer Tomás Molossande da Cruz

Morada - Lisboa, Telef. 00351 927 467 708

E-mail: delquercruz@gmail.com/delquercruz@hotmail.com

Rua Cristóvão de Figueiredo n° 12

Código Postal-1600-050

APÊNDICE B - Questionário

O presente questionário foi elaborado no âmbito de uma dissertação de mestrado do estudante Delquer Tomás Molossande da Cruz no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, assente no tema: **“a percepção dos gestores em relação a importância da auditoria interna - uma análise às instituições bancárias da província do Huambo, Angola”**. Desde já, asseguramos o anonimato e a total confidencialidade das suas respostas que apenas serão utilizadas na presente investigação.

Categoria do inquirido:

1. Gerente
2. Subgerente

Sexo:

3. Masculino
4. Feminino

Habilitações literárias:

5. Ensino médio
6. Frequência no ensino superior
7. Licenciatura
8. Mestrado
9. Doutoramento

Área de formação:

10. Contabilidade
11. Economia
12. Gestão
13. Outra

Assinale com um X, por favor, segundo a sua percepção à seguinte questão:

14. Como considera a Auditoria Interna (AI) para a organização?

- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Sem
importância | Pouco
importante | Razoável | Importante | Muito
importante |

Principais benefícios da Auditoria Interna

De acordo com a sua opinião, quais considera serem os principais benefícios da auditoria

Interna? Assinale com um **X**, por favor, o número que corresponda à sua percepção em cada uma das afirmações em que para cada número temos os seguintes significados:

1	2	3	4	5
Discordo plenamente	Discordo	Hesitante, indeciso	Concordo	Concordo plenamente

Nº	Afirmações	1	2	3	4	5
15.	Identificar os riscos e propor alternativas para geri-los					
16.	Mitigar a ocorrência de fraudes					
17.	Garantir maior eficiência dos processos internos					
18.	Dar suporte à estrutura de governo das sociedades					
19.	Apoiar a gestão na tomada de decisões					
20.	Reduzir custos					
21.	Acompanhar a implementação de ações corretivas					
22.	Favorecer vantagem competitiva às atividades da organização					

Contributo da auditoria interna na robustez do controlo interno

Assinale com um **X**, por favor, o número que corresponda à sua percepção em cada uma das afirmações, em que para cada número temos os seguintes significados:

1	2	3	4	5
Discordo plenamente	Discordo	Hesitante, indeciso	Concordo	Concordo plenamente

Nº	Afirmações	1	2	3	4	5
23.	A AI ajuda na eficiência e eficácia das operações da organização					
24.	A AI informa os pontos fracos da organização					
25.	A AI informa aos gestores as inconsistências com as normas regulamentares					
26.	O auditor interno colabora com os gestores no sentido de melhorar o controlo interno					

Contributo da auditoria interna na gestão de risco

Assinale com um **X**, por favor, o número que corresponda à sua percepção em cada uma das afirmações, em que para cada número temos os seguintes significados:

APÊNDICE C - Principais benefícios da auditoria interna

P4. Identificar os riscos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Discordo	1	2,9	2,9	2,9
Hesitante, indeciso	1	2,9	2,9	5,7
Valid Concordo	9	25,7	25,7	31,4
Concordo plenamente	24	68,6	68,6	100,0
Total	35	100,0	100,0	

P5. Mitigar a ocorrência de fraudes

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Concordo	5	14,3	14,3	14,3
Valid Concordo plenamente	30	85,7	85,7	100,0
Total	35	100,0	100,0	

P6. Garantir a eficiência dos processos internos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Hesitante, indeciso	2	5,7	5,7	5,7
Valid Concordo	14	40,0	40,0	45,7
Concordo plenamente	19	54,3	54,3	100,0
Total	35	100,0	100,0	

P7. Dar suporte à estrutura de governo das sociedades

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Discordo	3	8,6	8,6	8,6
Hesitante, indeciso	11	31,4	31,4	40,0
Valid Concordo	10	28,6	28,6	68,6
Concordo plenamente	11	31,4	31,4	100,0
Total	35	100,0	100,0	

P8. Apoiar a tomada de decisão

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Discordo plenamente	1	2,9	2,9	2,9
Discordo	2	5,7	5,7	8,6
Valid Concordo	12	34,3	34,3	42,9
Concordo plenamente	20	57,1	57,1	100,0
Total	35	100,0	100,0	

P9. Reduzir custos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Discordo plenamente	2	5,7	5,7	5,7
Discordo	7	20,0	20,0	25,7
Valid Hesitante, indeciso	6	17,1	17,1	42,9
Concordo	8	22,9	22,9	65,7
Concordo plenamente	12	34,3	34,3	100,0
Total	35	100,0	100,0	

P10. Acompanhar a implementação das ações corretivas

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Hesitante, indeciso	5	14,3	14,3	14,3
Valid Concordo	11	31,4	31,4	45,7
Concordo plenamente	19	54,3	54,3	100,0
Total	35	100,0	100,0	

P11. Favorecer vantagem competitiva às atividades da organização

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Discordo plenamente	1	2,9	2,9	2,9
Discordo	4	11,4	11,4	14,3
Valid Hesitante, indeciso	4	11,4	11,4	25,7
Concordo	11	31,4	31,4	57,1
Concordo plenamente	15	42,9	42,9	100,0
Total	35	100,0	100,0	

APÊNDICE D - Contributo da auditoria interna na robustez do controlo interno

P12. A AI ajuda na eficiência e eficácia das operações da organização

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Discordo	1	2,9	2,9	2,9
Hesitante, indeciso	2	5,7	5,7	8,6
Valid Concorde	14	40,0	40,0	48,6
Concorde totalmente	18	51,4	51,4	100,0
Total	35	100,0	100,0	

P13. A AI informa os pontos fracos da organização

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Discordo	1	2,9	2,9	2,9
Hesitante, indeciso	1	2,9	2,9	5,7
Valid Concorde	9	25,7	25,7	31,4
Concorde totalmente	24	68,6	68,6	100,0
Total	35	100,0	100,0	

P14. A AI informa aos gestores as inconsistências com as normas regulamentares

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Concorde	8	22,9	22,9	22,9
Valid Concorde plenamente	27	77,1	77,1	100,0
Total	35	100,0	100,0	

P15. O auditor interno colabora com os gestores para melhorar o controlo interno

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Hesitante, indeciso	2	5,7	5,7	5,7
Valid Concorde	10	28,6	28,6	34,3
Concorde plenamente	23	65,7	65,7	100,0
Total	35	100,0	100,0	

APÊNDICE E - Contributo da auditoria interna na gestão de risco

P16. A AI contribui para a melhoria da gestão de risco do negócio

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Hesitante, indeciso	2	5,7	5,7	5,7
Valid Concordo	12	34,3	34,3	40,0
Valid Concordo plenamente	21	60,0	60,0	100,0
Valid Total	35	100,0	100,0	

P17. A AI revê as políticas de comunicação dos riscos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Discordo	2	5,7	5,7	5,7
Valid Hesitante, indeciso	3	8,6	8,6	14,3
Valid Concordo	18	51,4	51,4	65,7
Valid Concordo plenamente	12	34,3	34,3	100,0
Valid Total	35	100,0	100,0	

P18. A AI ajuda à identificação das áreas de risco

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Discordo	1	2,9	2,9	2,9
Valid Hesitante, indeciso	1	2,9	2,9	5,7
Valid Concordo	11	31,4	31,4	37,1
Valid Concordo plenamente	22	62,9	62,9	100,0
Valid Total	35	100,0	100,0	

P19. A AI verifica se as políticas adotadas para a gestão de risco são adequadas

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Hesitante, indeciso	3	8,6	8,6	8,6
Valid Concordo	16	45,7	45,7	54,3
Valid Concordo plenamente	16	45,7	45,7	100,0
Valid Total	35	100,0	100,0	

APÊNDICE F - Qualidade das informações fornecidas pela auditoria interna

P20. As informações fornecidas pela AI são conducentes à tomada de decisão

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Hesitante, indeciso	1	2,9	2,9	2,9
Valid Concordo	14	40,0	40,0	42,9
Valid Concordo plenamente	20	57,1	57,1	100,0
Valid Total	35	100,0	100,0	

P21. As recomendações fornecidas pela AI são construtivas, exequíveis e contribuem para a estratégia organizacional

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Hesitante, indeciso	2	5,7	5,7	5,7
Valid Concordo	9	25,7	25,7	31,4
Valid Concordo plenamente	24	68,6	68,6	100,0
Valid Total	35	100,0	100,0	

P22. As informações representam uma mais-valia para a gestão de topo

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Hesitante, indeciso	1	2,9	2,9	2,9
Valid Concordo	15	42,9	42,9	45,7
Valid Concordo plenamente	19	54,3	54,3	100,0
Valid Total	35	100,0	100,0	

P23. As informações são oportunas e tempestivas para a organização

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Hesitante, indeciso	4	11,4	11,4	11,4
Valid Concordo	16	45,7	45,7	57,1
Valid Concordo plenamente	15	42,9	42,9	100,0
Valid Total	35	100,0	100,0	

APÊNDICE G - Importância da auditoria interna e tabelas de referência cruzada

1. Importância da Auditoria Interna

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Razoável	1	2,9	2,9	2,9
Valid Importante	4	11,4	11,4	14,3
Valid Muito importante	30	85,7	85,7	100,0
Total	35	100,0	100,0	

Tabelas de referência cruzada

2. Importância da Auditoria Interna * Área de formação Crosstabulation

		Área de formação				Total
		Contabilidade	Economia	Gestão	Outra	
Importância da Auditoria Interna	Razoável	1	0	0	0	1
	Importante	0	0	3	1	4
	Muito importante	3	3	11	13	30
Total		4	3	14	14	35

3. Importância da Auditoria Interna * Habilitações literárias Crosstabulation

		Habilitações literárias			Total
		Frequência no ensino Superior	Licenciatura	Mestrado	
Importância da Auditoria Interna	Razoável	0	1	0	1
	Importante	1	3	0	4
	Muito importante	13	16	1	30
Total		14	20	1	35

4. Importância da Auditoria Interna * Sexo Crosstabulation

		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Importância da Auditoria Interna	Razoável	1	0	1
	Importante	2	2	4
	Muito importante	22	8	30
Total		25	10	35

5. Importância da Auditoria Interna * Categoria dos inquiridos Crosstabulation

		Categoria dos inquiridos		Total
		Gerente	Subgerente	
Importância da Auditoria Interna	Razoável	1	0	1
	Importante	1	3	4
	Muito importante	16	14	30
Total		18	17	35

APÊNDICE H - Alpha das escalas do instrumento

1. Escala benefícios da auditoria interna

Item-Total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item-Total Correlation	Squared Multiple Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
Identificar os riscos	29,54	14,785	,403	,393	,696
Mitigar a ocorrência de fraudes	29,29	16,622	,232	,141	,723
Garantir a eficiência dos processos internos	29,66	15,232	,379	,346	,701
Dar suporte à estrutura de governo das sociedades	30,31	12,457	,574	,402	,653
Apoiar a tomada de decisão	29,77	15,123	,179	,094	,742
Reduzir custos	30,54	12,020	,405	,320	,707
Acompanhar a implementação das ações corretivas	29,74	13,844	,554	,466	,669
Favorecer vantagem competitiva às atividades da organização	30,14	10,891	,697	,562	,614

2. Escala contributo da auditoria interna na robustez do controlo interno

Item-Total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item-Total Correlation	Squared Multiple Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
A AI ajuda na eficiência e eficácia das operações da organização	13,97	1,499	,601	,364	,471
A AI informa os pontos fracos da organização	13,77	1,946	,358	,226	,662
A AI informa aos gestores as inconsistências com as normas regulamentares	13,60	2,306	,491	,263	,597
O auditor interno colabora com os gestores para melhorar o controlo interno	13,77	2,064	,400	,292	,624

3. Escala contributo da auditoria interna na gestão risco

Item-Total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item-Total Correlation	Squared Multiple Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
A AI contribui para a melhoria da gestão de risco do negócio	13,06	2,938	,672	,531	,702
A AI revê as políticas de comunicação dos riscos	13,46	2,432	,646	,488	,710
A AI ajuda à identificação das áreas de risco	13,06	2,703	,662	,454	,698
A AI verifica se as políticas adotadas para a gestão de risco são adequadas	13,23	3,299	,427	,221	,809

4. Escala qualidade das recomendações fornecidas pela auditoria interna

Item-Total Statistics















	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item-Total Correlation	Squared Multiple Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
As informações fornecidas pela AI são conducentes à tomada de decisão	13,46	2,432	,212	,092	,802
As recomendações fornecidas pela AI são construtivas, exequíveis e contribuem para a estratégia organizacional	13,37	1,711	,670	,465	,547
As informações representam uma mais-valia para a gestão de topo	13,49	1,845	,626	,426	,582
As informações são oportunas e tempestivas para a organização	13,69	1,692	,550	,432	,624



APÊNDICE I - Lista dos bancos na província do Huambo, Angola

Nº	Nome
1.	Banco Angolano de Investimentos, S.A.  Denominação: Banco Angolano de Investimentos; Sigla: BAI. Website: www.bancobai.ao
2.	Banco Angolano de Negócios e Comércio, S.A.  Denominação: Banco Angolano de Negócios e Comércio; Sigla: BANC. Website: www.banc.co.ao
3.	Banco BIC, S.A.  Denominação: Banco BIC Sigla: BIC Website: www.bancobic.ao
4.	Banco Comercial Angolano, S.A.  Denominação: Banco Comercial Angolano Sigla: BCA. Website: www.bca.co.ao
5.	Banco Comercial do Huambo, S.A.  Denominação: Banco Comercial Angolano Sigla: CH Website: www.bch.co.ao
6.	Banco de Comércio e Indústria, S.A.  Denominação: Banco de Comércio e Indústria Sigla: BCI Website: www.bci.ao
7.	Banco de Fomento Angola, S.A.  Denominação: Banco de Fomento Angola Sigla: BFA Website: www.bfa.ao
8.	Banco de Negócios Internacional, S.A.  Denominação: Banco de Negócios Internacional Sigla: BNI Website: www.bni.ao
9.	Banco de Poupança e Credito, S.A.  Denominação: Banco de Poupança e Credito Sigla: BPC Website: www.bpc.ao
10.	Banco Económico, S.A.  Denominação: Banco Económico Sigla: BE Website: www.bancoeconomico.ao
11.	Banco Millennium Atlântico, S.A.  Denominação: Banco Millennium Atlântico Sigla: BMA Website: www.atlantico.ao
12.	Banco Regional do Keve, S.A.  Denominação: Banco Regional do Keve Sigla: BRK Website: www.bancokeve.ao
13.	Banco Sol, S.A.  Denominação: Banco Sol Sigla: BSOL Website: www.bancosol.ao
14.	Finibanco Angola, S.A.  Denominação: Finibanco Angola Sigla: FNB Website: www.finibancoangola.co.ao

15.	 Standard Bank de Angola, S.A. Denominação: Standard Bank de Angola Sigla: SBA Website: www.standardbank.co.ao
16.	 Banco Postal, S.A.* Denominação: Banco Postal, SA Sigla: BPT Website: www.bancopostal.ao
17.	 Banco BAI Microfinanças, SA. Denominação: Banco BAI Microfinanças Sigla: BMF Website: www.bancobmf.ao
18.	 Banco Caixa Geral Angola, S.A. Denominação: Caixa Angola Sigla: BCGA Website: www.caixaangola.ao

APÊNDICE J - Lista atualizada dos Bancos que operam em Angola

Nº	Nome
1.	Banco Angolano de Investimentos, S.A. Denominação: Banco Angolano de Investimentos; Sigla: BAI. Website: www.bancobai.ao 
2.	Banco Angolano de Negócios e Comércio, S.A. Denominação: Banco Angolano de Negócios e Comércio. Sigla: BANC. Website: www.banc.co.ao 
3.	Banco BAI Microfinanças, SA. Denominação: Banco BAI Microfinanças; Sigla: BMF Website: www.bancobmf.ao 
4.	Banco BIC, S.A. Denominação: Banco BIC Sigla: BIC; Alguns Serviços: Contas à Ordem, TBC's, Créditos, Cartões, Financiamentos, etc. Website: www.bancobic.ao 
5.	Banco Caixa Geral Angola, S.A. Denominação: Caixa Angola; Sigla: BCGA Website: www.caixaangola.ao 
6.	Banco de Investimento Rural, S.A. Denominação: Banco de Investimento Rural. Sigla: BIR; Alguns Serviços: Soluções de Crédito ao investimento, Operações e Financiamento de Projectos Agrícolas, etc. Website: www.bir.ao 
7.	Banco Comercial Angolano, S.A. Denominação: Banco Comercial Angolano; Sigla: BCA. Website: www.bca.co.ao 
8.	Banco Comercial do Huambo, S.A. Denominação: Banco Comercial Angolano. Sigla: BCH; Website: www.bch.co.ao 
9.	Banco de Comércio e Indústria, S.A. Denominação: Banco de Comércio e Indústria. Sigla: BCI. Website: www.bci.ao 
10.	Banco de Desenvolvimento de Angola, S.A. Denominação: Banco de Desenvolvimento de Angola; Sigla: BDA. Website: www.bda.ao 
11.	Banco de Fomento Angola, S.A. Denominação: Banco de Fomento Angola; Sigla: BFA. Website: www.bfa.ao 
12.	Banco de Negocios Internacional, S.A. Denominação: Banco de Negocios Internacional; Sigla: BNI. Website: www.bni.ao 
13.	Banco de Poupanca e Credito, S.A. Denominação: Banco de Poupanca e Credito; Sigla: BPC. Website: www.bpc.ao 
14.	Banco Pungo Andongo, S.A. Denominação: Banco Pungo Andongo; Sigla: BPAN. Website: www.bpan.ao 

15.	Banco Prestígio, S.A. Denominação: Banco Prestígio ; Sigla: BPR . Website: www.bancoprestigio.com 
16.	Banco Económico, S.A. Denominação: Banco Económico ; Sigla: BE . Website: www.bancoeconomico.ao 
17.	Banco Kwanza Investimento, S.A. Denominação: Banco Kwanza Investimento ; Sigla: BKI . Website: www.bancokwanza.com 
18.	Banco Millennium Atlântico, S.A. Denominação: Banco Millennium Atlântico . Sigla: BMA . Website: www.atlantico.ao 
19.	Banco Regional do Keve, S.A. Denominação: Banco Regional do Keve ; Sigla: BRK . Website: www.bancokeve.ao 
20.	Banco Sol, S.A. Denominação: Banco Sol ; Sigla: BSOL . Website: www.bancosol.ao 
21.	Banco Valor, S.A. Denominação: Banco Valor ; Sigla: BVB . Website: www.bancovalor.com
22.	Banco VTB – África, S.A. Denominação: Banco VTB – África ; Sigla: VTB . Website: www.vtb.ao 
23.	Finibanco Angola, S.A. Denominação: Finibanco Angola ; Sigla: FNB . Website: www.finibancoangola.co.ao 
24.	Standard Bank de Angola, S.A. Denominação: Standard Bank de Angola ; Sigla: SBA . Website: www.standardbank.co.ao 
25.	Standard Chartered Bank de Angola, S.A. Denominação: Standard Chartered Bank de Angola ; Sigla: SCBA . Website: www.sc.com/ao/ 
26.	Banco YETU, S.A. Denominação: Banco YETU, S.A ; Sigla: YETU . Website: www.bancoyetu.ao 
27.	Banco de Crédito do Sul, S.A. Denominação: Banco BCS, S.A ; Sigla: BCS . Website: www.bancobcs.ao 
28.	Banco Postal, S.A. Denominação: Banco Postal, SA ; Sigla: BPT . Website: www.bancopostal.ao 